

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO LETRAS

Alexsandro R. Menez

**APOLINÁRIO PORTO ALEGRE E OS PARTENONISTAS:  
LENDOS OS LETRADOS DO SÉCULO XIX**

Santa Maria, RS  
2017

**Alexsandro R. Menez**

**APOLINÁRIO PORTO ALEGRE E OS PARTENONISTAS: LENDO OS  
LETRADOS DO SÉCULO XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras na área de Estudos Literários, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Brum Santos  
Coorientador: Prof. P.h.D Luiz Fernando Valente


Santa Maria, RS  
2017

Alexsandro R. Menez

**APOLINÁRIO PORTO ALEGRE E OS PARTENONISTAS: LENDO OS LETRADOS  
DO SÉCULO XIX**

Dissertação apresentada ao Programa Pós-Graduação em Letras, área de concentração em Estudos Literários, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

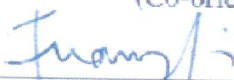
**Aprovado em 17 de agosto de 2017:**



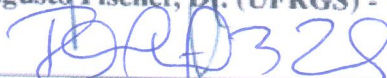
**Pedro Brum Santos, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)



**Luiz Fernando Valente, P.h.D. (Brown University) - Videoconferência**  
(Co-orientador)



**Luís Augusto Fischer, Dr. (UFRGS) - Videoconferência**



**Rosani Ursula Ketzer Umbach, Dra. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2017

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Menez, Alexandro R.  
Apolinário Porto Alegre e os partenonistas: lendo os letrados do século XIX / Alexandro R. Menez.- 2017.  
138 p.; 30 cm

Orientador: Pedro Brum Santos  
Coorientador: Luiz Fernando Valente  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2017

1. Apolinário Porto Alegre 2. Literatura e História 3. Nacionalismo 4. Brasilidade 5. Historiografia literária  
I. Brum Santos, Pedro II. Valente, Luiz Fernando III. Título.

**DEDICATÓRIA**

*Dedico esta dissertação à pessoa que sempre esteve ao meu lado...*

*Aline.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço e sou grato...

... à bolsa concedida pela Capes;

... à UFSM e ao PPG em Letras;

... à PUCRS e ao arquivo Julio Petersen (principalmente ao atencioso atendimento da Sheila Ferreira e Karine Benites);

... à Brown University e ao Department of Portuguese and Brazilian Studies (este meu trabalho deve muito à estrutura e ao maravilhoso ambiente acadêmico propiciado por essa instituição e departamento);

... às conversas sempre gratificantes que tive com o professor (e também amigo) Onésimo Teotonio de Almeida;

... aos colegas e amiga(o)s, Taína, Andreza, Priscila, Helen, Karin, Flávia, Cintia, Priscila, Arianne, Grazi, Vanessinha, Carolina, Maíne, Teresa, Margareth, Aline (Peterson), Camila, Roberta, Eduardo (Edu), Natália, Clarissa, Abner, Melody, Mina e Ceyda.

... às aulas dos professores Ana Inês Klein, Sandra Carelli, Cintia Vieira Souto, Pedro Theobald, Ruth Gauer, Jurandir Malerba, Maria Eunice Moreira, Luís Augusto Fischer, Antonio Sanseverino, Paulo Kralik, Luís Fernando Valente e Onésimo Teotonio de Almeida (ambos que me proporcionaram um imenso aprendizado);

... aos meus ex-orientadores Edison Cruxen e Marçal de Menezes Paredes;

... a Maria Eunice Moreira por suas conversas, incentivos e amizade;

... aos membros da banca, professor Luís Augusto Fischer e a professora Rosani Umbach.

... principalmente aos meus orientadores Pedro Brum Santos e Luiz Fernando Valente, o primeiro pela sua ajuda e incentivo e o segundo pela amizade e acuidade no desenvolvimento deste trabalho. E também, por sua generosidade em aceitar este “menino da província” como seu orientando.

... especialmente à pessoa que sempre esteve e espero sempre estar ao meu lado, minha amada esposa Aline.

**RESUMO****APOLINÁRIO PORTO ALEGRE E OS PARTENONISTAS: LENDO OS  
LETRADOS DO SÉCULO XIX**

AUTOR: Alexsandro R. Menez  
ORIENTADOR: Pedro Brum Santos  
COORIENTADOR: Luiz Fernando Valente

**Resumo:** Esta dissertação consiste em uma experimentação analítica e metodológica, tendo por foco uma complexificação da relação entre Literatura e História, em suas diversas formas de percepção temporal. Nesse sentido, através dos conhecimentos construídos em ambas esferas disciplinares, objetivou-se a leitura histórica de Apolinário Porto Alegre e os partenonistas, letrados sul rio-grandenses do século XIX, através de uma abordagem que partiu das diversas análises empreendidas por diferentes estudiosos, tanto dos estudos históricos quanto dos estudos literários, encobrindo o período de 1919 a 2015. Por essa razão, este trabalho não teve por meta a simples revisão bibliográfica sobre o assunto, uma vez que foi identificada a necessidade de uma renovação no campo da historiografia literária brasileira, com base na sofisticação reflexiva de elementos como o regionalismo e o nacionalismo, além de diferentes formas de autopercepção comunitárias relacionadas à identificação da necessidade de se adentrar em variadas camadas e espaços temporais sobre o tema.

**Palavras-chave:** Apolinário Porto Alegre; Literatura e História; Nacionalismo; Brasilidade; Historiografia literária.

**ABSTRACT****APOLINÁRIO PORTO ALEGRE AND THE PARTHENONISTS:  
READING THE LITERATES OF THE NINETEENTH CENTURY**

AUTOR: Alessandro R. Menez  
ORIENTADOR: Pedro Brum Santos  
COORIENTADOR: Luiz Fernando Valente

**Abstract:** This dissertation consists of an analytical and methodological experimentation, focusing on a complexification of the relationship between Literature and History, in their various forms of temporal perception. In this sense, through the knowledge constituted in both disciplinary spheres, the objective was the historical reading of Apolinário Porto Alegre and the parthenonists, South Rio-Grandense literates of the 19th century through an approach that started from the various analysis undertaken by different scholars, both from historical and literary studies, covering the period from 1919 to 2015. For this reason, this work did not aim at a simple bibliographical review on the subject, since the need for a renewal in the field of Brazilian literary historiography was identified, based on the reflexive sophistication of elements such as regionalism and nationalism, as well as different forms of community self-perception related to the identification of the need to enter various layers and temporal spaces on the theme.

**Keywords:** Apolinário Porto Alegre; Literature and History; Nationalism; Brazilian Identity; Literary Historiography.



## Sumário

LISTA DE SIGLAS.....	8
INTRODUÇÃO: MANUAL DE LEITURA .....	9
I – APOLINÁRIO PORTO ALEGRE E OS PARTENONISTAS NOS ESTUDOS HISTÓRICOS: 2015 – 2003 .....	17
II – APOLINÁRIO PORTO ALEGRE E OS PARTENONISTAS NOS ESTUDOS LITERÁRIOS: 1997 – 1972 .....	44
III – O MODERNISMO DE ANTONIO CANDIDO E A ‘VELHA PRAGA’ DO REGIONALISMO: 1956 – 1948 .....	59
IV – APOLINÁRIO PORTO ALEGRE E OS PARTENONISTAS PARA OS CRÍTICOS DA LIVRARIA DO GLOBO: 1956 – 1945 .....	72
V – O REGIONALISMO NA CRÍTICA LITERÁRIA CARIOCA: ANTES DA SEMANA DE ARTE DE 1922 .	88
VI – APOLINÁRIO PORTO ALEGRE E OS PARTENONISTAS: 1879 – 1856.....	102
1) <i>O despertar tardio das letras sul rio-grandenses;</i> .....	103
2) <i>O mestiço gaúcho</i> .....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	121
REFERÊNCIAS .....	122
<i>Internet</i> .....	135
ARQUIVOS E BIBLIOTECAS.....	136

**LISTA DE SIGLAS**

PPG	Programa de Pós-Graduação
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RMSPL	Revista Mensal da Sociedade do Parthenon Litterario
RSPL	Revista da Sociedade do Parthenon Litterario
SPL	Sociedade do Parthenon Litterario
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNICAMP	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
CAPES	Conselho de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
UNISINOS	Universidade do Vale do Sinos
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IHGSP	Instituto Histórico e Geográfico da Província de São Pedro
MTG	Movimento Tradicionalista Gaúcho
CTG	Centro Tradicionalista Gaúcho
ABL	Academia Brasileira de Letras

## **INTRODUÇÃO: MANUAL DE LEITURA**

Início esta dissertação apontando três desafios dos quais parti para desenvolver minha pesquisa.

Primeiro, tenho como proposta executar um estudo que pretende dialogar com duas diferentes, mas sempre tão próximas, disciplinas: os estudos literários e os estudos históricos (para evitar problemas de nomenclatura entre a área examinada e a disciplina que a analisa prefiro o termo “estudos”). Tenciono, de fato, desenvolver um trabalho que crie uma amálgama daquelas duas áreas a fim de que a literatura deixe de ser vista pela história como uma mera fonte para o passado, e que a história deixe de ser utilizada pela literatura como simples aporte contextualista para explicar uma obra literária.

Segundo, aproximadamente no início de 2016, lá pelo mês de março, fui ao PPG em História da PUCRS, para assistir a uma banca de doutoramento. Entre os vários elogios que o trabalho do doutorando recebeu foi o de ter lido muito para desenvolver a sua pesquisa. De fato, ler proficuamente tem se tornado algo tão raro nos dois campos que, quando alguém consegue realizar tal proeza, esse indivíduo deve necessariamente ser objeto de congratulações (palavras de um dos professores da banca). Por essa razão, o desafio é ler o máximo possível.

Terceiro, minha formação inicial se realizou na área dos estudos históricos. Nesse campo, pelo menos na região em que me formei, no extremo sul do Brasil, a parte concernente à escrita é quase exclusivamente concebida como o resultado final da pesquisa. Posso até mesmo dizer, sem eufemismo, que escrever é praticamente jogar em uma folha de papel (ou em uma tela do computador para ser mais exato e tecnológico) tudo aquilo que já elaboramos previamente em “nossas cabeças”. A maioria dos colegas e alguns professores que conheci ao longo da minha curta carreira acadêmica pensavam dessa forma (eu mesmo pensei por muito tempo exatamente desse mesmo jeito). Além disso, escrever é um desafio permanente para o pesquisador das ditas humanidades, no qual essa parte tão “chata”, como diziam alguns de meus colegas da “História”, é deixada, para loucura dos orientadores, para os últimos meses que antecedem a defesa da banca. Qual o meu desafio? Agradecendo ao que vi na área dos estudos literários, tenciono produzir uma escrita que não se torne apenas o resultado canhestro da minha pesquisa, mas que ela seja em si mesma o local onde refletirei o resultado de meus estudos (leituras bibliográficas, análise de fontes, questionamentos teóricos, etc.).

Esses desafios estão relacionados ao tema desenvolvido nesta dissertação. Na verdade,

o assunto aqui abordado tem por base a minha própria perspectiva como leitor de literatura, estudioso do passado e a minha própria região de origem. Nesse sentido, esses três elementos desencadearam meu interesse na análise do regionalismo gaúcho em seu pretense momento de fundação com Apolinário Porto Alegre e os partenonistas<sup>1</sup>, durante a segunda metade do século XIX. Contudo, este assunto, no qual por um longo tempo dediquei uma interpretação histórica,<sup>2</sup> reconfigurou-se pela compreensão das diferentes maneiras com que os estudiosos literários e historiadores lidaram com aquela temática.

A partir de profunda revisão bibliográfica sobre o assunto, somado à minha própria interpretação do fenômeno estudado em seu momento de eclosão, tomei consciência de algumas questões imprescindíveis que desencadeou uma revisão de minhas posições iniciais (período em que desenvolvi meu projeto de pesquisa para o ingressado no mestrado em Letras da UFSM). Elas foram as seguintes: em primeiro lugar, que a própria interpretação daquele literato como fundador do regionalismo, em um determinado momento de sua releitura, passou a ser questionada; em segundo lugar, como resultado do primeiro, sua posição como um escritor regionalista também foi colocada em xeque; em terceiro lugar, uma plausível consequência dos outros dois pontos, sua interpretação e dos partenonistas, pelo menos entre os estudiosos da literatura, passou a carregar o estigma da **ambiguidade**, pois naquele letrado e seu grupo residiriam duas posições percebidas por eles como antagônicas: uma ligada ao regionalismo (de tendência separatista) e outra nacionalista (de cunho integracionista). Os estudiosos que salientaram estas três questões foram, com maior ênfase, Maria Eunice Moreira e Carlos Alexandre Baumgarten, e, em menor medida, Flavio Loureiro Chaves e Regina Zilberman, esta última orientou as pesquisas de mestrado e doutorado dos dois primeiros.

A incongruência encontrada por aqueles estudiosos da literatura derivaria, acredito eu, da tentativa de interpretação do passado semelhante ao que costuma ser empreendido pelos historiadores. Aliás, esse tipo de abordagem seria condizente ao interesse entre estudiosos pela história da literatura brasileira a partir do final da década de 1970 e início de 1980<sup>3</sup>. Através

<sup>1</sup> Utilizo esse termo para nomear os letrados sul rio-grandenses que participaram da SPL

<sup>2</sup> Caso coloca-se nessa conta desde o segundo ano da graduação em História, na FAPA, em que desenvolvi um projeto de pesquisa sobre o assunto, no segundo semestre de 2010 até o tempo que entregarei esta dissertação, faz sete anos que estou a me dedicar a esse assunto.

<sup>3</sup> Considero o GT História da Literatura, filiado a ANPOLL, como um indicativo deste tipo de diretriz. Isso ficaria evidente se atentarmos para os membros desse grupo, alguns dos quais, formados durante esse período, por exemplo, Regina Zilberman (UFRGS), Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS), Antonio Dimas (USP), Tania Regina Oliveira Ramos (UFSC), Roberto Acízelo Quelha de Souza (UERJ), Marli Tereza Furtado (UFPA), Marisa Philbert Lajolo (UNICAMP), Marilene Weinhardt (UFPR), Maria Eunice Moreira (PUCRS), Maria da Gloria

dessa metodologia, que pretendia unir crítica literária e interpretação do passado, Apolinário Porto Alegre e os partenonistas receberam aqueles três pontos de questionamento que citei acima.

Além da questão do método, outro fator decisivo para a identificação da **ambiguidade**, derivaria da existência, naquele período, de duas tradições historiográficas: uma regional e outra nacional.

A primeira seria regional porque estaria constituída por estudos que, dentro do Rio Grande do Sul, leram Apolinário Porto Alegre e os partenonistas, a partir de meados da década de 1920, como precursor da dita literatura regionalista gaúcha, cujos herdeiros, já na primeira metade do século XX, seriam João Simões Lopes Neto, Alcides Maya, Roque Callage e Cyro Martins, entre outros, considerados como os grandes nomes dessa literatura.

A segunda, que é nacional, teria por foco a formação do que seria a Literatura Brasileira, ou seja, o cânone da literatura nacional. Nessa leitura, simultaneamente ao período da regional, diversos estudiosos oriundos ou residentes principalmente do eixo hegemônico brasileiro (Rio-São Paulo) produziram uma linha (narrativa) interpretativa segundo a qual a literatura sobre o espaço não-urbano (rural), além daquela produzida fora daquele espaço hegemônico (nas regiões), seria alijada do quadro canônico da literatura nacional e receberia, portanto, a alcunha pejorativa de regional. Esse tipo de interpretação, terá o seu apogeu, a partir da década de 1950, sob forte influência do pensamento de Antonio Candido e Afrânio Coutinho, além de outros estudos sobre o que seria a história da literatura brasileira.

Nesse cenário, aqueles estudiosos da década de 1970/80, ao lançarem seus olhares para o grupo de letrados sul rio-grandenses, tiveram que lidar com aquelas duas tradições historiográficas. Na regional, seus antecessores falavam da existência de um padrão literário próprio baseado no que se passou a chamar de **literatura gauchesca** (caracterizada pelo uso ficcional de elementos como Revolução Farroupilha, o tipo gaúcho, a campanha, vocabulário próprio). Na nacional, tiveram de tratar com uma percepção do que seria a Literatura Brasileira que, aliás, colocava de lado a produção literária da sua região. Assim sendo, regionalismo e nacionalismo eram, em seu período de estudos, duas tendências completamente opostas. A partir desse contexto historiográfico, esses estudiosos perceberam exatamente essas duas

inclinações em Apolinário Porto Alegre e os partenonistas, entrelaçadas em um mesmo desejo de inserção ao projeto de constituição da nacionalidade brasileira via literatura, através do uso daqueles mesmos elementos que se tornaram característicos da literatura regionalista gaúcha. Inevitavelmente o resultado só poderia ser a classificação daqueles letrados do século XIX, como sujeitos ambíguos, ou confusos, em sua forma de pertencimento comunitário.

Por outro lado, e essa poderia ser a quarta problemática sobre o assunto que tomei consciência com o aprofundamento das minhas leituras, a partir dos anos 2000, pesquisas desenvolvidas nos Estudos Históricos reafirmaram a prevalência da postura nacionalista no pensamento daqueles letrados sul-rio-grandenses do século XIX. Dessa forma, a questão da ambiguidade, apontada pelos estudiosos da literatura, foi amplamente refutada por esses pesquisadores. Considerar Apolinário Porto Alegre e os partenonistas como, nem que seja apenas um pouco, iniciadores de um movimento que não se anunciava naquela época seria cometer o equívoco do anacronismo (olhar o passado com os olhos do presente), ou seja, o maior equívoco para aqueles que se dedicam estudar as experiências do homem no tempo.

O questionamento que se põe neste momento é como os historiadores, que predominantemente tem por base a historicização do passado, conseguiram escapar ilesos da ambiguidade assinalada pelos estudiosos literários. Talvez, a resposta poderia ser obtida através da adição de mais um detalhe nesta reflexão. Apenas alguns historiadores conseguiram tal proeza. Exatamente aqueles que olharam para a literatura usando apenas os olhos de sua disciplina, os que se aproximaram demais dos Estudos Literários acabaram caindo naquela armadilha da constatação do ambíguo.

Não acredito que o problema seja a tentativa de realizar a união entre Literatura e História, na verdade, entendo que isso tenha ocorrido pela forma limitada que cada estudioso, dos Estudos Literários ou Históricos, abordou o outro campo. Talvez, tenha faltado um aprofundamento nas especificidades que cada área armazenaram ao longo de sua intensa especialização disciplinar.

O método dos Estudos Históricos focado no entendimento do passado, apresenta dificuldades até mesmo para aqueles que “são da área”. Desde o surgimento da disciplina, no século XIX, os historiadores – geralmente incomodados pelos filósofos, e ultimamente até pelos críticos literários – foram obrigados a refletir sobre a sua própria leitura da experiência dos homens no tempo. Questionou-se tudo que se possa imaginar: objetividade, perspectiva, tempo, linguagem, narrativa, se é representação ou construção do passado, etc. Tudo isso impulsionado

pelo grande inimigo dos historiadores, o anacronismo.

Os Estudos Literários também possuem as suas peculiaridades. Especificamente no Brasil, eles desenvolveram pontos complicados e controversos para alguém de fora daquela disciplina entender. Por um longo período, reinou o método da produção de histórias literárias, baseado na organização de obras que representariam o caráter nacional e, posteriormente, em estilos literários que demonstrariam a evolução daquela representação. Isso gerou uma grande quantidade de obras, com diferentes posições e interpretações sobre o que deveria ser a literatura nacional. Além disso, o próprio campo possui a interminável discussão sobre a maneira mais adequada de se analisar uma produção literária, oscilando entre uma interpretação contextualista (interessada nos pressupostos externos que lhe deram origem), ou formalista (dedicada à estrutura do próprio texto como algo autoexplicativo). Não podendo deixar de mencionar que tudo isso tem por base a questão do valor estético, pois o texto literário é encarado como uma produção artística.

Como minha trajetória acabou me transformando em um estudioso literário e em um historiador, tendo a formação em ambas as disciplinas, não poderia me dar ao luxo de escolher uma perspectiva ignorando a outra. Por isso, percebi a necessidade de se traçar uma outra estratégia de estudos, baseada na reflexão da minha própria prática e dos que me precederam. Como fazer isso?

Em primeiro lugar, em vez de interpretar o passado, na maneira dos historiadores, ou desenvolver uma crítica literária, na forma dos estudiosos da literatura, resolvi dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos por aqueles historiadores da literatura da década de 1970/80, que procuraram aliar as duas perspectivas. Contudo, continuarei no ponto em que eles pararam: na ambiguidade. Consequentemente, com esta ideia em mente, meu objetivo nessa dissertação foi direcionado para a leitura de meu objeto, no caso Apolinário Porto Alegre e os partenonistas, através de uma temporalidade mais complexa, que não leve em consideração apenas o contexto de produção (sua postura nacionalista), mas também as diversas recepções críticas que constituíram um olhar sobre aquele tema e o classificaram de acordo com as questões em voga (literatura regionalista gaúcha).

Saliento aqui que, para fazer esse tipo de trabalho, questiono o pressuposto de que para entender as experiências do homem ao longo do tempo é preciso aprisionar seu objeto em uma temporalidade restrita unicamente ao seu contexto de produção, resultando, inevitavelmente, em releituras que pretendem impor uma interpretação única sobre o passado e que não

consideram a sua inserção em um sistema complexo de circulação. Por outro lado, também refuto aquelas análises que se circunscrevem unicamente às exigências de seu próprio tempo e ignoram que o objeto de interesse possui também uma demanda própria na qual ele foi originado. Diante destas duas posturas, em certa medida antagônicas, proponho outra forma de lidar com esse objeto que é simultaneamente histórico e literário. Para tanto, partirei da releitura de interpretações desenvolvidas ao longo do tempo, na tentativa de demonstrar que ele faz parte de um circuito temporal, no qual entre o seu momento de produção e a minha interpretação no presente existiram também inúmeras e diferentes formas de recepções.

Para atingir esse tipo de ideia, necessitei refletir sobre a própria relevância de uma pesquisa que se dispõe a analisar um material produzido no século XIX, assim como as discussões sobre ele, consideradas geralmente como “referências”. Em resposta a isso, digo que tal questão é uma peculiaridade da forma com que encaro a História. Diferentemente de um arqueólogo que escava a terra para investigar um objeto do passado, um historiador não consegue perceber claramente as **camadas de terra**, datadas de diferentes períodos, que estão acima de seu objeto de estudo (artefato). Seria extraordinário se o historiador ao cavar aquele buraco visse nitidamente seu objeto em seu estado **puro** e, além disso, ao retirarmos daquele local **de origem** resgatando para o nosso tempo presente, pudéssemos limpá-lo evitando que fosse contaminado pelas **impurezas temporais** das camadas de terra que estão sobre ele.

Os estudos históricos não são desta forma, mesmo que por um longo tempo tenham tido este tipo de pretensão; eles não são análises objetivas do artefato histórico. Por outro lado, a pedra de toque dos historiadores continua sendo evitar ao máximo os anacronismos. Por quê? Talvez, para alguns seja apenas *fetich*e dos historiadores. Todavia, entre a refutação cega ao anacronismo e a aceitação da sua existência há, portanto, uma grande distância que deve ser ressaltada.

Negar a presença do anacronismo em qualquer trabalho é como se, ao mesmo tempo, negássemos que somos seres historicamente constituídos. Não somos indivíduos **zerados** historicamente. Apesar de os estudos históricos serem, às vezes, encarados como um mero discurso sobre algo, esse campo também possui a sua própria historicidade. Olhar para o passado, acreditando que iremos nos despir de toda a **carga histórica** herdada, é o mesmo que ver aquele semelhante objeto a partir da presentificação do “aqui e agora”, ou seja, acima de qualquer camada de terra. Do meu ponto de vista, ambas perspectivas são pesos com as mesmas medidas, só que estão em polos opostos.



Uma possibilidade que vejo seria a de uma pesquisa que ande por “duas vias”: ao mesmo tempo em que olho o artefato no fundo do buraco, devo prestar a atenção nas camadas de terra que estiveram sobre ele. Por essa razão, nesta pesquisa desenvolvo uma ideia para lidar com essa questão da historicidade e da crítica: olhar para o artefato que desejo estudar “do presente para o passado”, em que cada interpretação que estava sobreposta ao objeto no passado, seja lida através da relação que passou a desempenhar com o mesmo. Nesse sentido, o que proponho é realizar um degrade no sentido inverso. Deverei ser sincero, tal organização metodológica não está partindo de um modelo ou ferramenta conceitual, mas tem por base a minha inserção nos dois campos, o histórico e o literário, que me desafiaram a tentar executar esse tipo método.

Tento realizar isso porque esse é o tipo de forma com que concebo o trabalho da Literatura e História como um campo interdisciplinar. Não é analisar um texto ficcional a partir de sua contextualização histórica ou utilizar a ficção como ilustração cultural de um determinado período. Literatura e História, quando juntas, deveriam se pautar pela compreensão de que uma obra literária foi produzida em um determinado tempo com peculiaridades e circunstâncias próprias, mas que simultaneamente é um **produto vivo**, passível de diferentes leituras e releituras ao longo do tempo. Como todo o objeto artístico, pela própria peculiaridade transcendental que promove sua produção, é juntamente histórico e a-histórico.

Devo salientar que esbocei nesta introdução um método de análise que considero imprescindível para o estudo do regionalismo, no meu caso, apenas o gaúcho. Embora essa tentativa possa conter lacunas pelo curto espaço de tempo para o desenvolvimento de análises mais aprofundadas, fica ao menos o encaminhamento de uma perspectiva mais complexa, que veja os fenômenos estudados realmente dentro de sistemas de leitura e releitura, em vez de apenas como textos soltos no espaço temporal. Enfatizo, portanto, a ideia de sistema, pois a literatura não se constitui por um texto em si, mas por inúmeras críticas que moldaram o nosso olhar e nossa compreensão sobre ela.

Dito isto, aponto que me situo como pertencente a um grupo de estudiosos, cujas pesquisas estão sendo desenvolvidas sobre o regionalismo e também as que foram feitas sobre o mesmo. Além disso, ao falar sobre esse tipo de temática é necessário salientar que em tempos de gigantescas espacialidades como transnacionalizações, globalizações, mundializações, falar sobre um tema que recorta um espaço geográfico tão pequeno, fazendo uso de um trocadilho modernista, parece ser um tanto “passadista”. Entretanto, essa “velharia” ainda constitui um objeto de estudo para o ambiente acadêmico brasileiro e os Estudos Literários realizaram

algumas interessantes pesquisas sobre essa temática, com os mais diferentes desdobramentos.<sup>4</sup>

Por fim, cabe ressaltar que, apesar da formação que tenho no âmbito dos Estudos Históricos, não me considero, necessariamente, um historiador focado apenas na compreensão dos fatos e acontecimentos históricos. Meu interesse nessa disciplina se deu no campo da Teoria da História, e o interesse pela ficção se deu por causa dos meus questionamentos, dentro das leituras daquele campo, da relação entre ficção, verdade, realidade e representação do passado. Dito isso, nas páginas subsequentes, analisarei as diversas camadas que ajudaram a constituir os diversos olhares sobre Apolinário Porto Alegre e os partenonistas, incluindo o meu próprio, na busca de enriquecer não apenas esse objeto de análise, mas também, a nossa própria forma de estudá-los.

<sup>4</sup> Demonstro isso apontando alguns recentes projetos de pesquisa acadêmica – produzida no âmbito do sistema de Pós-Graduação brasileiro: Humberto Hermenegildo de Araújo, da UFPB; Juliana Santini, da UNESP; Walnice Aparecida Matos Vilalva, da UEMG; Sylvania H. T. de Almeida Leite, da UNESP; Mário Cezar Silva Leite, da UFMG; José Luiz Ferreira, da UFRN; João Claudio Arendt, da UCS; Pedro Brum Santos, da UFSM; Luís Augusto Fischer, da UFRGS; Osvaldo Copertino Duarte, da UFRO; Carlos Alexandre Baumgarten, da PUCRS; Maria Eunice Moreira, da PUCRS; Leticia Malard; Tereza Ramos de Carvalho, da UFMT; Gunter Karl Pressler, da UFPA; Fernando Cerisara Gil, da UFPR; Rogerio Santana dos Santos (UFG). Albertina Vicentini Assumpção, da PUC-GO; Herasmo Braga de Oliveira Brito, da UFPI; Danilo Luiz Carlos Micali; Bento Alves Araujo Fleury Curado; Fabiana de Oliveira Resende; Tarcila Couto de Brito, da UFG. Além disso, saliento algumas dissertações e teses produzidas nesse ambiente, pelos seguintes pesquisadores: como o de André Tessaro Pelinser (2015), na UFMG, Camila Vellinho (2011), na UFRGS, Naiara Alberti Moreno (2014), na UNESP, Miriane da Costa Peregrino (2013), na UERJ, Maria de Nazaré Barreto Trindade (2013), UFPA.

## I – APOLINÁRIO PORTO ALEGRE E OS PARTENONISTAS NOS ESTUDOS HISTÓRICOS: 2015 – 2003

É praticamente um consenso o fato de que o Ensino Superior no Brasil, no sentido prático de quem pertence a esse ambiente, prevalece o padrão organizacional da especialização do conhecimento dividido em ramos disciplinares. Em boa medida, esse tipo de organização ainda é herdeiro da Reforma Universitária de 1968, aliás, período em que na sociedade brasileira vigorava a ditadura civil-militar (1964-1985).<sup>5</sup> Apesar das inúmeras tentativas de modificação desse padrão disciplinar, a partir do período de redemocratização, como, por exemplo, a LDB de 1996 até a atual tentativa de arregimentação das disciplinas isoladas em “grandes áreas”<sup>6</sup>, mais focadas no ensino básico, não se tem, até o momento, a percepção de uma significativa evaporação das fronteiras criadas para separar o saber humano em fragmentos disciplinares. Falando diretamente do sistema de Pós-Graduação brasileiro, o grau de formação (certificado) continua sendo emitido com o título de mestre ou doutor em uma determinada área específica.<sup>7</sup>

Conseqüentemente, cada dissertação ou tese tem a “cara” ou “marca” de sua disciplina originária. Não é que a exploração de outro campo disciplinar não seja incentivada, pelo contrário, esse tipo de ação passou a ser visto como demonstrativo do nível de atualização do pesquisador em relação às novidades do mundo do “pós” tudo (pós-modernidade, pós-colonial,

<sup>5</sup> Utilizei como leitura os textos *A idéia de Universidade na reforma universitária de 1968*, de Manuel Dias da Fraga e Lúcia Maria França Siano, publicado em 1991, e *Pós-Graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais*, de Miriam Fábria Alves e João Ferreira de Oliveira, publicado em 2014. Além da leitura da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 deu base para a Reforma Universitária de 1968 (o link da lei se encontra nas referências desta dissertação).

<sup>6</sup> Lei em parte incentivado desde as reformas de 1996, com LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996 e a última medida lançada no ano passado LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm); [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.html)

<sup>7</sup> A própria Capes responsável pelo credenciamento e avaliação do sistema de pós-graduação brasileira, separa um Programa de Pós-Graduação (PPG), em uma área específica e limitada, que é avaliada pelos seus “pares” do mesmo setor. A sua outra ferramenta usada como critério de avaliação da chamada “produção acadêmica” o *Qualis Capes* divide a nota das publicações de artigos em áreas. Além do mais, uma olhada nos últimos concursos para provimento do cargo de magistério superior denotam a acentuação da especialização universitária, no qual somada a exigência de graduação na “área específica”, agora se tem exigido os títulos de mestrado e doutorado na mesma área, senão, às vezes, que a tese (de doutorado) tenha versado sobre um determinado assunto específico (por exemplo História do Brasil Império, etc). Pelo menos, venho percebendo isso especialmente para os concursos da área de História e Literatura que me são de especial interesse.

pós-verdade, etc.).<sup>8</sup> Contudo, esse incentivo ocorre apenas no plano do discurso protocolar dos regimentos departamentais, pois, para que realmente ocorresse, seria necessário a perda da própria especialidade do campo disciplinar. Algo que, talvez, os órgãos avaliativos não perdoariam durante a avaliação – ainda – disciplinar de qualquer campo.

A respeito especificamente do tema que trata esta dissertação, Apolinário Porto Alegre e os partenonistas no século XIX, aponto que, dos anos 2015 a 2003, foram produzidos seis trabalhos que o abordaram como tema de pesquisa por parte de membros da disciplina Estudos Históricos. Até então, ele era apenas trabalhado dentro do campo disciplinar dos Estudos Literários. Demonstrei que, apesar da utilização de diversas bases bibliográficas, o resultado desses trabalhos, e, principalmente a leitura destes acadêmicos para a matéria literária, não fugiram da “marca” de sua disciplina de origem.

Devo explicar que essa conta tem por base os seguintes critérios, que, por sua vez, são diretamente pertinentes com a proposta organizacional deste estudo: a) analisaram a literatura sul-rio-grandense; b) tiveram como recorte temporal o século XIX; c) o interesse temático envolveu Apolinário Porto Alegre e/ou os partenonistas; d) procuraram desenvolver um estudo relacionando – interdisciplinarmente – História e Literatura.<sup>9</sup>

A primeira vista, esse número parece ser um tanto reduzido. Mas deve-se levar em conta que estamos falando sobre um tema periférico (que não está no centro de interesse “nacional”)

<sup>8</sup> Para se ver que a questão de ultrapassagem do muro disciplinar é uma coisa séria nos dias atuais, basta olharmos para a quantidade de conceitos que foram criados ao longo dos últimos anos para vencer esse problema, como: interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade e o mais recente hiperdisciplinaridade. Infelizmente, o problema está longe de ser solucionado, pois ao que parece a utilização de prefixos antes da palavra “disciplinar” está longe de chegar ao seu fim. Esses conceitos podem ser encontrados nos trabalhos de Marília Freitas de Campos Pires, *Multidisciplinaridade, Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade no Ensino*, publicado em 1998. Luiza Helena Oliveira da Silva e Francisco neto Pereira Pinto, *Interdisciplinaridade: as práticas possíveis*, de 2009. Na tese *As relações interdisciplinares refletidas na literatura brasileira da ciência da informação*, defendida em 2009, Lucinéia Maria Bicalho dissertou, entre as páginas 70 e 138, sobre uma boa quantidade de bibliografia referente aqueles conceitos. Com exceção para o último, que encontrei no texto de Josiel de Alencar Guedes, *A crise da ciência moderna e a busca de uma superação*, publicado em 2012. O interessante do trabalho de Lucinéia Maria Bicalho, é que ela constatou que o campo Ciência da Informação, originado através do princípio da superação disciplinar a partir da segunda metade do século XX, tem sua produção de conhecimento restrita à própria área (2009: 131-140). Um material que pode ser consultado para entendermos a história da interdisciplinaridade principalmente entre as humanidades, nesse caso restrito ao mundo anglófono (Grã-Bretanha e EUA) e a Europa Ocidental, é a palestra proferida pelo historiador cultural Peter Burke, em 2013, na Palacký University Olomouc, na República Checa, intitulado *A Short History of Interdisciplinarity*.

<sup>9</sup> Esses trabalhos procuraram se inserir dentro da área “História e Literatura”. Não deixa de ser curioso, o fato de quando o oposto ocorre, por exemplo, alguém sob a disciplina de Literatura (na verdade Letras para ser mais exato com a nomenclatura da CAPES) faz uso da História, ocorre a inversão na ordem das palavras passando a ser escrita como “Literatura e História”. Apenas como título de exemplo, o artigo *Literatura e História no conto inimigos*, de Alcides Maya, publicado em 2016 por Tomás mendes da Silva e Márcia Letícia Gomes e *História e Literatura: algumas considerações*, publicado em 2010 por Valdeci Rezende Borges.

e um tanto complicado, que envolve a regionalidade dos nascidos no Rio Grande do Sul.

Os trabalhos são os seguintes:

\* *O “Inolvidável Polígrafo”*: *regionalismo literário gaúcho e nacionalismo brasileiro em Apolinário Porto Alegre (1869-1879)*, dissertação de mestrado defendida, na PUCRS, por mim mesmo, no ano de 2015, sob orientação de Marçal de Menezes Paredes. Nessa ocasião, a banca foi composta por Maria Eunice Moreira, professora do Departamento de Letras, e por Luciana Murari, professora do Departamento de História. Ambas são vinculadas à mesma instituição.

\* O livro *De Rio-Grandense a Gaúcho: o triunfo do avesso: um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)*, publicado por Carla Renata Antunes de Souza Gomes, em 2009.<sup>10</sup>

\* *Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*,<sup>11</sup> dissertação de mestrado defendida, no PPG em História da UFRGS, por Cássia Daiane Macedo da Silveira, no ano de 2008, sob orientação de Benito Bisso Schmidt. A banca foi composta por Sidney Chalhoub, na época membro do Departamento de História da UNICAMP, Marcia Ivana de Lima e Silva, do Departamento de Letras e Luiz Alberto Grijó, do Departamento de História, sendo ambos membros da UFRGS.

\* *Entre história e literatura: a formação do panteão rio-grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX*, dissertação de mestrado defendida, no PPG em História da UFRGS, por Luciana Fernandes Boeira, no ano de 2009, sob orientação de Temistocles Americo Correa Cezar. A banca foi composta por Manoel Luiz Salgado Guimarães, do Departamento de História da UFRJ, Mara Cristina de Matos Rodrigues e Eduardo Neumann, ambos membros do Departamento de História da UFRGS.

\* *Entre a grande a pequena pátria: literatos, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*, tese de doutorado defendida, no PPG em História da UNICAMP, por Alexandre Lazzari,

<sup>10</sup> Este livro tem como base a dissertação de mestrado defendida no ano de 2006, no PPGH da UFRGS, sob orientação de Cesar Augusto Barcellos Guazzelli. Informações que podem ser encontradas no depositário digital daquela instituição (precisamente neste link: <http://hdl.handle.net/10183/11154>). Conforme visualizado no Currículo Lattes de seu orientador, foram membros de sua banca: Temistocles Americo Correa Cezar, do Departamento de História da UFRGS; Leticia Borges Nedel, membro do Departamento em História da UFSC; e Joana Bosak de Figueiredo, que naquele mesmo ano havia terminado seu Doutorado em Letras, na UFRGS, porém, toda a sua formação havia se dado no campo dos Estudos Históricos (informações retiradas de seu Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2938354734194794>).

<sup>11</sup> No ano passado essa dissertação foi publicada como livro pela editora Prismas de Curitiba/PR, com o título de *Sociedade Partenon Literário: literatura e política na Porto Alegre do século XIX*.

no ano de 2004, sob orientação de Maria Clementina Pereira Cunha. A banca foi composta por Barbara Weinstein, do Departamento de História da New York University, Temistocles Américo Correa Cezar, do Departamento de História da UFRGS, Jefferson Cano, do Departamento de Letras da UNICAMP, e Sidney Chalhoub na época membro do Departamento de História da UNICAMP.

\* Sandra Jatahy Pesavento, na época professora do Departamento de História da UFRGS, com o capítulo, escrito em 2003, “Nação e região: diálogos do “mesmo” e do “outro” (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX)”, publicado no livro *História Cultural: experiências de pesquisa*.

Mencionado os pesquisadores acompanhados de seus respectivos trabalhos, passo agora para a fase seguinte deste **Texto I**, que consiste na análise de suas leituras sobre Apolinário Porto Alegre e os partenonistas. Início por Alexandre Lazzari, pois acredito que a sua tese, se comparada com os outros trabalhos, teve mais profundidade na leitura daqueles letrados e, além disso, deu base para os outros estudos que o sucederam.

O resultado final de sua pesquisa poderia ser resumido nesta seguinte citação:

O estudo que aqui apresento parte da suposição de que as formas pelas quais os rio-grandenses historicamente conceberam seu pertencimento à nacionalidade brasileira (e às vezes até mesmo questionaram este pertencimento), está vinculada a um dos tantos modos por que nossos ‘inventores’ da identidade nacional quiseram retratar o país. Este modo é o do paradigma historiográfico e literário que representa uma nação formada pela diversidade e vigor de suas raças e regiões, onde a integração do homem à natureza local produziu histórias, tipos humanos e costumes singulares que se costuram para formar o todo da experiência brasileira. Não se trata de fazer uma história do “regionalismo gaúcho” ou um trabalho de “história regional”, nem de pretender escrever uma “história da identidade rio-grandense”, mas sim tentar contar como foi possível a identidade nacional brasileira ter sido imaginada como uma identidade rio-grandense ou “gaúcha”. Esta ambição teria motivado o surgimento de grupos literários e tradicionalistas que produziram tanto práticas associativas como uma expressiva quantidade de textos abrangendo gêneros diversos como poesia, romance, biografia, narrativas históricas e estudos de folclore, filologia e etnologia. Minha releitura deste material busca interpretá-lo no contexto da tradição romântica da literatura do século XIX e da ação destes grupos e indivíduos que tomaram para si a missão de associar um sentido de nacionalidade a “tradições” (inventadas ou não) culturais e políticas locais (2004: 19).

Nesta passagem, é perceptível a forma que Alexandre Lazzari lê o movimento de Apolinário Porto Alegre e os partenonistas no século XIX, no qual a percepção comunitária, no nível local, estaria atrelada à própria maneira de conceber o seu pertencimento à **brasilidade**. Como disse, a partir desse entrelaçamento entre a percepção identitária regional como fazendo parte, e não separada, da noção de nacionalidade, é que os estudos desenvolvidos no âmbito disciplinar dos Estudos Históricos se pautaram ao abordar os letrados sul-rio-grandense do

século XIX.<sup>12</sup>

Retornando ao trecho citado, percebo também que a leitura feita por aquele estudioso, sobre os letrados do século XIX, tem uma estrita relação com a forma como ele percebe a sua própria comunidade em seu presente. Digo isso porque após aquela passagem, ele comentou que seu trabalho pretende dar “alguma contribuição para melhor se compreender como um nacionalismo que teve grande força ideológica e simbólica sobre a sociedade local tenha se cristalizado, no correr do século XX, em grande medida como um ‘regionalismo’ folclórico e estereotipado (2004: 20). Nós, sul rio-grandenses, sabemos que ele está se referindo à constituição, a partir da década de 1950, do **tradicionalismo gaúcho**, que teria propagado um regionalismo fechado, excludente e com um grau elevado de antinacionalismo. Essa forma de percepção da regionalidade teve por carro-chefe o MTG, que exerceu enorme força no Rio Grande do Sul através da promoção feita pelos CTG’s, os centros de tradições gaúchas.

Alexandre Lazzari leu estudos que abordaram esse assunto, aliás citou-os em sua introdução, comentando que pesquisas empreendidas pelos antropólogos Ruben George Oliven e Maria Eunice Maciel tentaram entender “as razões da invenção e eficácia política da identidade ‘gaúcha’”. Um problema, que como ele sublinhou, não tem sido muito explorado pelos historiadores (2004: 13-14). Em nota de rodapé, os trabalhos citados foram os seguintes: de Ruben George Oliven *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação* “A polêmica identidade gaúcha” publicado no *Cadernos de Antropologia*, em 1992, “Na fronteira da Nação: regionalismo gaúcho”, no livro *Breve inventário de temas do sul*, de 1998; de Maria Eunice Maciel “Memória, tradição e tradicionalismo no Rio Grande do Sul”, publicado no livro, *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*, em 2001 e para a mesma revista *Humanas* “Os tipos característicos. Região e estereótipos regionais”, em 1995, e “Tradição e tradicionalismo no Rio Grande do Sul”, de 1999.

Mesmo sendo da área da antropologia, a influência do livro *A Parte e o Todo: A Diversidade Cultural no Brasil-Nação*, publicado em 1992, foi enorme entre os historiadores e estudiosos da literatura.<sup>13</sup> Caso alguém deseje estudar o fenômeno regionalista gaúcho,

<sup>12</sup> Essa ideia está bastante clara no seguinte comentário: “Embora não se possa afirmar que os escritores provincianos em questão concebem claramente uma intenção de definir a ‘identidade nacional’ em seus trabalhos, entende-se em todos eles estava em jogo o sentido da nacionalidade, ou seja, o pertencimento a uma origem e destino coletivo ‘nacional’, cujos ‘imaginados’ limites inclusões e exclusões estavam relacionados a tensões políticas e sociais locais (LAZZARI, 2004: 19-20).

<sup>13</sup> Esse livro recebeu uma segunda edição em 2006 e, anteriormente, no ano de 1996 foi traduzido para o inglês com o título de *Tradition matters: modern Gaúcho identity in Brazil*.



inevitavelmente terá de passar por aquela obra.

Talvez pudesse dizer que a sua força reside no longo tempo que Ruben George Oliven dedicou ao assunto, pois ao abri-lo, notaremos que ele consiste no agrupamento de artigos que foram anteriormente publicados pelo autor em outras revistas ou cadernos de estudos. O livro contém seis capítulos, do 2º ao 4º seguiu esse modelo de pensar na relação entre regional e nacional.<sup>14</sup> Apesar do autor não ter colocado nenhuma referência a trabalhos anteriores nos capítulos 1º, 5º e 6º, acredito que os dois últimos tiveram por base o artigo *The Growth of Regional Culture in Brazil: an Analysis of the Resurrection of Gaúcho Identity in an Urbanized State*, publicado em 1987,<sup>15</sup> em que ele abordou os fatores sociais que possibilitaram o surgimento do MTG (Movimento Tradicionalista Gaúcho), devido ao aparecimento de uma cultura mais popular e cada vez mais urbana. Expansão essa que, segundo o autor, coincidia com a perda da importância política e econômica do estado do Rio Grande do Sul no cenário brasileiro (1987).

A formação do MTG – encarado como a própria ressurreição do gauchismo – teria sido, no entendimento daquele antropólogo, originada como uma reação ao processo que ele denomina por “mundialização da cultura”. Foi a comprovação dessa hipótese que norteou as pesquisas de Ruben George Oliven, como fica claro no trecho que segue e vale a pena dar uma olhada:

Embora desde a época das grandes viagens marítimas da Idade Moderna só fazia sentido pensar a economia como um sistema mundial, já que havia troca de mercadorias de um continente para outro, atualmente estamos assistindo a transnacionalização da economia. Houve uma época em que os diferentes mercados nacionais se consolidaram e em que os países centrais procuraram exportar suas mercadorias para outros países. Hoje, mais do que multinacionalizada, a economia está se caracterizando por grandes corporações, com o capital espalhado em diferentes nações, vendendo freqüentemente mais fora do que dentro de seu país de origem, recrutando executivos em qualquer lugar do mundo a partir de critérios de eficiência e não mais de nacionalidade. Para esse tipo de economia não faz sentido utilizar o termo nação enquanto categoria de produção ou de consumo.

De modo semelhante, a disseminação de novas tecnologias comunicacionais, como o

<sup>14</sup> O 2º capítulo, **O Nacional e o Regional na Construção da Identidade Brasileira** (1992: 31), consiste em um texto, publicado com o mesmo nome na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* vol.1, nº, 1986, p. 68-74. O 3º capítulo **O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação contraditória** (1992: 47), também foi publicado naquela mesma revista, mas com um título ligeiramente modificado para **O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controversa** *Revista Brasileira de Ciências Sociais* vol. 3, nº 9, 1989, p. 5-14. Já o 4º capítulo, **Em Busca do Tempo Perdido: o movimento tradicionalista gaúcho** (1992: 69), foi novamente publicado, sob o mesmo título, na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 6, nº 15, 1991, 40-51, tendo sido também publicado no ano anterior, em uma versão estendida com o título de **O Maior Movimento de Cultura Popular do Mundo Ocidental** no *Cadernos de Antropologia*, nº 1, 1990, p. 1-46.

<sup>15</sup> O mesmo artigo foi publicado em português com o título de “O Renascimento do Gauchismo” no livro *Nós, Os Gaúchos*, organizado por Luís Augusto Fischer e Sergius Gonzaga, sendo lançado no ano de 1992 pela editora da UFRGS.



satélite, o computador, o fax e o correio eletrônico, faz com que a tomada de decisões seja muito mais rápida e ágil e possa ser feita sem a preocupação das distâncias, que desse modo ficam minimizadas.

É natural que todos esses processos também se reflitam no âmbito da cultura. Com a velocidade da disseminação das mensagens estão se criando estilos de vida mundializados. Alguns padrões de consumo e de gosto indicam que existe uma série de manifestações culturais que se internacionalizaram. Entre os exemplos estão o rock, os grandes festivais, a moda jovem, os *fast foods*, os *shopping centers*. Também está surgindo culturas híbridas. Antigamente as culturas tendiam a ser associadas a um território e a identidades definidas. O que se verifica atualmente é um cruzamento das fronteiras culturais e simbólicas que faz com que haja uma desterritorialização dos fenômenos culturais. Uma manifestação simbólica que surge num contexto – como o *rock* – migra para outros e é recontextualizada. É claro que essa adoção não é passiva e implica sempre em reelaboração.

Todo esse processo de mundialização da cultura, que dá a impressão de que vivemos numa aldeia global, acaba repondo a questão da tradição, da nação e da região. À medida em que o mundo se torna mais complexo e se internacionaliza, a questão das diferenças se recoloca e há um intenso processo de construção de identidades. Se a unificação nacional ocorrida no passado se mostrou contrária à manutenção de diversidades regionais e culturais, o mundo está em parte assistindo justamente a afirmação das diferenças. Isso se dá tanto naqueles países em que o estado-nação resultou de uma integração forçada de diferentes nacionalidades que não se vêem representadas por ele e procuram se constituir em países autônomos (processo que está ocorrendo no leste Europeu e na ex-União Soviética), como em nações que se federaram lentamente e por vontade própria (1992: 134-135).

Ao lermos esse trecho, é fácil ficarmos impressionados com a capacidade daquele antropólogo ao analisar e, ao mesmo tempo sugerir, uma possível relação entre o (res)surgimento dos fenômenos de autoafirmação identitária, durante o século XX, e as transformações econômicas e culturais causadas pela globalização. O MTG, como mencionado, surgindo no meio urbano, como um movimento de formação dos laços comunitários face ao crescente isolamento do indivíduo em uma sociedade massificada, entraria nessa resistência à mundialização da cultura.<sup>16</sup>

<sup>16</sup> Alguns pesquisadores sobre o nacionalismo inferiram que o “crescimento” desse fenômeno e de políticas populistas, ocorridos através fragilização da União Europeia (gerada pela saída da Grã-Bretanha), a eleição de Donald Trump nos EUA e a disputa eleitoral entre Marine La Pen e Emmanuel Macron, seria uma forma de resistência ao efeito colateral da globalização, que gera o aumento da desigualdade econômica. Um exemplo, é o a *Undergraduate Conference* deste ano no *Nationalism Studies Program*, da Central European University (CEU) que tem por tema *Populism, Nationalism and Deglobalization*. A chamada para o mesmo é muito interessante, vejamos: “In the past decade, populist parties throughout the world have become major political players. New populist political parties emerged and, at the same time, different variations of nativism and nationalist populist rhetoric have become common among mainstream left- and right-wing parties. The focus of the undergraduate summer conference “Populism, Nationalism and Deglobalization” will be nationalist populism – past and present. Special attention will be given to themes discussing the relationship between mass population movements, economic crises and nationalist politics. The Nationalism Studies Program at Central European University invites proposals devoted to comparative perspectives on nationalism-related contemporary and historical case studies as well as papers on theoretical approaches that need not be grounded in any particular geographic region. Disciplines represented include political science, sociology, international relations, legal studies, history, anthropology, economics, philosophy, political geography, sociolinguistics, literature, and related fields”. Essas informações podem ser encontradas no site do evento, através deste link: <https://nationalism.ceu.edu/undergraduate-conference-2017>.

Mas não seria através da leitura dos trabalhos desenvolvidos pelos antropólogos que Alexandre Lazzari teria certo mal-estar ao lidar com o tema. Como ele comentou, na década de 1980, surgiram alguns trabalhos por parte de historiadores, além de estudiosos da literatura, que dirigiram diversas críticas aos movimentos de enaltecimento da identidade gaúcha, propagada por aquele MTG e seus centros, classificando-os como, na leitura do estudioso, uma “ideologia por meio da qual a classe dominante local, ao divulgar valores do patriarcalismo rural, justificava a hierarquia e dominação social em tempos de transição para o capitalismo industrial” (2004: 14). A esse respeito, ele citou o livro *RS: Cultura & Ideologia*<sup>17</sup>, publicado em 1980 e coordenado por Sergius Gonzaga e José Hildebrando Dacanal, esse trabalho aglutinou historiadores e estudiosos da literatura.<sup>18</sup> Importante ressaltar que o mesmo faz parte da interessante “Coleção RS” – cujo nome era “Série Documenta” – da editora porto-alegrense Mercado Aberto<sup>19</sup>, que se propunha a “revisar” a História sul-rio-grandense a partir de outros parâmetros teóricos – principalmente tendo por base uma leitura mais próxima do pensamento marxista, como é perceptível pela utilização do conceito de “ideologia”, no livro *A ideologia do gauchismo*, de Tau Golin, publicado em 1983, que, apesar de não ter sido publicado por aquela editora, segue a mesma linha crítica da academia sulina nos anos 1980.

Mesmo que aqueles trabalhos lidos por Alexandre Lazzari fossem dedicados ao

<sup>17</sup> Nesse livro, Sergius Gonzaga escreveu um capítulo intitulado “As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura”. Neste texto, o escritor não objetiva a constituição de uma obra de arte mas a elaboração de uma ferramenta ideológica utilizada pela elite política e econômica de uma sociedade, para encobrir eufemisticamente a realidade, resultando o que Sergius Gonzaga denomina por *Mito*. Esse tipo de abordagem fica bem claro neste trecho que segue: “Compreende-se a apologia em função do surgimento das cidades em especial Porto Alegre, de jovens “ilustrados” – oriundos dos setores intermediários – que iriam usar as “belas letras” como alavanca para a sua escalada. Repetia-se um fenômeno de extensão nacional: o processo de mobilidade social dessa “intelligentsia” de origem bastarda condicionava-se à intimidade que pudesse ter com os detentores do poder. Articulava-se uma troca: ascensão, prestígio ou simples reconhecimentos cambiados por subideólogos, aptos a oferecer fórmulas (amenas à oligarquia) de representação da realidade, e por artista, capazes de pôr em prosa e verso as qualidades varonis dessa mesma oligarquia” (1980: 125-126).

<sup>18</sup> Aliás, nesse livro há uma publicação de Sandra Jatahy Pesavento, que mais tarde iria se dedicar enormemente ao estudo da relação entre Literatura e História. No âmbito reflexivo sobre a relação daquelas duas áreas, ela escreveu o texto “História e literatura: uma velha-nova história”, que foi publicado no livro *Histórias e Literatura: identidades e fronteiras* (2006) organizado por Cléria Botelho da Costa e Maria Clara Tomaz Machado. Ou do artigo *Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário* (1995) em que ela explora o uso da literatura como fonte histórica, através do uso do conceito de representação desenvolvido pelos historiadores franceses da chamada Nova História Cultural.

<sup>19</sup> Segundo o site <http://publicacoes.findthecompany.com.br/l/151687340/Editora-Mercado-Aberto-Ltda-ME-em-Porto-Alegre-RS> (acessado em 20/02/2017) a editora existe desde 1977. Aliás, na mesma “Coleção RS” foram publicados títulos como *RS: Modernização e Crise na Agricultura*. Basta olhar os títulos e autores (de qualquer área) que facilmente perceberemos a tentativa de divulgar as letras gaúchas, por exemplo, ficcionistas como Luiz Antonio de Assis Brasil, Alcy Cheuiche, além dos historiadores Mario Maestri e Moacyr Flores e dos estudiosos literários José Hildebrando Dacanal e Luís Augusto Fischer entre muitos outros da intelectualidade sul-rio-grandense publicaram nessa editora.

entendimento, ou crítica, do gauchismo na segunda metade do século XX, isso não impediu que, todos eles, colocassem por alvo aqueles literatos do século XIX.<sup>20</sup> Contudo, como historiador, ele divergiu daquele tipo de interpretações. Lidando com essa tradição historiográfica, termo que uso aqui apenas para expressar a quantidade de estudos sobre um mesmo assunto ao longo do tempo, ele não lia os letrados sul rio-grandenses, do século XIX, como constituidores daquele tipo de gauchismo comentado acima, pois, para Alexandre Lazzari, seus horizontes de ação estavam direcionados para o desejo de desenvolver uma outra forma nacionalidade, que seria baseada na agregação de diferentes experiências locais, as quais, ao serem reunidas dariam, digo eu, o sentido da **brasilidade**.

Somando a essa questão, outro aspecto que pesa na leitura de Alexandre Lazzari sobre Apolinário Porto Alegre e os partenonistas, é sua afirmação de que a ideia “identidade nacional ‘à gaúcha’”, dos fragmentos regionais formando o todo nacional, teve pouca repercussão no “ambiente intelectual e político da capital do país”. Nesse caso, o estudioso está olhando para a pouca relevância, em um sentido nacional, dada aos esforços daqueles letrados sul rio-grandenses, do século XIX (classificados como regionalizados), teriam e tem para o restante do

<sup>20</sup> E foi exatamente isso que Sergius Gonzaga fez no capítulo “As mentiras sobre o gaúcho: primeiras contribuições da literatura”, presente no livro citado *RS: Cultura & Ideologia*. Indico isso neste trecho “[...] os três últimos quartéis do oitocentos assistiriam à gênese das ‘belas mentiras’ que, livres do cotejo com a realidade – afinal o verdadeiro gaudério já tinha sido riscado do mapa – terminariam por difundir um outro real, real ilusório, mistificador, confortante. O rastreamento das origens da imagem positiva do gaúcho remete-nos para 1835” (1980: 118). E neste outro: “A partir da segunda metade do século XIX, esboçava-se em Porto Alegre um fenômeno de maior densidade cultural: fora fundado o Partenon Literário (1868). O Partenon publicaria durante alguns anos a Revistas Mensal – periódico congregador e influente – onde colaborariam as figuras mais representativas da ‘inteligentsia’ nascente, entre os quais Apolinário Porto Alegre e Caldre e Fião” (1980: 123-124), que continua nestas duas: “[...] Colonizados pelos ‘padrões sublimes da civilização’, procuravam escrever como Byron, pintar como acadêmicos franceses, compor como Verdi, e assim por diante. Daí esse caráter de pastiche que permeia boa parte da produção cultural do país – espécie de transplante mal-feito, gerador de uma infinita série de obras flutuantes. Obras cujos vínculos com as circunstâncias locais inexistiam ou ficavam na superfície de um costumbrismo no mais das vezes escamoteador” (1980: 124) e “O grupo do Partenon procurou conciliar os estatutos europeus (imagens, estruturas formais, técnicas, cacoetes, etc.) com a visão positiva da oligarquia rio-grandense” (1980: 125). E, por fim, este trecho: “Contudo, além da inegável importância histórica, calcada na formação do sistema literário, caberia aos integrantes da Sociedade Partenon o esforço para a louvação dos tipos representativos mais caros à classe dirigente. Sedimenta-se ali o início da apologia de figuras heróicas, alçadas à condição de símbolos da grandeza do povo rio-grandense. Encontra-se na sedição farroupilha os paradigmas de honra, liberdade e igualdade que se tornariam inerentes ao futuro mito do gaúcho, dissolvendo-se os motivos econômicos e as diferenças entre as classes, existentes no conflito. A configuração dos heróis não era ainda a do gaúcho estilizado e ‘glamourizado’, mas o vetor encomiástico já se fazia presente” (1980: 125). Outro estudo foi o livro, já citado *A ideologia do gauchismo*, de Tau Golin, em que ele mencionou no início do livro que no século XIX havia uma correspondência entre as ideias que formam o tradicionalismo gaúcho e a sua sustentação econômica que estaria baseada no latifúndio. Nisso, a Sociedade do Parthenon Litterario, teria lançado os fundos dessa ideologia do gauchismo para justificar e legitimar a hegemonia daquele elite latifundiária, segundo ele, “a sua mistificação serviu satisfatoriamente à oligarquia, quando particularizaram o discurso, absorvendo a linguagem popular”. Dessa maneira, esse mecanismo criado serviu como controle ideológico para a manipulação de restante da sociedade (1983: 23).

país.

Abusando um pouco das generalizações, digo que o centro hegemônico brasileiro, primeiro Rio de Janeiro e depois São Paulo, jamais acataria a uma ideia dessas. Talvez, as mentes paulistanas lançariam o grito de que em São Paulo, após Getúlio Vargas e principalmente contra ele, surgiram ideias regionalistas como, por exemplo, o *verde-amarelismo* das ovelhas negras do modernismo. Mas, depois de ler o estudo *The Color of Modernity: São Paulo and the Making of Race and Nation in Brazil* de Barbara Weinstein, publicado em 2015, digo que esse movimento passa longe daquele lá preconizados por aqueles sulinos. Ele está muito mais para a afirmação da superioridade paulista, no sentido da região, do que para a agregação dos seus pares, também regionais, no sentido da horizontalidade.

Apesar disso, essa concepção da nacionalidade brasileira como tendo uma “maneira à gaúcha”, conforme leu Alexandre Lazzari, também pode ser encontrada nas gerações de letrados posteriores a Apolinário Porto Alegre e os partenonista, por exemplo, em Heráclito com seus três romances alencarianos quase desconhecidos.<sup>21</sup> O próprio Simões Lopes Neto, que a dissertação de Aline Carvalho Porto<sup>22</sup> apontou, e provavelmente reforçará com a sua tese de doutorado, sua militância nacionalista, naquele mesmo sentido regionalizado. Sem esquecer de Vianna Moog<sup>23</sup>, que em 1944, no mesmo evento em que Mario de Andrade olhava para o umbigo do modernismo paulistano, lançou a sua ideia do arquipélago cultural, no qual a cultura brasileira estaria dividida nas ilhas culturais de cada região que forma o Brasil. Isso que nem mencionei os escritores do dezenove e início do vinte, que hoje são classificados, no sentido pejorativo, como produtores de uma literatura regionalista, mas, olhando para o que venho mencionando, estariam com seus olhos voltados para outra forma de percepção da nacionalidade brasileira.

Se essa concepção de **brasilidade** nos dias atuais soa como algo “quase novo” e, ainda, de difícil convencimento, isso se deve mais a questões historiográficas surgidas a partir da década de 1930, em que se fortaleceu a ideia de um regionalismo fechado, antinacional, concomitantemente ao crescimento de um nacionalismo homogeneizador. Mas isso não é o

<sup>21</sup> As obras são as seguintes: *O Sertanejo Rio-Grandense* (1883), *O Campeiro Rio-Grandense* (1889) e *A Índia Rio-Grandense* (1897).

<sup>22</sup> A sua dissertação recebeu o título de *As Conferências cívicas e o livro de leitura Terra Gaúcha: As aspirações nacionalistas de João Simões Lopes Neto (1865-1916)*, sendo apresentado no PPG em História da PUCRS no ano de 2015.

<sup>23</sup> *Uma interpretação da literatura brasileira*: conferência lida no salão de conferências da Biblioteca do Ministério das relações exteriores do Brasil, no dia 29 de outubro de 1942.

assunto principal desse **Texto I**. Esse caminho será percorrido nos textos seguintes, em que descerei às camadas de terra do tempo até Apolinário Porto Alegre e os partenonistas. Se abri esse longo parêntese, foi apenas para não perder a oportunidade que a leitura de Alexandre Lazzari me concedeu.

Voltando ao seu trabalho, ele se propõe a “reler e interpretar a obra e a experiência de letrados rio-grandenses que pretenderam inventar e integrar tradições de identidade da sua província com os modelos da história e literatura nacional brasileira no século XIX” (2004: 20). Dessa forma, olhando para aquelas experiências, ele deduziu que:

[Os] jovens promotores do Parthenon em prol da elevação da cultura literária e do sentimento da nacionalidade entre seus concidadãos porto-alegrenses, como também é revelador da dificuldade em que mergulhavam quando tentavam imitar a obra dos admirados mestres das letras nacionais que escreviam na corte e ao mesmo tempo seguir o mandamento romântico da originalidade da “cor local” (2004: 94).

Como disse, há uma intrínseca relação entre o que a corte fazia e a vontade dos literatos sulinos em participar do mesmo movimento. Entretanto, na leitura de Alexandre Lazzari, ao longo da existência da RSPL, não foram muitos entre os partenonistas que procuraram realizar esse movimento de reivindicação nacional e ao mesmo tempo sul-rio-grandense. Dentre eles, estaria Apolinário Porto Alegre e José Bernardino dos Santos, pelo que mencionou o estudioso através da “defesa retórica deste projeto quanto pela persistência em tentar retratar o ‘caráter’ dos rio-grandenses”. Ao lado deles também estaria Alberto Coelho da Cunha (2004: 94-95). Conforme a sua interpretação, eles procuraram “dar à luz uma literatura que integrasse província e nação, compartilhando a influência dos românticos europeus e brasileiros e a perspectiva da ‘descoberta do povo’ e do resgate da tradição popular onde se depositaria o substrato espiritual da nacionalidade revista” (2004: 95).

Mas, para fazer isso, o desafio, como ressaltou Alexandre Lazzari, daqueles professores e funcionários públicos, seria inventar uma literatura **da província**, que deveria seguir o modelo da originalidade e que, ao mesmo tempo, agregasse tudo isso à própria peculiaridade da nacionalidade brasileira (2004: 95). Relendo o que acabei de escrever sobre o estudioso, é perceptível que ele assumiu a sua função de historiador e olhou diretamente para o artefato no fundo do buraco escavado, livrando-se das camadas de terra que atrapalharam a sua leitura do passado. Para me fazer compreendido, adiciono essa outra citação dele:

Em seu ponto de vista [literatos sulinos do século XIX] não existia contradição entre as narrativas provincianas e as da corte. Conceber a nação como o resultado da conjunção de suas províncias não representava novidade, pelo menos, desde a fundação do IHGB e das instituições congêneres nas províncias do Rio Grande do Sul e Pernambuco, como já vimos. José Bernardino dos Santos, apesar de não ter

pertencido aos institutos históricos, parecia compartilhar dessa perspectiva, especialmente quando se considera a linha editorial dos periódicos sob sua direção, com a valorização de autores menos e provincianos (2004: 100).

Basicamente, já deu para perceber que a ideia geral que norteia o trabalho de Alexandre Lazzari seria que a nacionalidade, naquele período, era entendida pelos sul rio-grandenses como ele mesmo expôs, “um mosaico de paisagens naturais, lendas e costumes” das diferentes províncias brasileiras (2004: 103). Ele destacou, que não era a simples imitação do modelo da corte, mas adaptação dos “modelos literários da corte à sua própria interpretação da história e peculiaridade da província” (2004: 104). Os argumentos desse estudioso para a comprovação dessa perspectiva dos literatos sulinos, vai girar em torno disso. Apolinário Porto Alegre, por exemplo:

[...] escreve para mostrar a seus contemporâneos, por meio de seu próprio exemplo, que a literatura nacional é possível e depende apenas da vontade, mesmo em uma cidade tão distante dos grandes centros civilizados como Porto Alegre, porém situada em uma província que oferecia a inspiração ideal, rica em feitos heroicos e costumes sadios. Enfatiza também que a ilustração é tão necessária quanto habilidades guerreiras e campestres. Define, por conseguinte, o seu próprio papel como o do intelectual patriota que estuda com profundidade a linguagem e os costumes populares para traduzi-los em uma literatura original, o grande marco distintivo entre as nações civilizadas (2004: 124).

Alberto Coelho da Cunha enfatizou o caráter original da nacionalidade brasileira através da miscigenação, algo que, no entendimento do estudioso, não era uma visão nova, mas tributária do IHGB e dos escritores românticos. Mas isso não era um problema, pois ao adotar tal perspectiva, no entendimento de Alexandre Lazzari, aquele partenonista estava atraído por integrar o Rio Grande do Sul ao todo da nação, sobretudo de “forma equânime as demais províncias, sem hierarquias ou preconceitos desabonadores em relação à corte centralizadora. Em consequência, identidade provincial e nacionalismo literário revelavam-se não só compatíveis como inseparáveis, dois lados da mesma moeda” (2004: 135). A isso, teria entrado a forma e a genialidade de Apolinário Porto Alegre, que, por sua vez, teria elaborado uma “síntese”, ao dar uma base original para a literatura rio-grandense e, ao mesmo tempo, integrando-a ao todo nacional. (2004: 136).

Dentro dessa forma de ler o passado, Alexandre Lazzari viu José de Alencar como uma forte influência para os letrados sulinos, no mesmo período em que, como ele mencionou, recebia muitas críticas de seu modelo de escrita e da sua visão de nacionalidade (2004: 135). No entendimento do estudioso, Apolinário Porto Alegre teria compactuado com a interpretação do que deveria ser o Brasil formulado por José de Alencar, em que o “projeto literário do



escritor cearense teve o seu paralelo no Rio Grande de São Pedro”. Por esse motivo, o estudioso não aceitou a interpretação de que a obra do autor de *O Vaqueano* seria “como apenas um subproduto do romantismo alencariano, quando não mera aplicação da fórmula à temática regional rio-grandense”<sup>24</sup> (2004: 131). Nesse projeto adotado, o Brasil seria imaginado como uma “unidade formada na diversidade de suas províncias e ‘classes’, correspondendo à idéia de um todo orgânico, eis a fórmula escolhida pelo professor porto-alegrense para seu nacionalismo literário” (2004: 138).<sup>25</sup>

Um ano antes daquele trabalho de Alexandre Lazzari, a historiadora Sandra Jatahy Pesavento, já uma renomada professora do Departamento de História da UFRGS, que há um longo tempo vinha se dedicando ao estudo da história sul-rio-grandense, publicou um artigo intitulado “Nação e região: diálogos do “mesmo” e do “outro” (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX)”. Nele, ela desenvolveu a ideia de que o sentido de pertencimento comunitário sul-rio-grandense teria sido formulado através do jogo de percepções identitárias que ela denominou como “desde fora” e “desde dentro”. Esse tipo de leitura de Apolinário Porto Alegre e os partenonistas será reutilizada por Carla Renata Antunes de Souza Gomes e, em parte, em meus trabalhos anteriores, como demonstrarei mais adiante.

Sandra Jatahy Pesavento parte da ideia de que região e nação são formas de representação social e de referências identitárias, atribuídas da noção de pertencimento a um grupo de indivíduos. Diferentemente de Alexandre Lazzari, que partia da perspectiva de que a nação e a sua respectiva nacionalidade eram construções (ou invenções) narrativas, aquela estudiosa parte da premissa que nação e região são categorias relacionais, no qual um “nós” pressupõe a existência da alteridade de um outro (2003: 209).<sup>26</sup> A essa noção de alteridade do

<sup>24</sup> Alexandre Lazzari fez uso da argumentação feita por Flávio Loureiro Chaves, a respeito da relação entre a obra de Apolinário Porto Alegre e José de Alencar. Posso afirmar isso devido à nota de rodapé, colocada pelo próprio autor, atribuindo a referência desse assunto ao segundo. Segue a nota: “Para uma análise que considera a obra de José de Alencar, especialmente *O Gaúcho*, a ‘matriz’ da literatura regional rio-grandense, ver Flávio Loureiro Chaves. *Simões Lopes Neto: Regionalismo e literatura*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982”.

<sup>25</sup> A explicação para a pouca repercussão na corte é dada da seguinte maneira: “O isolamento e modéstia da vida literária provinciana certamente contribuíram para que não se realizasse um diálogo mais fecundo com os escritores da capital da própria nação à qual pretendiam se integrar. Mas ainda que os modelos de literatura nacional fossem produzidos em terras distantes, a atitude de jovens intelectuais como Apollinario passou a ser acreditar na auto-suficiência da província em fornecer os elementos necessários para a invenção de uma identidade coletiva original, ao mesmo tempo rio-grandense e brasileira” (LAZZARI, 2004: 148).

<sup>26</sup> Como mencionei, Carla Renata Antunes de Souza Gomes parte dessa ideia de Sandra Jatahy Pesavento, por exemplo, nesse trecho em que ela comenta o seguinte: “As regiões brasileiras assumem então na literatura a outra face do pertencimento nacional brasileiro – que primeiro figurou no nativismo –, aquele que visa a encontrar a cultura mestiça (pitoresca), em substituição à cultura selvagem (exótica) dos indígenas. A resolução dessa complicada equação social iniciou, portanto, pela destituição do indígena e a subsequente eleição do mestiço,

“nós e os outros”, a estudiosa interlaçou a ideia do “olhar desde dentro” com o “olhar desde fora”. No caso dos letrados sulinos do século XIX, essa equação se organizou da seguinte maneira:

No caso rio-grandense, este processo tem lugar no pós-Revolução Farroupilha e através da via literária, com o surgimento daquele que foi o segundo romance brasileiro: 1847, no Rio de Janeiro, José Antônio do Valle Caldre e Fião publicou *A divina pastora*, pela Tipografia Brasiliense. De filiação romântica, tal como Joaquim Manoel de Macedo, que publicara *A moreninha* em 1844, Caldre e Fião desenvolve uma trama romântica de onde se divisam paisagens e contexto social da época. No caso desta obra, que o autor subintituiu “novela rio-grandense”, é retomada a encruzilhada cultural que, do encontro de portugueses, espanhóis e índios, irá formar um “novo homem” no sul. Sem se referir no texto ao termo “gaúcho”, Caldre e Fião prefere usar o termo “rio-grandense”, que se objetiva em uma figura que é portadora de todos os atributos que serão desenvolvidos mais tarde, *ad nauseam*, e que já se encontravam no olhar “desde fora” dos viajantes estrangeiros: altivez, coragem, audácia, senso de liberdade que são acrescidos agora de um elevado senso de honra e código moral preciso (2003: 215-216).

Nesse seu jogo identitário, José de Alencar entraria como uma designação do “olhar desde fora” atribuída aos sulinos. Para a estudiosa, a obra *O Gaúcho*, do escritor cearense, consagrou a expressão “centauro dos pampas” para designar os habitantes do extremo do Império Brasileiro (2003: 221). O processo do “desde de dentro”, teria surgido a partir da criação da Sociedade do Parthenon Litterario. No entanto, diferentemente de Alexandre Lazzari, ela falou em “um delineamento identitário regional pela via literária” (2003: 224-225).

Se por um lado, Alexandre Lazzari, como historiador, procurou ler Apolinário Porto Alegre e os partenonistas como imbuídos do projeto da **brasilidade**, a outra historiadora Sandra Jatahy Pesavento ressaltou a regionalização daqueles literatos. Como ela mencionou neste trecho:

[...] cabe ver como os “sintomas” identitários da região, até então esparsos, foram apropriados pelos intelectuais “desde dentro” e retrabalhados no sentido de uma positividade ainda maior, com hipertrofia de certos valores e uma ressemantização de certos fatos e práticas sociais (2003: 225).

Apesar disso, a historiadora não negou a questão da nacionalidade, como demonstrado nas duas citações que seguem:

O Partenon Literário consagra o gaúcho como brasileiro e a Revolução Farroupilha como o grande evento que coroa esta opção pela nacionalidade. A situação é bem delimitada: a causa da rebelião era justa, os farrapos são heróis e, na “paz honrosa” de 45, em Ponche Verde, optaram por ficar ao lado do Brasil. Logo, ninguém tão brasileiro quanto os rio-grandenses. Durante anos, defenderam a fronteira para a Coroa. Ameaçados em “suas liberdades”, revoltaram-se, lutaram bravamente e, diante do perigo “externo” de “outros” (os “mesmos” que os ajudaram a enfrentar o conflito

mantendo a exclusão do negro e seguiu-se, por fim, uma definição do *outro* a partir de uma seleção externa que se deu na relação da organização política do Estado nacional [...] (2009, 47-48).



de dez anos contra o Império [...], reconciliam-se com a Corte e perfilam-se ao lado da pátria amada (2003: 227).

E nesta outra:

Trata-se, realmente, de um esforço de legitimação da nacionalidade, de intenção de participar do que se poderia chamar do “delineamento” do nacional pela sua expansão que atinge o seu limite máximo nas franjas do país, ou seja, na fronteira. Mesmo sendo região “tão diferente”, o Rio Grande quis ser Brasil (2003: 230).

Na sua linha de leitura daqueles letrados do XIX, a afirmação do pertencimento local e nacional, seria o resultado do sentimento de pertença no qual “Nós, gaúchos; os Outros, do centro” e também o “Nós, gaúchos, somos os Mesmos que ‘Eles’, porque somos brasileiros” (2003: 232). Nessa sua leitura, portanto, é perceptível a diferença para com Alexandre Lazzari, em que a nação e a região (no caso os gaúchos da província de São Pedro do Rio Grande do Sul) seriam duas entidades autônomas com uma identidade nacional e outra regional. Por outro lado, ela afirmou que “no plano das construções simbólicas de sentido, em nenhum momento a região dispensa a nação” (2003: 244).

Tenho que admitir que o seu raciocínio é um pouco difícil de ser acompanhado. Além do mais, não nos parece claro nem quando ela tenta sintetizá-lo ao dizer que “o que tentamos divisar, ao longo deste estudo, é o esforço do Rio Grande em ‘ser Brasil’ e inserir-se na nacionalidade, afirmando a sua diferença no pertencimento ao todo” (2003: 244).<sup>27</sup>

No caso do trabalho de Carla Renata Antunes de Souza, mesmo sendo posterior ao de Alexandre Lazzari, seguiram-se algumas das leituras sobre Apolinário Porto Alegre e os partenonistas feita por Sandra Jatahy Pesavento. A estudiosa traçou como objetivo de sua pesquisa o que ela denominou como “processo de construção da identidade regional”, através da relação dos significados que o termo **gaúcho** foi adquirindo ao longo do tempo. A partir da referência de Pesavento, ela estabeleceu que as “representações literárias desde dentro e desde fora funcionaram como os parâmetros de constituição do ser regional e suas variações historicamente construídas” (2009: 50).

Ambas as historiadoras partiram do mesmo pressuposto de interpretação do passado, através do conceito de **representação** tal como trabalhado pelo historiador francês Roger Chartier. Para elas, seria a maneira mais adequada de utilizar a literatura como fonte para o

<sup>27</sup> Ideia a que ela acrescenta o seguinte: “Ao mesmo tempo, procuramos resgatar a forma pela qual, no plano do imaginário, as concepções de ‘nação’ e de ‘região’ ‘dão a ver o real’, enunciando identidades que têm curso de verdade no social ‘mesmo’, mesmo continuando a serem, talvez, ‘outros’ aos olhos da nação, é o que transparece da discussão destes intelectuais rio-grandenses do século XIX e que buscam ‘explicar-se’ identitariamente” (2003: 244).

entendimento do passado. Nas palavras de Carla Renata Antunes de Souza Gomes, de ser para o historiador:

[...] um suporte privilegiado de representação da sociedade, que, reciprocamente, fornece elementos para sua reconstrução, não só porque repercute um tipo de pensamento atinente a um contexto histórico-cultural específico de um período, mas também porque, através dela, pode haver um repensar, uma re-elaboração e, também, a reconstituição de um sistema de referências vigentes em outro tempo. Isso faz dela um importante componente da realidade social, configurando-se num dos meios de expressão e entendimento de uma época que produz sentidos e significados para serem socialmente compartilhados (2009: 51).

Apesar dessa forma de ver a literatura apenas como uma simples ferramenta de interpretação histórica, essa estudiosa, se comparada com Alexandre Lazzari, procurou adentrar mais nas especificidades dos Estudos Literários. Ela desejou realizar uma análise que promovesse, conforme afirmou, um “encontro entre a história e a literatura, no intuito de captar e apreender as sensibilidades das pessoas de outro tempo no espaço da linguagem, através da leitura atenta dos códigos culturais de outra época presentes na literatura”. Através disso, seria possível representar a “visão e o entendimento que escritores e viajantes registraram sobre um ser social específico: o *gaúcho-rio-grandense* (2009: 55).

Com base nestes pressupostos, ao falar sobre os letrados sul rio-grandenses do século XIX, a estudiosa comentou que Caldre e Fião teria sido o precursor da tentativa de integrar, através da literatura, a região como componente da nação. Contudo, na leitura que fez, a literatura daquele letrado não estava submetida culturalmente à sua província de origem e, por causa disso, a sua região foi apenas descrita (2009: 114-115). Um pouco posterior a ele, o IHGPSP também demonstrou a mesma adesão voluntária à nacionalidade brasileira. Todavia, para ela, as construções discursivas da identidade regional eram sombreadas pelo não reconhecimento político da corte para com a sua província no extremo do Império (2009: 184).

No seu entendimento, a construção da identidade regional, sem o que ela chamou de “amarras” – e, ao mesmo tempo, seguindo de perto a consolidação da literatura brasileira e, conseqüentemente, da identidade nacional – somente ocorreu a partir do surgimento das associações literárias e as suas respectivas revistas, como: *Arcadia* (1867-1870), o *Parthenon Litterario* (1869-1879), *Murmúrios do Guaíba* (1870) e a *Sociedade Ensaios Literários* (1874-1876) (2009: 209-210).

Na leitura que Carla Renata Antunes de Souza Gomes fez de Apolinário Porto Alegre e os partenonistas, que também participaram das associações citadas acima, diferentemente do estudo realizado por Alexandre Lazzari, a questão da identidade regional se apresenta com mais

força, existindo simultaneamente à nacionalidade brasileira. Algo, aliás, semelhante ao que havia comentado sobre Sandra Pesavento. Isso se percebe, nessa próxima citação que se segue:

Acompanhar a trajetória de construção discursiva da identidade regional através maneiras de ver e descrever o ser regional pelos letrados rio-grandenses, desde sua formulação nos periódicos literários até a aplicação nas narrativas literárias de gêneros variados, corresponde a perceber o dilema que esse percurso carrega consigo: a afirmação da nacionalidade pelo pertencimento regional (2009: 211).

E ainda mais marcante quando ela menciona que:

À semelhança do nacional, o regional é um recorte da realidade, uma categoria para classificar pessoas e espaços e, por conseguinte, uma forma de demarcar fronteiras e estabelecer limites. O regional funciona como um ponto de referência básico em torno do qual se aglutinam identidades e ideologias (2009: 211).

Não que existisse um confronto entre a percepção comunitária regional em relação à nacional, mas, o que desejo salientar é que para ela, as duas são existências perceptíveis, sendo que suas relações se dariam a partir da ideia de Sandra Jatahy Pesavento, do olhar “desde dentro” e “desde fora”.

Outra diferença em relação à leitura de Alexandre Lazzari seria, como já apontei, o seu aprofundamento nas leituras sobre o assunto produzidas pelos Estudos Literários. A título de exemplo, está a sua forma de lidar com a matéria ficcional, com a questão da noção de cor local, que ela subtrai da leitura de Maria Eunice Moreira, do seu livro, *Nacionalismo literário e crítica romântica*.<sup>28</sup> A literatura produzida pelos letrados sulinos poderia ser entendida “como o conjunto de características e especificidades rio-grandenses. Não se trata de local como conceito oposto ao de nacional, mas como elemento componente desse critério” (2009: 216). Além disso, a mesma estudiosa, retirando uma citação de Maria Eunice Moreira, também mencionou que:

O regionalismo, como representação estética literária, tratará de converter uma ideia de ser social regional, seus valores, crenças, vivências, em personagem exemplar de toda cultura sul-rio-grandense. E Apolinário Porto Alegre estará encarregado de promover através do Partenon Literário “a participação dos românticos [...] rio-grandenses na afirmação da nacionalidade literária brasileira”<sup>29</sup> (2009: 223).

Há ainda muitas outras afirmações, algumas repetições de ideias, na forma como essa estudiosa defendeu a existência de um sentimento comum de pertencimento a uma, denominado por ela como, “comum-idade” sul-rio-grandense dedicada à integração voluntária para com a nacionalidade brasileira. Papel esse, que na sua percepção teria sido cumprido pela SPL. Aliás,

<sup>28</sup> Ideia retira da página 155 do livro daquela estudiosa da literatura.

<sup>29</sup> Trecho diretamente citado por Carla Renata Antunes de Souza Gomes, daquele mesmo livro, da página 167.

entidade essa que promoveu, simuladamente, a consolidação da literatura sul-rio-grandense. Ao longo do texto, ela apontou que os partenonistas eram guiados, pela ideia de que eram “os *brasileiros-rio-grandenses*”. Além disso, ela recordou sobre José de Alencar, na sua intenção de construir a imagem da nação brasileira e a reprodução das regionalidades na sua literatura. Ideia que ela retomou, mais adiante, dizendo o seguinte:

A observação de Alencar contém a preconcebida visão *desde fora* sobre o Rio Grande e seus habitantes, a típica visão urbana da Corte sobre *os guascas* deste Continente, ou seja, de um território fora do alcance da lei e do rei, por isso valha o termo de “rebeldes estrangeiros”, onde por suposto impera o mando do mais forte. A terra dos *gaúchos* e *caudilhos* é, enfim, um lugar inóspito onde a natureza sobrepõe-se a qualquer outra forma de organização. Diante de tal concepção, como esperar de Alencar ou de seus leitores da Corte outra elaboração sobre os *rio-grandenses*, senão aquela apontada por Taveira Júnior em que “à aguda inteligência do campeiro” sobrepõe-se “o puro instinto do irracional”?

Cabe considerar, portanto, como atua, na escrita de Alencar, este imaginário social da Corte sobre os *rio-grandenses*, senão sobre todos os *rio-grandenses*, aos menos sobre aqueles que habitam a “fronteira sul” (2009: 240)

Comentário semelhante que também foi feito na página 301 e na 320.<sup>30</sup> Ela ainda demonstrou que Apolinário Porto Alegre, além de ter sido um inegável admirador do trabalho de José de Alencar, fixou-o como um parâmetro oficial e uma escola a ser seguida (2009: 279). Na sua leitura, o primeiro desempenhou o mesmo papel, no nível nacional que o segundo, acabou sendo encarregado, de acordo com suas palavras, de empregar “todo o seu vigor na construção de uma identidade regional que revele a brasilidade específica dos *rio-grandenses*” (2009: 277).

Assim, a síntese de sua interpretação de Apolinário Porto Alegre e dos partenonistas poderia ser terminada da seguinte forma:

Associando-se, finalmente, a figura do *gaúcho* aos bravos *homens rio-grandenses*, que em sua maioria eram habitantes do campo e, mais especificamente, da litigiosa região fronteira da campanha. Assim, de produto político e social do Prata, foi paulatinamente convertido em estereótipo social do Rio Grande do Sul, alcunhado *gaúcho*, através de uma negociação de paz sem tratados diplomáticos, mas que se deu numa outra esfera do entendimento humano, no campo da linguagem, da produção

<sup>30</sup> Por exemplo, neste trecho: “A obra de José de Alencar tem um papel diante da nação brasileira: explicitar a sua variedade cultural. Em relação ao Rio Grande do Sul, sua atuação não é diferente; ao contrário, contribui para consagrar nacionalmente o estereótipo do ser regional, pois seu romance age em relação aos *rio-grandenses* como agiram os conquistadores da América em relação aos habitantes do novo mundo, ou seja, dizem quem são estes outros sem saber exatamente o que estão dizendo. Embora a narrativa esteja de acordo com um saber compartilhado, mesmo que equivocado, quiçá idealizado pelos urbanos moradores da Corte, com efeito, as categorias sociais que Alencar utiliza na descrição de “seu” *gaúcho* provêm, sobretudo, de um saber compartilhado pelos brasileiros de fora do Rio Grande. Todavia, seja pela autoridade inspirada por Alencar em seu contemporâneos, seja pela omissão dos letrados *rio-grandenses* em criticar com mais ênfase a obra do mestre cearense sobre os habitantes regionais, a verdade é que o termo adotado amplamente por ele para identificar os homens do Rio Grande do Sul tornou-se com o passar do tempo um adjetivo gentilício que nomeia indistintamente a todos os naturais desta região (2009: 320).

cultural, que conservando um forte acento regional distinto, abdicou da legítima qualificação de Rio-Grandense, uma representação interna que lhes garantia um correto pertencimento ao conjunto da nação brasileira, para reafirmar uma opção deliberada pelo Brasil, a despeito de serem vistos pelos demais brasileiros como *gaúchos-brasileiros*, adotando tal nomeação externa a fim de torná-la um produto cultural regional, criando o *gaúcho-rio-grandense* (2009: 328-329).

Considero a sua leitura um tanto confusa, devido, no meu entendimento, ao seu adentramento nas discussões desenvolvidas dentro dos Estudos Literários. Já o mesmo não ocorreu no estudo de Alexandre Lazzari e nos outros historiadores que comentarei mais adiante, como Luciana Fernandes Boeira e Cássia Daiane Macedo da Silveira. No entanto, idêntica adversidade foi encontrado na minha dissertação de mestrado. Comentarei a respeito do trabalho das duas últimas, para retomar em seguida essa mesma questão, explicando a razão daquela minha constatação.

Apesar de ter o título *Entre a história e a literatura*, a dissertação desenvolvida por Luciana Fernandes Boeira foi realizado numa perspectiva caracterizada pelo olhar de um historiador de formação. Semelhantemente Alexandre Lazzari e Carla Renata Antunes de Souza Gomes haviam feito, ela primeiramente olhou para o âmbito local, dizendo que o IHGPSP seguiu as diretrizes do IHGB na tentativa de constituir uma ideia de nacionalidade. Entretanto, o primeiro não conseguiu criar uma “galeria de heróis regionais”, pois somente uma única biografia foi publicada (2009: 20). Nesse caso, olhando para os partenonistas, ela disse que foi somente com aqueles que esse projeto foi desenvolvido (2009: 21). Na sua leitura, aqueles letrados sul rio-grandenses do século XIX:

Além de trabalhar em prol da criação e divulgação do herói regional, que ali se corporificava na figura do destemido e valoroso soldado pampiano, tal qual o IHGPSP começara a promover, o Partenon Literário contribuiu solidamente para a formação da galeria de homens ilustres do Rio Grande, como o IHGB fez em âmbito nacional. Essa seção da *Revista do Parthenon* aqui interessa particularmente na medida em que foi a concretização de algo somente espocado pela *Revista do IHGPSP*: a formação, através dos elogios e biografias divulgados nas revistas, de um panteão sulino de heróis e homens ilustres da pátria brasileira (2009: 21).

Lendo este trecho, procurarei explicar o motivo de ter apontado o caráter estritamente historiador dessa estudiosa. A sua perspectiva para aqueles indivíduos do passado está direcionada para o destacamento de suas experiências em relação à escrita da história. Nesse sentido, na sua interpretação, essa foi escrita com o mesmo sentido proposto pelo IHGB, já que essa constituía o modelo principal a ser copiado, da história *magistra vitae* através das bibliografias dos grandes vultos da nação. Os olhos de Luciana Fernandes Boeira estão voltados para a compreensão dos:

[...] primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX, assim como o princípio de um processo de panteonização de heróis e homens ilustres rio-grandenses e de formação de um regionalismo literário na província, é indispensável conhecer o Partenon e a produção escrita que daquele espaço derivou (2009: 78).

Apesar de sua preocupação a percepção histórica dos letrados sul-rio-grandenses do século XIX, Luciana Fernandes Boeira não pode ignorar a sua herança historiográfica que relaciona aqueles indivíduos às manifestações de caráter regionalista, por exemplo, nesta passagem ela mencionou que “o Partenon preconizava princípios extremamente patrióticos, sendo considerado o iniciador de um regionalismo literário no Rio Grande do Sul”. A forma com que essa estudiosa procurou encaixar a percepção regionalista e o desejo de averiguar as suas perspectivas historiográficas, foi dizer que os olhos daqueles estavam voltados para a narração da história local e “registro das lendas e tradições próprias ao povo rio-grandense” (2009: 95).

Ao tecer esse tipo de comentário, essa estudiosa acabou apontando que Apolinário Porto Alegre e os partenonistas se percebiam como membros de uma comunidade local. Posição reforçada por seu apontamento seguinte que fortalece essa sua forma de ler aqueles letrados, pois para ela o “regionalismo foi assumindo pouco a pouco excepcional importância nos trabalhos da Sociedade, bem como o estudo da literatura rio-grandense, mote de união do grupo. Era o início de uma literatura ‘gaúcha’” (2009: 95).

Por outro lado, semelhantemente aos outros historiadores, ela censurou qualquer leitura histórica que indique o menor indício de um ideal separatista ou de um regionalismo fechado. Nisso, ela questionou a interpretação da estudiosa da literatura Regina Zilberman citando o capítulo “O Partenon Literário: Literatura e Discurso Político”, presente no livro *O Partenon Literário: Poesia e Prosa – Antologia*, publicado em 1980. Segundo a historiadora,

[...] Zilberman afirma que o regionalismo partenonista “estava ligado ao separatismo sul-rio-grandense”.<sup>31</sup> Ora, essa tendência separatista vislumbrada pela autora não parece se confirmar pela leitura do material produzido pelo grupo e nem mesmo pelas posições políticas assumidas pelos literatos ligados à casa, que, ao contrário, estavam empenhados em consolidar uma *literatura nacional brasileira*, inserindo a literatura praticada no Rio Grande no corpo maior da literatura pátria (2009: 97).

Na página seguinte, ela reafirmou essa sua leitura dizendo que “em várias passagens de escritos da *Revista*, a questão da identidade nacional aparece em sentido diverso daquele detectado por Zilberman” (2009: 98). Luciana Fernandes Boeira sublinhou que a dedicação dos

<sup>31</sup> Essa afirmação segundo indicação de Luciana Fernandes Boeira estaria na página 38 do livro de Regina Zilberman.

letrados sulinos no uso do “heroísmo como marca distintiva” do homem rio-grandense, tinha por objetivo reivindicar maior autonomia política para a província. Todavia, essa autonomia não deve ser vista como tendência separatista do habitante sulino em relação ao restante do Brasil (2009: 99). Ao ler esse tipo de argumento suscitado por Luciana Fernandes Boeira, acredito que ela esteja indicando que a afirmação local passaria por uma maior liberdade de ação no cenário político do Império Brasileiro. A isso, ela ressaltou que “a utilização da Guerra Civil Farroupilha pela mocidade partenonista estava muito ligada à construção de uma tradição heróica para o rio-grandense do que a ameaças separatistas” (2009: 99).

Essa historiadora, ao ler Apolinário Porto Alegre e os partenonistas, além de focar na escrita da história, também olhou para questão do ambiente político do período. Ela usou isso como uma espécie de boia para poder se encostar no fenômeno literário sem se afogar nas complicadas águas da tradição historiográfica a respeito do regionalismo gaúcho. Isso permitiu, que em minha opinião, ela afirmasse que:

A luta pela constituição de uma literatura nacional, no Partenon, parece ter sido inseparável das ações políticas dos literatos da época, já que muitos deles, como se viu, estavam diretamente envolvidos com questões político-partidárias. Além disso, mais que uma tentativa de diferenciação em relação à literatura nacional, o regionalismo deve ser entendido como um aspecto do processo de constituição da identidade nacional (2009: 102).

Esse seu argumento de que a constituição da identidade nacional teria também sido constituída através da identidade regional foi sustentado através do uso dos estudos desenvolvidos por Leticia Borges Nedel<sup>32</sup> e de Anne-Marie Thiesse<sup>33</sup>. A primeira falou que, para se constituir, o discurso regionalista usa as mesmas estratégias do nacionalista. E a segunda, mencionou que o nacional acaba incorporando o regional, como uma tentativa de demonstrar a diversidade e a riqueza da nação (2009: 103). Livrando-se do problema do regionalismo, Luciana Fernandes Boeira lançou a sua leitura sobre Apolinário Porto Alegre e os partenonistas:

Assim, o panteão de heróis que o Partenon Literário criou para dar corpo à história heróica do aguerrido e destemido rio-grandense, deveria ser, a um só tempo, regional e nacional. Através do *topos* da *historia magistra vitae*, os exemplos do passado serviriam às gerações do porvir como modelos morais. Contribuindo solidamente para formação da galeria de homens ilustres da província, o Partenon Literário realizava um dos objetivos da história projetada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ainda na primeira metade do XIX. Em sua *Revista Mensal*, havia uma seção

<sup>32</sup> O trabalho indicado foi a Tese de Doutorado em História intitulada *Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*.

<sup>33</sup> O trabalho indicado foi *La création des identités nationales. Europe XVIII-XX siècle*, com atenção para as páginas 189-228.



intitulada “Esboço Biográfico”, onde eram publicadas biografias ou notícias biográficas de rio-grandenses ilustres (2009: 103).

Apesar de ter tido como objeto de estudo Apolinário Porto Alegre e os partenonistas, a historiadora Cássia Daiane Macedo da Silveira não abordou o regionalismo gaúcho. Sua leitura do passado, como ela mencionou no início de sua dissertação, esteve concentrada nos “agentes sociais produtores de literatura, nas suas redes de relações e nas lógicas pelas quais articulavam tais redes. O objetivo foi compreender de que forma os vínculos constituídos em outras esferas não diretamente literárias eram acionados visando obter vantagens para referida associação e seus membros”. Para ela, a literatura, utilizada por aqueles funcionários públicos e professores, serviu como uma moeda de troca para a consolidação das relações sociais no século XIX (2008: 5). Para fazer isso, como ela mencionou, parte-se da refutação “autonomia da literatura, como se esta, por ser obra de arte, fosse dotada de uma transcendência ahistórica, ou compusesse um mundo à parte” (2008: 20).<sup>34</sup>

A forma do historiador de formação ler as experiências do homem no tempo desconsidera a especificidade dos objetos artísticos que almejam a transcendentalidade do tempo. É o preço que se paga por fazer uso da legitimação das mãos frias da ciência. Se bem que, sem culpabilizar apenas os historiadores e os cientistas sociais, há muito estudioso literário que ainda sonha com o cientificismo do seu campo.

A questão do nacional que passaria, inevitavelmente, pelo regional, não deixa de ser uma saída para esses historiadores que se dedicaram à leitura histórica de Apolinário Porto Alegre e os partenonistas, evitando, assim, o problema da ambiguidade entre disposições regionalistas e nacionalistas em um mesmo objeto.

Essa ideia da região formando a nação seria um dos efeitos causados por modificações da *Nationalism Theory*, a partir do fortalecimento do *modernism paradigm*.<sup>35</sup> Apesar disso,

<sup>34</sup> Como referências para esse tipo de ponto de vista, ela menciona os seguintes estudiosos: Roberto Schwarz e o seu livro *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*, 1977; John Gledson com o seu trabalho *Machado de Assis: ficção e história*, de 2003; o livro *A história contada: capítulos de história social da literatura no Brasil*, de 1998, organizado por Sidney Chalhoub e Leonardo Affonso de M. Pereira.

<sup>35</sup> Tendência essa que tem como membros Ernest Gellner, Tom Nairn e, os muito referendados por Alexandre Lazzari, Benedict Anderson com a sua ideia de “comunidade imaginada” e Eric Hobsbawm com a noção de *traditions invention*. O sociólogo britânico Anthony D. Smith denominou como *Modernism paradigm* (2001: 45), cuja linha mesclava um pouco de sociocultural (com base em Ernest Gellner) e o *constructionist* (de Eric Hobsbawm e Benedict Anderson) (2001: 47-48). Em outro trabalho dedicado exclusivamente a esse paradigma, Anthony D. Smith explica melhor essa questão, dizendo o seguinte: “The year 1983 saw the publication of two seminal books for the study of nationalism. The first, entitled 'The Invention of Tradition', contained a series of essays on a variety of political rituals, and was edited by Eric Hobsbawm and Terence Ranger, with an introductory chapter by Hobsbawm. The second, by Benedict Anderson, under the title 'Imagined Communities: Reflections on



Xosé Manuel Nuñez-Seixas comenta no número 64 da revista *Ayer (Revista de Historia Contemporánea)*, publicada no ano de 2006, que, no vasto campo dos estudos da teoría das nacionalidades, o exame sobre as comunidades regionais non recibe moita atención (2006: 11).<sup>36</sup> Entretanto, en outro artigo datado do mesmo ano, aliás, na mesma revista que compoñe o “dossier Construcción de la identidad regional en Europa y España (siglos XIX y XX)”, Alon Confino comenta o que ele denomina por *giro local* nos estudos sobre a nación, que ocorreram a partir da década de 1980. Em súa percepción, estudar o nacional, ignorando a existencia do local, xa se tornou unha cuestión complicada de se facer, polo menos no caso alemán que é súa materia de investigación (2006: 20). Ele aínda considera que, a partir daquele período, en boa medida debido ás renovacións ocorridas nos estudos sobre as nacionalidades a partir das obras *Imagined Communities* (1983), de Benedict Anderson, e *Nation and Nationalism* (1983), de Ernest Gellner, as investigacións sobre a temática da formación das nacións pasou a se concentrar en tres esferas: “desde lo global, expresado a menudo en el paradigma de la modernidad, a través de lo nacional, y con lo local en la base” (2006: 20).

No terceiro nivel, onde se insería o estudo sobre o local, problemáticamente houbo a aplicación do “paradigma de la invención de la nación a una categoría espacial más reducida, sea ésta la localidad o la región” (2006: 21). Segundo Alon Confino, até ese “giro” os estudos regionais tiñan por obxectivo mostrar a nacionalización de unha rexión e como a nación foi penetrada neste nivel local, “llevar con ela a política de masas, a industrialización y la modernidad”. Ele afirma que, en unha interpretación máis radical, a identidade regional era percebida como “una realidad borrada” pola identidade nacional. Em unha especie de entrelacemento do teórico, o que ocorre neste nivel local é a aplicación dos presupostos desenvolvidos no nivel “global” e “nacional”. Ele di que “la escala de observación era local, pero lo local no adquiriría ninguna categoría analítica significativa” (2006: 22). Esses tipos de

the Origin and Spread of Nationalism', put forward some general hypotheses about the development of nationalism in various parts of the world, together with some case studies. Both books stemmed from a Marxist tradition, but sought to move beyond its usual concerns with political economy into the realm of culture by reworking and supplementing them with themes drawn from the analysis of narratives and discourse developed by 'postmodernist' deconstructionism. In both cases, this led to a reading of the nation and nationalism as a central text of modern times, which needed to be unmasked and deconstructed. For both, nations and nationalism are constructs and cultural artefacts; the task of the analyst is to uncover their forms and contents, in order to reveal the needs and interests of those elites and strata which benefit or use their narratives. Hence, in both books a modernist project is overlaid by 'postmodernist' themes and language” (1998: 117).

<sup>36</sup> Contudo, máis adiante, ele salienta que, a partir da década de 1980, o estudo do local gañou maior importancia. Em parte isto tería ocorrido debido á “influencia del paradigma microhistórico, que llevó a estudiar desde abajo los procesos de construcción nacional, y no únicamente su elaboración intelectual” (2006: 12).

estudos, sobre o local, foram desenvolvidos nas décadas de 1970 e 1980, e Alon Confino cita como exemplo o trabalho de historiadores como Jürgen Kocka sobre a Alemanha e Eugen Weber sobre a França.

Fora desses três níveis, a partir da década de 1990, devido ao comentado “giro local” ocorre uma significativa transformação dos estudos sobre a região, em que segundo ele:

Ahora insistimos en que lo nacional no se limitó a eliminar o a sobreescribir la identidad local. En vez de ello, destacamos cómo lo local se apropia de lo nacional, cómo la nación adquiere diferentes significados locales, cómo lo local es celebrado en el pensamiento nacionalista como el hogar de la nación, y cómo la nación pretende ser lo realmente local. Y recordamos que ninguna identidad nacional moderna ha podido ser operativa sin dejar de ignorar lo local y sin elaborar sus propias concepciones acerca de lo local y de la identidad regional. El conocido sonsonete acerca de las relaciones entre lo local y lo nacional era puesto patas arriba: la identidad nacional no borró las identidades locales y regionales, sino que, por el contrario, las inventó, las reavivó e insufló nueva vida em ellas.. La localidad no era simplemente un refugio del atraso provincial, sino que estaba imbricada con la modernidad. Y el nacionalismo, como el proceso de construcción del Estado, se construía sobre la base de Estados regionales y particularistas (2006: 22-23).

Essa nova forma de tratar o local deixou de priorizar a análise estrutural e funcional do nacionalismo, para dar preferência ao que ele chama de estudos sobre as “negociaciones, las mediaciones, la cultura, las representaciones, la memoria y la agencia social” (2006: 23).

Como exemplo desse novo olhar, Alon Confino sugere os seguintes trabalhos:

Buenos ejemplos de ello son SAHLINS, P.: *Boundaries. The Making of France and Spain in the Pyrenees*, Berkeley, University of California Press, 1989; APPLGATE, C.: *A Nation of Provincials: The German Idea of Heimat*, Berkeley, University of California Press, 1990; FORD, C.: *Creating the Nation in Provincial France: Religion and Political Identity in Brittany*, Princeton, NJ, Princeton UP, 1993; TACKE, C.: *Denkmal imsozialen Raum: nationale Symbole in Deutschland und Frankreich im 19. Jahrhundert*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1995; HAUPT, H. G., y TACKE, C.: «Die Kultur des Nationalen: Sozial- und kulturgeschichtliche Ansätze bei der Erforschung des europäischen Nationalismus im 19. und 20. Jahrhundert», en HARDTWIG, W., y WEHLER, H. U. (eds.): *Kulturgeschichte Heute*, Göttingen, Vandenhoeck & Ruprecht, 1996, pp. 255-283; THIESSE, A. M.: *Ils apprennaient la France, l'exaltation des régions dans le discours patriotique*, Paris, Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1997; CAVAZZA, S.: *Piccole Patrie. Feste popolari tra regione e nazione durante il fascismo*, Bolonia, Il Mulino, 1997; HAUPT, H. G.; MÜLLER, M., y WOOLF, S. J. (eds.): *Regional and National Identities in Europe in the XIXth and XXth Centuries*, La Haya, Kluwert International, 1998; DICKIE, J.: *Darkest Italy. The Nation and Stereotypes of the Mezzogiorno, 1860-1900*, Londres, MacMillan, 1999; el fórum de debate en la *American Historical Review*, 104:4 (1999), pp. 1183-1220, sobre el tema: «Bringing Regionalism Back to History»: APPLGATE, «A Europe of Regions»; WIGEN, K.: «Culture, Power, and Place: The New Landscapes of East Asian Regionalism»; O'BRIEN, M.: «On Observing the Quicksand»; RAFAEL, V.: «Regionalism, Area Studies, and the Accidents of Agency»; NÚÑEZ, X. M.: «The Region as Essence of the Fatherland: Regionalist Variants of Spanish Nationalism (1840-1936)», *European History Quarterly*, 31:4 (2001), pp. 483-518; MÜLLER, M., y PETRI, R. (eds.): *Die Nationalisierung von Grenzen. Zur Konstruktion nationler Identität in sprachlich gemischten Grenzregionen*, Marburg an der Lahn, Herder-Institut, 2002; ZIMMER, O.: *A Contested Nation: History, Memory and Nationalism in Switzerland 1761-1891*,

Cambridge, CUP, 2003; ROBIN, R., y STRÁTH, B. (eds.): *Homelands. Poetic Power and the Politics of Space*, Bruselas, PIE-Peter Lang, 2003; GERSON, S.: *The Pride of Place: Local Memories and Political Culture in Nineteenth-Century France*, Ithaca y Londres, Cornell UP, 2003; STORM, E.: «Regionalism in History, 1890-1945: The Cultural Approach», *European History Quarterly*, 33:2 (2003), pp. 251-265, y el monográfico de la revista *Memoria ericerca*, 14 (2004), editado por PETRI, R.: *Regioni Plurilingue e frontiera Nazionali* (2006: 23-24).

A construção de um sentimento de pertencimento a uma comunidade regional como não sendo necessariamente uma oposição ao sentimento de pertencimento de uma comunidade nacional, foi uma das novas contribuições exposta por esses novos estudos mencionados por Alon Confino. Xosé Manoel-Núñez Seixas e Anne-Marie Thiesse são dois grandes exemplos disso.

Analisando o caso espanhol, Xosé Manoel Núñez Seixas observou que alguns regionalismos, denominados por ele como federalismo de tipo pigmaliano, não propuseram o surgimento de novas nações através do direito à autodeterminação. Pelo contrário, esses regionalismos são uma forma de regeneração do nacionalismo espanhol e, ao mesmo tempo em que intentam a descentralização administrativa da mesma. Apesar de constituírem uma forte identidade regional, isso não significa a subsequente fragilização do Estado-nação. O mesmo estudioso, fazendo uso da noção alemã de *Heimat*<sup>37</sup>, acrescenta que o localismo também pode ser considerado como uma forma de fortalecimento do patriotismo político. Mesmo que no caso espanhol tenha se produzido de forma linear uma evolução desde o regionalismo descentralizado, com a identidade regional podendo ser oposta ao nacionalismo daquele país. Esse fenômeno segundo ele deve ser visto de uma forma isolada – no caso do exemplo galego – e não pode ser generalizado a todos os tipos de fenômenos regionais (1995: 492-493).

No caso francês, a historiadora Anne-Marie Thiesse enuncia algo semelhante ao falar da identidade francesa elaborada na Terceira República. Segunda ela, “la France est une et indivisible, mais elle est aussi une synthèse harmonieuse et parfaite de la diversité. D'autre part, l'amour du sol natal, de la région d'origine, non seulement est naturel et légitime, mais c'est aussi le fondement de l'amour de la patrie française”. Segundo ela, essa postura estava presente no historiador Charles Langlois, em seu livro *Manuel d'histoire de Bretagne*, publicado em 1891, cujo destino era completar o livro *Histoire de la France* de Ernest Lavisse (2001: 10).

<sup>37</sup> V. H. G. Haupt. “Die rekonstruktion der regionen und die vielfalt der loyaltäten im Frankreich des 19. Und 20. Jahrhunderts”, in G. Lottes (ed.). *Region, Nation, Europa. Historische Determinanten der Neugliederung eines Kontinents*. Heidelberg, Europa Verlag, 1992, pp. 121-126, e C. Applegate, *A Nation of Provincials: The German Idea of Heimat*. Berkeley, University of California Press, 1990.

Essa posição iria em sentido oposto à crença de que a Terceira República Francesa era totalmente centralista. Entretanto, como destaca Thiesse, essa aparente harmonia é um dos discursos que prevaleceu durante a Terceira República: “affirmer sans cesse que la diversité n'implique pas l'antagonisme, que les différences se fondent dans l'unité, que l'essence de la France, c'est la modération” (2001: 12). Assim,

L'expression 'petite patrie', abondamment utilisée sous la Troisième République, est une traduction approximative du terme allemand *Heimat*. La petite patrie est cet espace aimable et protecteur où s'effectuent les premières expériences du monde, la première socialisation. La petite patrie est maternelle et enveloppante, la grande patrie plus virile. La petite patrie, dans laquelle l'individu s'enracine, fait l'objet d'un amour spontané. L'idée développée par les pédagogues républicains est que l'amour pour cette petite patrie peut être utilisé pour développer l'amour de la France (2001: 13).

Além da questão do *Heimat* alemão ser novamente mencionada, temos aqui uma outra expressão de regionalismo. Um pouco diferente do caso espanhol, o regionalismo francês da Terceira República está formatado em outra lógica. E como disse Thiesse, “l'amour por cette petite patrie peut être utilisé pour développer l'amour de la France”. Contudo, o caso do regionalismo brasileiro possui a sua peculiaridade própria, que o diferencia da *petite patrie* francesa, do regionalismo nacionalista espanhol e da noção alemã de *Heimat*.

Acontece que Alexandre Lazzari fez uso desses estudos que estão em voga no momento de sua pesquisa no início dos anos 2000. Na verdade, uma tendência que não era conhecida pelos brasileiros. Provavelmente, sugerindo apenas algo como hipótese, ele deve ter tido acesso a esses livros durante seu estágio de doutorado sanduíche na New York University, sob supervisão de Barbara Weinstein, uma conhecida brasilianista, cujo último livro, falando sobre o tema regionalismo, citei neste **Texto I**.

O que importa, é que esse historiador fez uso da abordagem daquela *scholar*, além de utilizar na época um trabalho dela que ainda era inédito *Regional vs national history: rethinking categories from a comparative perspective*, publicado no ano de 2003 na revista *Território e Fronteiras* da UFMT.<sup>38</sup> Somado a isso tem se também o descobrimento de reflexões sobre o regional surgidas através do “giro local”.<sup>39</sup>

E os seus sucessores adotaram as suas reflexões a respeito da nação como formada pela região. Além de algumas ideias que já eram conhecidas devido ao trabalho de Anne-Marie

<sup>38</sup> Além daquele trabalho, Alexandre Lazzari fez uso deste outro “Racializing regional difference: São Paulo vs. Brazil, 1932”, que foi publicado, em 2003, como capítulo do livro *Race and nation in modern Latin America* Anne Nancy Appelbaum e Karin Roseblatt.

<sup>39</sup> Especialmente Alon Confino, do qual ele utilizou seu trabalho *The nation as a local metaphor. Württemberg, imperial Germany and national memory, 1871-1918*, publicado em 1997.

Thiesse, principalmente o seu artigo traduzido “*La petite patrie enclose dans la grande*”: *regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República*, publicado na revista *Estudos Históricos* em 1995.<sup>40</sup>

As dissertações e teses que apresentei neste **Texto I**, com exceção do artigo de Sandra Jatahy Pesavento, fizeram uso dessas ideias sobre o regionalismo suscitadas pelas renovações do “giro local”, seja diretamente como fez Alexandre Lazzari, seja indiretamente através da sua leitura ou da utilização de mais alguns textos. A título de exemplo, na dissertação de mestrado em História, tentei ler Apolinário Porto Alegre e os partenonistas fazendo uso do regionalismo pigmaleano de Xosé Manuel Nuñez Seixas, que inclusive comentei há algumas páginas atrás. Principalmente, através da leitura de seu artigo traduzido para português com o título de *Os nacionalismos na Espanha contemporânea: uma perspectiva histórica e algumas hipóteses para o presente*.

Aquela questão que deixei em aberto lá atrás sobre o problema da aproximação com os Estudos Literários, seria confirmado pela mesma fragilidade encontrada sobre a questão da ambiguidade. Naquela minha dissertação, deparei-me com o mesmo problema, também, não conseguindo sair dele. Explico essa problemática pela aproximação entre história e literatura apenas apontada o ponto inicial na **Introdução: Manual de Leitura** desta dissertação, porém, semelhante ao que fiz neste **Texto I**, tentarei refletir mais sobre essa questão.

O problema da teoria do nacionalismo e regionalismo, utilizada por Alexandre Lazzari e os outros historiadores, foi apenas sugerido como uma possível reflexão futura. Apenas o exibi para demonstrar que as dificuldades de se lidar com aqueles letrados do século XIX, não envolve apenas as complicadas maneiras de representar o passado, como também as complexas ideias de nacionalismo e regionalismo, além é claro das próprias noções de identidade regional e nacional que vem a reboque. Porventura, o maior entrave na produção de conhecimento das humanidades seja, talvez, a sua própria tentativa de aplicação de modelos, baseados no pressuposto da exatidão científica. Contudo, deixo essa matéria especulativa para outro momento, o indispensável aqui é continuar a discussão a respeito de Apolinário Porto Alegre e os partenonistas.

<sup>40</sup> Há dois outros artigos que foram traduzidos recentemente, como *Ensinar a nação pela região: o exemplo da Terceira República francesa*, em 2009, e *No coração do regionalismo: a definição da cultura popular*, em 2010.

## II – APOLINÁRIO PORTO ALEGRE E OS PARTENONISTAS NOS ESTUDOS LITERÁRIOS: 1997 – 1972

Entre 1997 a 1972 se estabeleceu o que considero um grande momento na herança historiográfica sobre Apolinário Porto Alegre e os partenonistas, uma fase ou um ciclo caracterizado pelo interesse dos pesquisadores dos Estudos Literários, oriundos da Reforma Universitária de 1968, que se dedicaram à revisão da literatura sul-rio-grandense a partir de uma metodologia mais científica. Abaixo, segue a lista dos seus trabalhos:

1) em 1997, Carlos Alexandre Baumgarten publicou o livro *A Crítica Literária no Rio Grande do Sul: do Romantismo ao Modernismo*, essa obra teve por base a sua tese de doutorado defendida, no ano de 1992, no PPG em Letras e Linguística da PUCRS, sob orientação de Regina Zilberman.

2) em 1991, Maria Eunice Moreira publicou o livro *Nacionalismo literário e crítica romântica*, essa obra teve por base a sua tese de doutorado defendida, no ano de 1989, no PPG em Letras e Linguística da PUCRS, sob orientação de Regina Zilberman.

3) entre 1992 a 1980, Regina Zilberman publicou os livros *Roteiro de uma literatura singular*, em 1992, *Literatura Gaúcha: temas e figuras da ficção*, em 1985, *A literatura no Rio Grande do Sul*, 1980.

4) em 1982, Flávio Loureiro Chaves publicou o livro *Simões Lopes Neto: regionalismo e literatura*, essa obra teve por base a sua tese de doutorado defendida, no ano de 1980, no PPG em Literatura Brasileira, sob a orientação de José Aderaldo Castello.

5) em 1982, Carlos Alexandre Baumgarten publicou o livro *Literatura e Crítica na Imprensa do Rio Grande do Sul*, essa obra teve por base a sua dissertação de mestrado defendida, no ano de 1979, no PPG em Letras e Linguística da PUCRS, sob orientação de Regina Zilberman.

6) em 1982, Maria Eunice Moreira publicou o livro *Regionalismo e Literatura no Rio Grande do Sul*, essa obra teve por base a sua dissertação de mestrado defendida, no ano de 1979, no PPG em Letras e Linguística da PUCRS, sob orientação de Regina Zilberman.

7) em 1978, Ligia Chiappini publicou um livro intitulado *Regionalismo e Modernismo: o caso gaúcho*, essa obra teve por base a sua tese de doutorado defendida, no ano de 1974, no PPG em Teoria Literária e Literatura comparada da USP, sob orientação de Antonio Candido.

8) em 1972, Ligia Chiappini publicou o livro *Modernismo no Rio Grande do Sul: materiais para seu estudo*, essa obra consiste na sua dissertação de mestrado defendida, no ano

de 1970, no PPG em Teoria Literária e Literatura Comparada da USP, sob orientação de Antonio Candido.

\*\*\*

No livro *Nacionalismo literário e crítica romântica*, Maria Eunice Moreira sugeriu a existência de uma tendência integracionista, por parte dos sul rio-grandenses, a nacionalidade brasileira, como característica basilar dos letrados sulinos do século XIX. Isto é posto no **Capítulo 4**, intitulado “**Os Rio-grandenses**”, nele encontrei o seguinte comentário que destaco abaixo:

Do ponto de vista da criação da literatura brasileira, o programa gaúcho reveste-se de um caráter integracionista: a exploração do material regional responde aos anseios de originalidade e autenticidade exigidos como forma de garantia para a autonomia literária. Do ponto de vista da formação da literatura sulina, a eleição desse critério indicia uma perspectiva separatista, não concretizada no momento. Os literatos locais não possuem consciência de sua expressão regional como entidade distinta do conjunto histórico brasileiro, faltando-lhes, portanto, intenção de regionalidade (1991: 162-163).

Não preciso comentar muito sobre essa citação, essa estudiosa defendeu que não há nos primeiros escritores sul rio-grandenses qualquer intenção de oposição regional perante o nacional. Para ela, aqueles indivíduo buscaram debater na província sulina o que poderíamos considerar como, de acordo com seu comentário, “uma expressão poética contributiva da afirmação do ideal de autonomia literária pretendido pela nação brasileira” (1991: 163).

O livro *A Crítica Literária no Rio Grande do Sul: do Romantismo ao Modernismo*, de Carlos Alexandre Baumgarten seguiu exatamente por este mesmo caminho. Esse estudioso comentou que “a crítica produzida no Rio Grande do Sul, ao retomar idéias presente na crítica literária brasileira desde Ferdinand Denis, – a relação entre autonomia política e literária”, revelaria que a província meridional estava na verdade, segundo suas palavras, “culturalmente integrada ao restante da Nação e, ao mesmo tempo, engajada na luta geral pela construção de uma literatura independente” (1997: 76-77). Na leitura que esse estudioso fez sobre Apolinário Porto Alegre e os partenonistas, a valorização sobre o local era apenas um dos alicerces da crítica romântica. Nesse sentido, Carlos Alexandre Baumgarten interpretou que o interesse daqueles indivíduos em relação à sua região, era congruente com a continuação, na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, do debate teórico dirigido pelo pensamento romântico que vigorava, naquele mesmo período, na corte do Império Brasileiro (1997: 87). Como li em outra parte de seu livro, Carlos Alexandre Baumgarten disse que:

[...] a crítica romântica praticada no Rio Grande do Sul entre os anos sessenta e oitenta do século XIX, apesar do reduzido número de ensaios que produziu, consegue abarcar



praticamente todos os grandes temas desenvolvidos pela crítica literária brasileira. Como esta, a produção sul-rio-grandense teve a unificá-la a questão da nacionalidade, responsável pelo caráter político que caracterizou o ensaio literário do período (1997: 97).

Essa postura engajada com o ideal da **brasilidade** dos letrados sulinos poderia, segundo ambos os estudiosos, ser comprovada pela declaração que Apolinário Porto Alegre<sup>41</sup> fez perante a grandiosidade de José de Alencar. Para aquele letrado sul-rio-grandense, o escritor cearense seria superior a todos os outros escritores brasileiros do período. Fazendo isso, ele assumiu o que Maria Eunice Moreira considerou como “a defesa de uma tese mais ampla: a da participação dos românticos gaúchos na afirmação da nacionalidade literária brasileira” (1991: 164). Reforçando essa sua leitura, introduziu mais um trecho de seu livro, no qual ela disse o seguinte:

As posições defendidas reforçam a tese de que Apolinário Porto Alegre, ao elaborar a biografia de José de Alencar, objetivava exceder o caráter biográfico de seu ensaio para transformar o texto numa declaração dos rio-grandenses nos temas sobre a literatura nacional. Para Apolinário, a meta traçada, desde as suas primeiras manifestações na *Arcádia*, precisa ser atingida: fomentar a literatura no Rio Grande. Estimular esse processo, no momento, significa engajar-se na discussão e nas propostas literárias dos românticos brasileiros, trazendo para a província sulina o trabalho de exploração da literatura brasileira (1991: 170).

Maria Eunice Moreira percebeu que a Sociedade do Parthenon Litterario teria cumprido esse papel entre os sul rio-grandenses. Segundo ela:

[...] torna significativa porque oferece o alicerce sob o qual se pode erigir a literatura local, explicitando as condições para o seu aparecimento. É o Parthenon Literário que dimensiona a tarefa a ser empreendida pelos intelectuais rio-grandenses ao sinalizar os dois pontos principais para o processo literário emergente. Pelo primeiro, ao se ajustar aos cânones da estética romântica, ela proporciona a participação dos rio-grandenses no plano de desenvolvimento da literatura brasileira, para o qual o Rio Grande contribui com suas especificidades. Pelo segundo, ela define que as bases da literatura sulina moldam-se com o aproveitamento desses recursos originais. Em ambos os casos, o local converte-se no elemento preferencial da literatura da província rio-grandense (1991: 162).

Acredito na explicação desse alicerce onde irá, no futuro, erigir-se a literatura local, ou seja, sul-rio-grandense comentado por Maria Eunice Moreira. Mais adiante no seu livro, ela mencionou que os sulinos tiveram duas posições, a primeira já comentada da integração ao desenvolvimento da Literatura Brasileira, e a segunda seria o que ela denominou por “expansão”, no qual “a região sulina contribui com as particularidades para complementar o

<sup>41</sup> Em outro momento, essa estudiosa comentou a respeito da importância desse literato para a conjuntura letrada da época, segundo ela: “No grupo de escritores rio-grandense, que compõe a denominada geração do Parthenon Literário, Apolinário Porto Alegre é a figura mais representativa. Sua posição singular na província sulina advém não só da atividade cultural por ele fomentada junto aos componentes dessa geração, mas pelo papel assumido em relação às questões emergentes da literatura de sua terra” (1991: 163-64).



desenho da nação brasileira em sua preocupação autonomista” (1991:181-182). Nesse sentido, conforme sua leitura dos letrados do século XIX, essa posição teria sido a manifestação da região como um “espaço para a continuidade das propostas autonomistas defendidas pelos críticos românticos” (1991: 183).

Nessa sua interpretação, o nascimento da literatura sul-rio-grandense teria ocorrido, como ela mencionou, “sob o signo da nacionalidade”. Dessa maneira, Maria Eunice Moreira entendeu que isso respondeu “à necessidade do gaúcho de legitimar, pela expressão literária, sua participação na vida brasileira e atende aos anseios de incluir a região no projeto de construção da identidade nacional” (1991: 183).<sup>42</sup> Carlos Alexandre Baumgarten seguiu por essa mesma leitura ao mencionar que um dos grandes eixos da crítica literária de cunho romântico, produzida pelos sulinos, teria por base a nacionalidade da literatura brasileira. Que por sua vez debatia os seguintes temas: “a relação literatura e independência, o aproveitamento da natureza como caminho para a originalidade em literatura, a língua brasileira e a literatura da Província” (1997: 75). Agregado a isso, ele ainda comentou o seguinte:

As idéias de originalidade e nacionalidade, não raras vezes, fundem-se no ensaio dos críticos gaúchos, uma vez que ambas têm origem no aproveitamento da natureza local. Nessa medida, para ser original e representativa do País, a literatura devia amoldar-se à paisagem brasileira, princípio este proposto no âmbito da crítica literária brasileira desde Ferdinand Denis (1997: 77).

Para esse estudioso, Apolinário Porto Alegre e os partenonistas foram guiados pelo desejo de liberdade do Brasil em relação a Portugal, isso teria norteado os letrados sulinos, em suas ânsias pelo “reconhecimento da existência de uma literatura brasileira emancipada da portuguesa” (1997: 78). Essa emancipação passaria pela questão da originalidade, ao que ele entende ser uma “prova de que os ensaístas da Província acompanhavam de perto a produção crítica dos principais centros culturais brasileiros (1997: 80). Além disso, ele ressaltou que:

É importante notar ainda que a teorização a respeito de uma literatura localista teve repercussão imediata no plano da criação literária propriamente dita, através da publicação de textos como *O Vaqueano* (1872), *Paisagens* (1875) e *A tapera* (1875), de autoria de Apolinário Porto Alegre, e *Provincianas* (1886), de Bernardo Taveira Júnior. Estes não só forma os pioneiros na tentativa da realização de uma literatura de caráter regional no Estado, como antes já a haviam concebido no plano do ensaio crítico. Não deve ser esquecida também a influência de José de Alencar, que publicara *O gaúcho* em 1870, transformando o tipo humano sulino em motivo literário (1997:

<sup>42</sup> Esse último comentário dessa estudiosa da literatura encaixa perfeitamente com uma afirmação que ela fez em outro momento do livro: “As pequenas organizações, de duração efêmera, demonstram interesse pelas idéias românticas e nacionalistas desenvolvidas no centro do País e tornam-se responsáveis por sua divulgação junto a seus agremiados. Os pensadores rio-grandenses, ao mesmo tempo que ingressam no debate sobre a nacionalidade literária, abrem caminho para as reflexões sobre a literatura de sua região” (1991: 147-148).

87-88).

Com todas essas observações que inseri neste momento da dissertação, nem preciso acrescentar nada a respeito da forma como Apolinário Porto Alegre e os partenonistas foram lidos, entre os estudiosos da literatura, depois da década de 1990. Aliás, um tipo de leitura, que foi executada pelos historiadores, como demonstrei, a partir dos anos 2000. Na verdade, esses últimos para chegar àquele resultado, através da historização do passado, necessitaram deixar de lado a literatura, pois quando se aproximaram demais acabaram caindo na armadilha da ambiguidade. Isso, inevitavelmente fez com que praticamente metade do trabalho fosse perdido, pois a demonstração da nacionalidade dos letrados sul rio-grandenses do século XIX, invalida a questão literária. Algo aliás, que não foi feito por aqueles dois estudiosos da literatura. Talvez, se esses últimos tivessem sido lidos com uma maior acuidade, pelos historiadores, principalmente na sua própria herança historiográfica, essa atual dissertação teria encontrado menor dificuldade para ser desenvolvida. Por outro lado, esse problema da herança historiográfica sobre Apolinário Porto Alegre e os partenonistas, também está relacionado a uma diferente leitura sobre o tema que aqueles dois estudiosos, e mais alguns outros, fizeram na década de 1970/80.

Essas pesquisas teriam começado sob influência dos estudos desenvolvidos por Ligia Chiappini, no seu livro *Modernismo no Rio Grande do Sul: materiais para seu estudo*, no qual ela apenas indicou as fontes, como artigos de jornais, revistas literárias e livros, que poderiam ser utilizados para a averiguação do modernismo no Rio Grande do Sul. Aliás, nesse caso, o modernismo deve ser entendido na sua feição paulistana. No seu outro livro *Regionalismo e Modernismo: o caso gaúcho*, ela trabalha diretamente com a literatura sul-rio-grandense. Como questão norteadora, essa estudiosa partiu da interrogação de como foi possível a existência de uma literatura regionalista, entendida por ela no sentido de uma manifestação social conservadora, ter coexistido, na década de 1920, com as modernas projeções radicais do modernismo, sublinhado novamente, de feição paulistana.

Na introdução daquele livro, Ligia Chiappini mencionou a sua tentativa de fazer uma síntese entre duas tendências opostas, o regionalismo e o modernismo, sendo que o modernismo foi o suporte referencial de sua pesquisa (1978: 18). Partindo disso, ela apontou também, no meio do regionalismo tradicional, cujo representante no seu entendimento teria sido Alcides Maya, a existência de uma tendência renovadora do mesmo com João Simões de Lopes Neto,

através, principalmente, da inspiração modernista (1978: 20-21).<sup>43</sup> Alcides Maya teria, com a sua literatura pessimista, quebrado o brilho mítico do gaúcho, enquanto seus continuadores da década de 1920 teriam exagerado no extremo oposto através da exaltação otimista da mesma figura. Na leitura daquela estudiosa, isso fez com que a literatura sul-rio-grandense regredisse – empregada no sentido de progresso – em direção a uma representação romântica do gaúcho, do tempo de Apolinário Porto Alegre e José de Alencar. Para ela, esse tipo de literatura surgiu puramente por motivos ideológicos, em que o Rio Grande do Sul, daquele período, ao fazer renascer um gauchismo idealizante, estaria se enquadrando no panorama de euforia, que caracterizou o pensamento das classes dominantes do Brasil do pós-guerra e, através da apoteose da figura do gaúcho-herói, reacendeu o sentimento regionalista, canalizado para todas as lutas políticas do Estado, e que tão útil se mostraria mais tarde, na propaganda da Aliança Liberal e da Revolução de 1930 (1978: 203).

Inspirada nessa leitura da literatura sul-rio-grandense, surgiu o livro *Regionalismo e Literatura no Rio Grande do Sul* de Maria Eunice Moreira. Diferentemente daquela estudiosa, Maria Eunice Moreira fez uso de um recorte temporal mais vasto, abrangendo obras publicadas no Rio Grande do Sul entre 1872 a 1922. Em seu *corpus*, a autora analisou duas obras publicadas por Apolinário Porto Alegre *O Vaqueano* (1872) e a coletânea de contos *Paisagens* (1875) (1982: 30). Segunda ela, a escolha de Apolinário Porto Alegre como ponto de partida de seu estudo teve por pressuposto, as histórias literárias de João Pinto da Silva e Guilhermino César (1982: 31). Com esse tipo de recorte, a estudiosa lia Apolinário Porto Alegre como tendo sido o precursor da literatura regionalista gaúcha.

Em *Simões Lopes Neto: regionalismo e literatura*, Flávio Loureiro Chaves realizou o mesmo tipo de leitura sobre Apolinário Porto Alegre, primeiro afirmando que a vida literária na província de São Pedro do Rio Grande do Sul estava centrada na SPL e, que essa por sua vez, tinha como núcleo aquele letrado. Segundo esse estudioso, Apolinário Porto Alegre “deixou obra vasta na poesia, na ficção, na crítica e é quem efetivamente inaugura o ciclo regionalista” (1982: 42).

Retornando ao trabalho de Maria Eunice Moreira, aquela organização temporal e o destaque dos escritores regionalistas tem por base a noção de sistema literário elaborado por

<sup>43</sup> Alguns, ao ler esta passagem, poderão me acusar de ter lido equivocadamente o livro dessa estudiosa. Entretanto, o material está disponível para os interessados. A questão é que no momento da formulação de seu trabalho, ela realizou uma leitura teleológica do escritor pelotense, que publicou suas ficções na década de 1910, e o modernismo paulistano que somente surgiria após a década de 1920.

Antonio Candido (1982: 22-23). Devido ao uso, da ideia de sistema, ela afirmou que “só se pode falar em literatura, no Rio Grande do Sul, a partir da década setenta do século passado, com o grupo do Partenon Literário”. Essa afirmação seria sustentada pelo fato de que, conforme ela entendeu, “antes de seu aparecimento, a vida literária foi desordenada, registrando-se algumas manifestações esparsas”. Sendo assim, na leitura dos letrados do século XIX, Maria Eunice Moreira interpretou que somente após o surgimento daquela associação é que passou a existir, sob a noção de sistema do autor de *Formação*, uma vida literária na província (1982: 23). Além disso, semelhante ao que entendeu Flávio Loureiro Chaves, aquela estudiosa afirmou que a partir daquele momento “abriu-se, pois, com o Partenon, a fase de ordenação literária no Estado e, principalmente, o ciclo da literatura regionalista” (1982: 25).

Em *A literatura no Rio Grande do Sul*, Regina Zilberman também leu Apolinário Porto Alegre e os partenonistas de maneira semelhante aos outros dois estudiosos, pois acreditava que, através da revista literária do SPL, foi possível “constituir um sistema complexo de intercâmbio de idéias e produções literárias” fazendo com que surgisse uma vida literária na província (1980a: 13). No livro *Literatura Gaúcha: temas e figuras da ficção*, ela destacou que os letrados daquela agremiação literária esforçaram-se no fortalecimento da literatura provincial, através da concretização de um circuito de produção e consumo de obras, leitura também realizada por Maria Eunice Moreira. Eles organizaram uma programação cultural, filantrópica e social para a capital, e Apolinário Porto Alegre, a quem a estudiosa também considerava como o líder da agremiação, tentou recuperar a tradição oral da região que ameaçava desaparecer com o processo de modernização da sociedade provincial (1985: 22-23).

É visível que, para todos eles, aquele grupo de partenonistas teve uma importância ímpar do surgimento de um sistema literário sul-rio-grandense através das primeiras manifestações da literatura regionalista gaúcha.

Flávio Loureiro Chaves leu o passado literário dos sulinos também sob a perspectiva do sistema, em que o regionalismo desde Apolinário Porto Alegre até Alcides Maya, teria sido formado sob os auspícios do Romantismo, devido à sua intenção, como ele comentou, de retratar “o espaço circundante através dos cenários típicos, da recuperação do acervo folclórico e lendário, da inclusão dos falares regionais na matéria de ficção” (1982: 12). Maria Eunice Moreira também entendeu algo parecido, pois para ela houve uma valorização da linguagem local, que culminou, em seguida, na exploração da “temática da Campanha, tanto na prosa como na poesia”. Com isso, conforme ela entendeu naquele momento de seu estudo, o “pampa, a

atividade pastoril, as lutas de fronteiras não mais abandonaram a literatura sul-rio-grandense. Estava definitivamente implantado o regionalismo rio-grandense” (1982: 25). Regina Zilberman viu a mesma coisa, só que para ela o habitante da campanha, o gaúcho, ficou majoritariamente sendo o personagem principal da narrativa sobre a região. Nisso, ela apontou que o “privilégio atribuído a certo tipo está de antemão associado à valorização de um espaço: o pampa” (1980a: 36).

Regina Zilberman desenvolveu uma leitura, de que a RSPL poderia ser dividida em duas vertentes temáticas, ambas com igual importância para o desenvolvimento da literatura provincial. A primeira, segundo ela, “apresenta-se a linhagem romântica, explorando os assuntos relativos à infância, morte e amor desenganado”. Enquanto a segunda, “avulta a apropriação dos motivos regionais, que se faz tanto enquanto utilização épica do modelo humano rio-grandense oriundo dos pampas”. Essa última, fez uso do passado local, a exaltação do campeiro e a Revolução Farroupilha (1980a: 14). Essa estudiosa entendeu que o aproveitamento do local, pela segunda temática, seria um demonstrativo de uma relação mais próxima entre os partenonistas e o Romantismo de Gonçalves Dias, do que com a apropriação da fonte popular para a matéria literária. Algo, que segundo ela afirmou seria “coerente com a ascensão do regionalismo a que a nação assiste nesta época” (1980a: 15).

Maria Eunice Moreira, no entanto, procurou explicar o uso de aspectos locais na literatura da província, mencionando que outras culturas, como a urbana ou dos imigrantes, eram muito recentes para serem assimiladas como matéria literária. Como ela mencionou, “por outro lado, o Rio Grande havia se organizado em função da vida do gaúcho, no labor guerreiro e no apego à terra” (1982: 27). Mas há também outra questão, sua leitura sobre Apolinário Porto Alegre e os partenonistas, indicou o seguinte:

O certo é que o regionalismo valorizou a cor local, revelou o Brasil, procedeu a um levantamento das peculiaridades regionais. Mesmo quando desvinculado do campo literário, constituiu um acervo de informações sobre as regiões brasileiras. Em conjunto, o regionalismo inseriu-se no grande projeto de formação de uma literatura brasileira autônoma (1982: 28).

Fazendo uso de José Clemente Pozenato, com seu livro *O universal e o regional na literatura gaúcha*, publicado em 1974, como referência, a estudiosa afirmou que esse grupo sob a liderança de Apolinário Porto Alegre pretendeu, através da literatura, levantar características locais, com a pretensão de se inserir em um quadro mais amplo, ou seja, o da Literatura Brasileira.

Aparentemente, uma interpretação semelhante pode ser vista em Regina Zilberman,

quando diz que “a promoção do Rio Grande do Sul como local onde se exerce esta liberdade e sua corporificação no campeiro, que passa a ser o sujeito de uma nova tendência da literatura brasileira, o regionalismo” (1980b: 39). Para essa autora, esse tipo de associação dos partenonistas, centrada na figura de Apolinário Porto Alegre, ocorreu devido à “marca politizada do discurso dos membros do Partenon Literário. Esta é tão forte e tão frequente, que aglutina em torno de si as principais orientações da literatura rio-grandense daquele momento histórico e dos seguintes”. Flávio Loureiro Chaves também entendia que o surgimento da literatura sul-rio-grandense de feição regionalista deveu-se à influência romântica do período, por conseguinte, os partenonistas foram estimulados ao “interesse localista pelo folclore, pela história, pela investigação lingüística, problematiza o debate sobre a questão do nacionalismo e isto conduz à valorização consciente e programática do regional” (1982: 41).

Regina Zilberman afirmou que “o regionalismo abrange, pois, um período que se estende do início da década de 70 aos primeiros anos do modernismo” (1980a: 35). Dentro dessa trajetória desse tipo de literatura, Maria Eunice Moreira interpretou Apolinário Porto Alegre como um escritor romântico, enquanto Alcides Maya teria tido um estilo mais próximo da corrente simbolista (1982: 32). Mas para Regina Zilberman essa divisão é mais marcada, olhando para esse passado literário, através da existência de uma espécie de “idade de ouro”, que caracterizaria a segunda fase dessa literatura, entre os anos de 1890 a 1930<sup>44</sup>, cabendo a primeira, anterior a 1890, de cunho romântico, a Apolinário Porto Alegre e os partenonistas (1985: 25-26).

Mas em certo momento da leitura do estudo de Maria Eunice Moreira, deparei-me com este comentário: “*O Vaqueano* [de Apolinário Porto Alegre], ainda que apresente um elemento novo na ficção – o vaqueano rio-grandense – descreva um episódio da Revolução de 35 e registre a vida antiga de lutas, não se trata, ainda, de uma obra regionalista” (1982: 96). Talvez, apesar de não demonstrar isso textualmente, a estudiosa esteja revisando a sua afirmação da primordialidade de Apolinário Porto Alegre como iniciador dessa tendência literária na província mencionada durante o início de seu livro. Algumas páginas adiante, ela retomou o mesmo comentário, porém questionando implicitamente o pertencimento de Apolinário Porto Alegre a corrente regionalista, ela disse o seguinte:

João Pinto da Silva, a esse respeito atribui apenas às peculiaridades da linguagem o

<sup>44</sup> A estudiosa utilizou por referência uma ideia lançada por Guilhermino Cesar no texto “Para o estudo do conto gauchesco”, publicado no suplemento literário *Caderno de Sábado*, do jornal *Correio do Povo*, em 10 de fevereiro de 1973.

seu localismo, reconhecendo tão somente o seu *rio-grandensismo* (Grifo do autor); (SILVA, 1930: 140). Ao lado da exploração da linguagem, Apolinário Porto Alegre encontrou, na Província, o assunto que não mais iria abandonar. Estava implantado o regionalismo, se bem que, como se disse, sua obra reflita mais um vinco rio-grandense do que propriamente o primeiro (1982: 96).

Questão um tanto confusa dessa estudiosa, confesso que por um bom tempo esse seu comentário me incomodou um pouco. Se entendi bem, após a análise de seu *corpus*, ela concluiu que esse escritor não seria o precursor, e nem faria parte, da literatura regionalista gaúcha. No entanto, por sua atividade diria “folclorista”, seria o precursor do regionalismo gaúcho. Para complicar ainda mais, Flávio Loureiro Chaves não discutiu seu pertencimento aquela literatura de tipo regionalista, pois para ele o fato daquele letrado ter objetivado expressar o seu meio local via literatura já era o suficiente para comprovar a sua filiação a esse tipo de expressão literária (1982: 44).

Complicando ainda mais a questão, Flávio Loureiro Chaves interpretou que, além de Apolinário Porto Alegre e os partenonistas o regionalismo gaúcho teria tido outra grande base:

Logo, acrescenta-se aquilo que já foi sugerido antes e agora fica provado à luz da análise textual: o modelo estabelecido pelo regionalismo gaúcho é, desde o primeiro momento, o da narrativa alencariana, tanto no que concerne à tipificação e idealização do gaúcho, quanto no que se refere aos meios expressivos empregados na ficção. O Partenon Literário e a obra de Apolinário Porto Alegre aparecem como a síntese desse processo, que alcança aqui o seu ponto decisivo e ao longo do qual “abrir uma dessas novelhinhas escritas no Sul é topar fatalmente com a marca alencariana”.<sup>45</sup> Apolinário não falava sozinho; refletia um sentimento coletivo, a mentalidade que, por volta de 1870, converge no programa regionalista do Partenon Literário. A esta se relacionam os acontecimentos posteriores (1982: 46).

A respeito disso, Maria Eunice Moreira mencionou que os partenonistas “motivados pelo mesmo espírito de nacionalidade dos românticos brasileiros”, buscaram a inserção do regional ao nacionalismo brasileiro através da fixação das “peculiaridades locais” (1982: 25). Nesse ponto, essa estudiosa da literatura, semelhante à leitura de Flávio Loureiro Chaves, falou a respeito da influência de José de Alencar para o nascente sistema literário sul-rio-grandense (1982: 40-45). Ela ainda afirmou, que “de fato, logo apareceria, como resultante da mentalidade regionalista e da influência alencariana (que neste momento se encontram e mesclam), *O Vaqueano* de Apolinário Porto Alegre” (1982: 42). Aliás, Regina Zilberman também leu a mesma relação entre os sulinos e o escritor de *Iracema*, segundo ela o escritor sul-rio-grandense “dá seguimento, assim, ao veio gauchesco deflagrado, no Rio de Janeiro, por José de Alencar, cuja fertilidade no meio sulino pode ser comprovada pela relação de obras publicadas no

<sup>45</sup> Nesse trecho Flávio Loureiro Chaves fez referência a uma ideia desenvolvida por Guilhermino Cesar, que se encontra no seu livro *A História da Literatura do Rio Grande do Sul*, edição de 1956, página 320.



período” (1980: 35). Em outras palavras, o “que José de Alencar empreende no âmbito do país, encontrando para cada indivíduo uma representação heroica no interior do texto literário, alcançam igualmente Apolinário Porto Alegre e seus companheiros”. Com isso, a autora finalizou dizendo que “a literatura se consagra como o espelho de uma sociedade, que retoca sua imagem para se lançar à conquista do poder” (1992: 46).

Um problema teria surgido entre os letrados do século XIX, no programa estabelecido por José de Alencar. Flávio Loureiro Chaves viu isso como uma falta de Apolinário Porto Alegre, que não obteve resultados tão satisfatórios quanto era sua intenção. Para ele, aquele letrado tentou obter a cor local e sua veracidade através da descrição narrativa, todavia, isso era o limite do que a retórica neorromântica podia lhe oferecer. Portanto, na leitura que esse estudioso fez, Apolinário Porto Alegre foi incapaz de decidir entre a representação objetiva do meio físico, que objetivava desde o princípio realizar, e a própria obediência as diretrizes do Romantismo. Isso tudo, segundo as próprias palavras daquele estudioso, resultou “num acúmulo penoso de imagens grandiloquentes, ornamentais e incaracterísticas que não logram especificar as personagens, nem particularizar o cenário” (1982: 43-44).

A relação entre *O Gaúcho*, de Alencar, e *O Vaqueano*, de Apolinário Porto Alegre, elencados somente com maior força a partir dos estudos universitários da década de 1980, passou a partir de então a ser um ponto polêmico entre os estudiosos da literatura regionalista gaúcha. Uma síntese dessa discussão pode ser vista nesse trecho do livro de Zilberman, em que ela disse:

É difícil saber se foi Alencar quem os levou a descobrir o gaúcho enquanto personagem digna de figurar na literatura que pretendiam implantar ou se foi o conhecimento do gaúcho que os fez ler Alencar como um mestre perante o qual adotavam – principalmente Apolinário, que admirava o romancista, mas que escreveu uma novela, *O Vaqueano* (1872), para corrigir as imperfeições (substituindo-as, às vezes, por outras), de *O gaúcho* – uma atitude contraditória, onde há simultaneamente desconfiança e fé (1985: 23).

Contudo, é interessante notar a posição de Flávio Loureiro Chaves, quando diz que “é irrelevante discutir se *O Vaqueano* antecedeu *O Gaúcho* justamente por isso: basta a simples leitura do romance de Apolinário, por qualquer lado que se aborde a narrativa, e esbarra-se na presença de Alencar”. Para esse autor, “o mais superficial exame estilístico indica que lera *O Guarani*, *Iracema*, *As Minas de Prata*. Recolhera aí a temática e a maneira de armar o romance, transferindo-as agora para o espaço rio-grandense” (1982: 45).

No entendimento de Flávio Loureiro Chaves, o modelo adotado pelos escritores sul-rio-grandenses, em especial por Apolinário Porto Alegre, foi a fixação do gaúcho através da ficção



alencariana (1982: 31). “Adotando e prolongando até data tardia os cânones da narrativa alencariana, estabeleceu um dos vínculos mais fortes da unidade literária nacional, como quer Guilhermino Cesar<sup>46</sup>” (1982: 13). Em suma, o papel que coube a Apolinário Porto Alegre, já que as bases da tradição literária local foram erguidas por Alencar, foi o de consolidar essa matriz nacional que “reside no Romantismo e na ficção de José de Alencar” (1982: 31).

Por outro lado, Regina Zilberman entendeu que o surgimento do regionalismo literário teria sido também uma consequência da saturação do indianismo (1980a: 33). Ela expôs que a “personagem do campeiro sulino é associada ao índio, de quem descende, configurando o parentesco que se justifica ao se proceder a equivalência entre a natureza livre de ambos” (1990: 42). A importância do indianismo, embora nada tenha de inovador, residiu no desenho da figura do gaúcho, encetando o regionalismo literário, pioneiro entre os regionalismos nacionais. Em outras palavras, a pesquisadora afirmou que, visando a conformar a personagem gauchesca, os poetas tratam de associá-lo ao índio, parentesco que nasce da natureza livre de ambos (1980b: 37). No entanto, Regina Zilberman, no tocante ao motivo social do surgimento desse tipo de literatura, mencionou o seu surgimento devido à conjuntura política do período, em que esse movimento estético se relaciona a posições locais mais autonomistas. Para ela:

Nos anos 70, cessado o conflito internacional, renova-se a problemática separatista; e o regionalismo torna-se o projeto literário dominante no país. Há o manifesto dos escritores do Norte e, no Sul, os intelectuais rio-grandense agregam-se a uma agremiação lítero-social: a Sociedade Partenon Literário. De modo que o separatismo político sempre existiu, tendo seu triunfo apenas nos primeiros anos da República, quando esta se fez federativa. Sua contrapartida no âmbito literário foi o regionalismo, o que justifica seu aparecimento simultâneo em vários pontos da nação e, ao mesmo tempo, legitima sua permanência no transcorrer da literatura brasileira (1980a: 33).

Regina Zilberman aprofundou ainda mais essa sua interpretação, ao relacionar a literatura produzida pelos partenonistas à defesa do republicanismo. Ela mencionou o seguinte:

O reaparecimento da questão da liberdade dá a medida do regionalismo: ele significa a integração da questão política com a temática romântica. Pois, se a liberdade era a finalidade maior dos liberais e dos republicanos, torna-se necessário fixar o território onde ela eclodia, qual seja, o Rio Grande do Sul, dando vazão ao caráter nativista do romantismo, e o tipo humano que era seu portador, primeiramente o índio, depois, o campeiro. Em vista disso, também o regionalismo é politizado; e ele pôde ser formulado como corrente literária já ao final dos anos 60, antecipando-se aos escritores do norte, porque coincidia não apenas com os ideais de liberdade, mas estava ligado ao separatismo sul-rio-grandense, que tinha como origem o episódio farroupilha. Por esta razão, o regionalismo gaúcho, por meio do engrandecimento do campeiro, do Monarca ou do Centauro, não pode ser desligado, no momento de sua emergência, dos ideais que o cercam: valorização da liberdade; exaltação das raízes

<sup>46</sup> A citação foi retirada pela estudiosa da página 21 do livro *História da Literatura do Rio Grande do Sul* de Guilhermino Cesar, segunda edição lançada em 1971.

do sulino, quais sejam, o índio, livre desde o berço, e o Farrapo, encarnação de todos estes valores positivos, nem do contexto romântico que, visando à promoção dos heróis nacionais, propiciou que este novo culto não fosse percebido apenas nas cores políticas que suscitaram seu aparecimento (1980b: 38).

A respeito dessa questão da utilização do **local**, Carlos Alexandre Baumgarten, em seu estudos sobre a crítica literária sul-rio-grandense destacou que esse tipo de preocupação também pode ser encontrada na revista *Arcádia*. Segundo ele, “cabe salientar a importante divisão que se faz da poesia em natural e dos poetas, na medida em que ela vai representar um voltar-se para as tradições, para as raízes presentes na literatura oral”. Isso ocorre porque, em sua percepção, “o que se defende é a criação de uma literatura representativa do Estado, estendido como uma nação à parte”. Para ele, “embora de forma tênue, já se encontrava lançada no texto a idéia de uma literatura regional. A vida do gaúcho e suas tradições passam a ter um importante significado nesta passagem do artigo” (BAUMGARTEN, 1982: 35).

O artigo ao qual aquele estudioso faz referência foi escrito por Glodomiro Paredes, cujo trecho referido é o seguinte:

Entre nós eu distingo duas classes de poesia. A natural, que eu nem mesmo sei o que seja, e a poesia dos poetas. Esta, carrancuda, coriscando raios e aterradora, abunda e solidifica-se na imitação; aquela, toda harmonia, doce como um favo de mandassaia, não é feita à arte, não é escrita, está no coração de nosso campônio, que a verte em palavras, cantando as belezas que a natureza como que quis espediçar conosco, e funda-se em motivos nacionais, em coisas de nossa pátria. A poesia dos poetas é imitação, e que imitação santo Deus! A seguidilha do campônio, a poesia rio-grandense, ainda está em estado de feto, mas há de nascer. [...] Já me quer parecer que vejo um Bernardim Ribeiro a descrever a vida do gaúcho, o ser nacional por excelência, tão cheia de lances poetizáveis. [...] o Rio Grande que, moralmente, forma uma nação à parte, também terá uma literatura, propriedade sua, tão sua, como seus são estes montados que se azalecem ao sol de maio, estas capoeiras marchetadas com as flores alvas do camboim [...] (BAUMGARTEN, 1982: 273 apud *Arcádia*, 1869).

Lendo com mais acuidade fica perceptível uma questão um tanto dúbia a respeito do posicionamento nacionalista de Glodomiro Paredes. Segundo Baumgarten, analisando a mesma citação, haveria um duplo sentido, no qual, “ao mesmo tempo em que o gaúcho é elevado à condição de símbolo da nacionalidade brasileira, a Província é concebida como uma nação à parte”. Ele acrescentou ainda que essa primeira leitura dá margem para “a concretização de uma literatura regionalista como mera variante do nacionalismo romântico, uma vez que a perspectiva dominante é a da integração do Rio Grande ao território brasileiro”. Por outro lado, a segunda leitura permite, devido ao isolamento da província, “o desenvolvimento de um regionalismo de cunho separatista”. Por fim, o estudioso destacou que “este caráter ambivalente do discurso de Glodomiro Paredes é, provavelmente, o responsável pela leitura que dele fizeram os críticos posteriores, principalmente Alcides Maya e João Pinto da Silva, ao elaborarem as

teses regionalistas” (BAUMGARTEN, s/d: s/p).

Como resultado, na perspectiva de Carlos Alexandre Baumgarten, abriu-se para uma espécie de ambiguidade, “pois se encerra com uma exortação aos escritores gaúchos em que o conceito de pátria confunde-se com o de região”. Portanto, como ele conclui:

A questão envolvendo a produção literária regionalista reveste-se de uma dupla natureza: de um lado, corresponde ao desejo de afirmação do Rio Grande, em virtude de sua condição de região periférica, no conjunto maior da Nação; de outro, caracteriza-se como um esforço do Estado no sentido de se associar à luta em busca de uma literatura autônoma e, portanto, nacional. Daí o tom ambíguo que marca o discurso acerca do regionalismo literário, [...] e que permanece no alvorecer do século XX, sendo provavelmente o responsável pelas interpretações que vêm na literatura sul-rio-grandense um anseio separatista (1997: 35).

Mas essa foi uma interpretação da década de 1990, pois, como mostrei aqui, através desse caminho inverso, a historiografia literária teve a sua leitura sobre Apolinário Porto Alegre e os partenonistas alterada. De iniciadores da tendência literária regionalista na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, passaram a ser vistos como continuadores do projeto nacionalista incumbido de dotar o Brasil com uma literatura autônoma. O que ficou para trás foi essa questão ambígua do regional e nacional, que agora não pode ser mais ignorada porque seria um total equívoco dizer que o sentimento de pertença regionalista não existe no Rio Grande do Sul. A denominação do gentílico local como **gaúcho** está aí para provar o contrário.

Atualmente Apolinário Porto Alegre e os partenonistas são lidos como regionalistas e, ao mesmo tempo, são citados em leituras históricas como indivíduos que não compartilhavam, em suas épocas, esse sentimento. Se a forma de conceberem a **brasilidade** naquele período passou a ser percebida, por nós historiadores e estudiosos literários nos dias de hoje, como sendo apenas uma espécie de regionalismo, essa incorporação não seria apenas responsabilidade dos Estudos Literários, devido à limitação disciplinar em lidar com diferentes historicidades. Talvez, a narrativa historiográfica hegemônica, ou seja, a que passou a receber a alcunha de **A Brasileira** tenha tido também a sua responsabilidade por essa certa confusão na compreensão da nossa herança historiográfica sobre a literatura produzida no Rio Grande do Sul.

O que posso concluir neste final do **Texto II** é que a minha reflexão começa a fazer mais sentido, quando olhamos as camadas de terra em seus devidos lugares e espaços. Acredito que este trabalho estará terminado, quando finalizar a escavação e achar meu artefato. Neste momento, poderei olhá-lo em perspectiva, conjuntamente com as camadas de terra que estavam a lhe cobrir. Então, poderei entender melhor esta herança historiográfica do qual também sou

um continuador.

### III – O MODERNISMO DE ANTONIO CANDIDO E A ‘VELHA PRAGA’<sup>47</sup> DO REGIONALISMO: 1956 – 1948

Ao olharmos os principais manuais de História da Literatura Brasileira, como: *Formação da Literatura Brasileira*, publicada em 1959, de Antonio Candido, ou a coleção *A Literatura Brasileira*<sup>48</sup>, publicada, entre 1955 a 1959, organizada por Afrânio Coutinho, e *História Concisa da Literatura Brasileira*, publicado em 1970, de Alfredo Bosi ou mesmo *História da Literatura Brasileira: seus fundamentos econômicos*, publicada em 1938, de Nelson Werneck Sodré<sup>49</sup>, não encontraremos os sul rio-grandenses desempenhando qualquer papel relevante para a famosa **formação** da dita literatura nacional, como conceituado por Antonio Candido. Se seguirmos, uma linha historiográfica focada em estilos literários, que, no

<sup>47</sup> Termo utilizado como título do artigo “Velha praga? Regionalismo literário brasileiro”, escrito por Ligia Chiappini. Segundo essa estudiosa a palavra “praga” foi utilizado por Mario de Andrade – em artigo publicado no *Diário Nacional*, São Paulo, 14 de fevereiro de 1928 – para designar o regionalismo literário (1994: 669). Mas o termo apareceu pela primeira vez como denominação “Velha Praga” de um artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo, em 1914, por Monteiro Lobato. Texto em que ele teria inaugurado a figura do Jeca Tatu.

<sup>48</sup> Conforme Eduardo Coutinho, em sua primeira edição a coleção foi publicada em 4 volumes. Com as subsequentes reedições, a coleção foi continuamente expandida e atualizada. A coleção teve ao todo, até o ano de 2004, sete edições sendo a última composta por 6 volumes (COUTINHO, 2012: 13).

<sup>49</sup> No artigo “Divisão e unidade no romance de 30”, publicado no livro *Literatura Brasileira 1930*, Luís Bueno cometeu um equívoco ao indicar que aquele livro de Nelson Werneck Sodré sofreu poucas alterações ao longo das suas edições. A **1ª edição** dessa obra foi publicada em 1938 pelas Edições Cultura Brasileira de São Paulo. Este exemplar contém 246 páginas, sendo o livro dividido em 27 capítulos, além disso, ele apresenta um prefácio, escrito pelos editores que comentam o livro de Sodré em comparação com outro livro publicado pela mesma editora no ano anterior, 1937, *História do Romantismo no Brasil: 1500 – 1830* de Haroldo Paranhos (dividido em dois volumes). Para os editores ambos os livros se diferenciam do tradicional esquema de “enumeração de escolas, a seriação de valores intelectuais” para dar mais ênfase entre a relação literária e política como questões inseparáveis (1937: 7-8). A **2ª edição** da obra de Sodré foi publicada em 1940 por outra editora, a José Olympio, do Rio de Janeiro, fazendo parte coleção “Documentos Brasileiros”, sob o número 23, dirigida até o número 18 por Gilberto Freyre e a partir do 19 por Octavio Tarquinio de Souza. Essa nova edição foi revisada e aumentada pelo autor, tendo 258 páginas e dividida em 30 capítulos (3 a mais do que a anterior). A parte que mais sofreu alterações foi do Capítulo XVIII em diante, que aborda a segunda metade do século XIX. A **3ª edição** foi publicada em 1960 pela mesma editora e pertence aquela mesma coleção. Nela consta a informação de que a obra foi “integralmente refundida”. A **4ª**, **5ª** e **6ª** edições (lançadas respectivamente em 1964, 1969 e 1976) foram publicadas na “Coleção Vera Cruz” pela Editora Civilização Brasileira, que também estava localizada no Rio de Janeiro, não sofrendo qualquer modificação. No ano de 1975 há uma **edição em polonês** com o título de *Historia literatury brazylijskiej: od wieku XVI do początków XX wieku*, publicada pela Państwowe Wydawnictwo Naukowe (PWN) – cuja tradução para o inglês seria Polish Scientific Publishers – traduzido por Helena Czajka (que também traduziu obras de outros brasileiros como João Guimarães Rosa e Gilberto Freyre). A **7ª edição** foi atualizada e publicada pela editora DIFEL, de São Paulo, no ano de 1982. A **8ª** e **9ª** edições, sendo a primeira novamente atualizada, foram publicadas pela editora Bertrand Brasil, do Rio de Janeiro, no ano de 1988 e 1995. A **10ª edição** foi publicada, como parte da “Série Memória Brasileira”, pela editora Graphia, também do Rio de Janeiro, no ano de 2002 recebendo uma nova reimpressão em 2004 sem qualquer alteração, apenas contendo um prefácio de André Moysés Gaio. Como podemos notar, houve alterações nas edições da obra de Nelson Werneck Sodré. Além disso, Luís Bueno – como consta na bibliografia de seu artigo, nota 1 da página 35 – fez uso da **5ª**, do ano de 1969, sendo assim, o estudioso não comparou as edições anteriores com a que foi utilizada por ele.

caso brasileiro tem por base o que entendemos por **nacionalidade**, essa literatura teria iniciado, como alguns defendem, pelo **Barroco** em Salvador e Recife. Seguido para **Arcadismo** em Minas Gerais. Migrado para a corte, na atual cidade do Rio de Janeiro, onde desencadeou o **Romantismo, Realismo, Naturalismo e Parnasianismo**<sup>50</sup> – talvez um pouco de **Simbolismo** – e, por fim, tem o seu ápice – não esquecendo do seu “hiato” carioca **Pré-modernista**<sup>51</sup> – com o **Modernismo** em São Paulo. Talvez só com aquela denominação abrangente, na ficção em prosa, de **Romance de 30**<sup>52</sup> é que os sulinos desempenhariam um papel mais relevante no cenário literário nacional (principalmente com Erico Veríssimo, em menor medida com Dionelyo Machado e Josué Guimarães). Papel aliás sem qualquer tipo de protagonismo, pois a primordialidade do movimento coube aos escritores do nordeste.

Ao falar desta maneira, parece que estou defendendo a entrada dos gaúchos no cânone da Literatura Brasileira. Em tempos que isso já se tornou uma discussão comum, minha exigência seria plausível com as demandas da contemporaneidade. Mas, na verdade, o que pretendo fazer neste trabalho que vos apresento está muito longe disso.

<sup>50</sup> Apesar desse movimento ter angariado escritores de diferentes regiões do Brasil. Será somente durante suas vidas na corte brasileira (Rio de Janeiro), que suas produções tiveram alguma relevância. Homens como Capistrano de Abreu, Araripe Júnior, Silvio Romero, José Veríssimo e, anterior a eles, José de Alencar e Franklin Távora somente tiveram relevância por circularem entre o paço imperial até a Rua do Ouvidor.

<sup>51</sup> Esse estilo literário foi criado por Alceu Amoroso Lima no livro *Contribuição a história do modernismo: o premodernismo*, publicado em 1939. A partir da obra *História da Literatura Brasileira*, publicada em 1955, essa fase da Literatura Brasileira estará presente. Sendo, aliás reforçada, com a obra *História Concisa da Literatura Brasileira*, de 1970, e com um livro inteiramente dedicado a esse assunto, como *A literatura brasileira: o pré-modernismo*, publicado em 1966, ambos de autoria de Alfredo Bosi. Essa classificação passou a ser motivo de controvérsia, sendo discutida, segundo Saulo Gouveia (2013: 102-103), a partir da década de 1980, por Flora Süssekind, Nicolau Sevcenko, Foot Hardman, Elias Thomé Saliba. Uma discussão sobre essa questão pode ser encontrado no artigo “Pre-Modernismo e Historiografia Literária Brasileira (Para o Estabelecimento de um Cânone Pré-Modernista Brasileiro)”, publicado em 1999, na *Latin American Literary Review*.

<sup>52</sup> Na imensa obra *Literatura Brasileira* o seu idealizador e diretor Afrânio Coutinho (a partir da 3ª, publicada em 1986, seu filho Eduardo de Faria Coutinho entra como codiretor e após a morte do pai assume a direção do projeto) desenvolveu uma organização em que estilos literários (cronologicamente evolutivos) se entrecruzam com estruturas literárias diacronicamente estruturadas. No caso, o “Romance de 30” estaria temporalmente relacionado ao que o projeto denomina por “Era Modernista”, porém estruturalmente ele tem sua origem nos romancistas de 1830 até 1870, como: José de Alencar, Bernardo Guimarães, Manuel Antonio de Almeida, Joaquim Manuel de Macedo, Visconde de Taunay, Franklin Távora. No qual se estabeleceram duas tradições na ficção brasileira: uma de cunho regional ou regionalista (rural e urbana) e outra de análise psicológica e costumes. Aliás, Afrânio Coutinho considera que ambas correntes atravessam escolas e estilos e tem seu “ponto de partida” na obra de José de Alencar (COUTINHO, 1986: 264). Luís Bueno destaca que essa designação “romance de 30” é bastante vaga. Se fosse levada, como ele fala uma “amplitude exagerada”, qualquer romance publicado a partir de 1930 seria colocado dentro dessa categoria. Contudo, essa expressão se caracterizou por definir um tipo de literatura bem específica: “romance dito social ou regionalista” que foi publicado desde a estreia de José Américo de Almeida, na década de 1920, até o surgimento de Clarice Lispector e Guimarães Rosa na década de 1940. A esse tipo de definição considera como uma “exagerada restrição” (BUENO, 2012: 16). Seu grande problema seria “colocar à margem” uma grande quantidade de escritores que são geralmente descritos como “intimistas”. Tais escritores, segundo ele, teriam “uma presença perceptível nas décadas seguintes”, como Lúcio Cardoso e Cornélio Penna.

Se tem uma coisa que notei há muito tempo, e as conversas que tive com o professor e escritor Onésimo Teotónio de Almeida, da Brown University, principalmente após ler seu texto *Cânone, cânones: o bom gosto e o bom senso* apresentado, em 2016, na Universidade da Beira Interior, de Portugal, foi que defender a inserção dos escritores sulinos na Literatura Brasileira é uma tarefa desnecessária.

Ao lidar com a literatura cunhada como regionalista, temos inevitavelmente que lidar com o longo dualismo **universal vs regional**. Essa questão, pelo que eu saiba, é extensa e penosa, pois está relacionada a um assunto que remete à própria existência da literatura como manifestação artística do homem. Além disso, em razão daquela fala de Onésimo Teotónio de Almeida, em boa medida, a questão do cânone está mais relacionada a questões de força na imposição do que é uma obra representativa do que propriamente da “qualidade” que ela possui.

Em outra via, acredito ser insuficiente fazer semelhante a João Carlos Arendt, que em seu artigo *Notas sobre o regionalismo e literatura regional: perspectivas conceituais* (2015), tenta fortalecer o conceito de **literatura regional** como uma forma de superar a simplificação e preterição da **literatura regionalista**. O problema dessa ideia desenvolvida por ele, é que esse seu “novo” conceito é apenas mais uma outra forma de rotular o que já tem outra categorização, apenas trocando uma denominação por outra. A meu ver, essa sua classificação (mais complexa) não supera o problema da inferiorização das literaturas cunhadas por regionais, que, através dessa denominação oposta ao nacional, foram “jogadas” na periferia da espinha dorsal do que passou a ser entendido por Literatura Brasileira.

Por outro lado, já que a questão do cânone seria um jogo de poder, querer reverter essa situação, às vezes, embalado por uma espécie de sentimento militante, por parte de um preterido – como os estudiosos do centro hegemônico gostam de acusar os nascidos fora deste privilegiado local –, que sempre se sente deslocado do eixo central de discussão do mundo, é tão problemático quanto aqueles outros indivíduos, daquele mesmo centro, que inocentemente acreditam estar no núcleo das discussões ditas “globais”.

Em uma palestra, armazenada no YouTube<sup>53</sup>, o professor Luís Augusto Fischer falou

<sup>53</sup> Seminário Nós os Outros, para o Projeto Nós Outros Gaúchos proferida no dia 3 de outubro de 2015, na Sala II do Salão de Atos da UFRGS. A realização do evento coube ao Instituto APOA e DDC/URGRS. Há também o site do projeto que disponibiliza alguns documentos e vídeos sobre evento, além de neste ano ter sido lançado, pela editora da UFRGS, o livro, organizado por Jaime Betts e Sinara Robin, do evento com o título de *NósOutros Gaúchos: as identidades dos gaúchos em debate interdisciplinar*. Segue o link da palestra e do site do projeto: <https://www.youtube.com/watch?v=G4L8DLgHB8w> e <http://www.ufrgs.br/difusaocultural/nosoutrosgauchos/>



algo parecido ao que disse acima. Segundo ele, o gaúcho (nascido no Rio Grande do Sul) está para Rio-São Paulo do mesmo jeito que esses dois estão para New York (adiciono Paris, pois vai depender do gosto cultural de cada indivíduo). Menciono mais uma coisa, um nascido (referindo a mim mesmo) na periferia da cidade de Porto Alegre (naquele espaço que ninguém sabe o nome certo entre o bairro Ipanema e a Restinga, ou seja, bem longe do centro da cidade) estará na mesma proporção periférica de um morador da Cidade Baixa, Bonfim ou redondezas do Parcão. Se continuar assim, posso ir indefinidamente quebrando essa relação centro e periferia dizendo que um morador do Lami estará na mesma proporção que eu, e etc.

A questão que coloco, portanto, é que a “militância” do preterido contra o preteridor faz somente bem ao coração do reclamante. Ela não deixa de ser uma cegueira do mundo individualista, de pensar que o meu “bem-estar” é intrinsecamente bom a toda humanidade. Típicas armadilhas da globalização, que desenvolve uma cultura homogênea e institui aquilo como um ideal a ser realizado.<sup>54</sup>

A situação não pode ser revertida, desconstruir algo para, em seguida, apenas construir alguma coisa em cima é apenas dar trabalho para as próximas gerações que terão de desconstruir outras coisas, que lhes desagradam, para refundar outras mais palpáveis aos seus contemporâneos gostos. Por isso, acredito que a palavra guia neste meu trabalho não é a “desconstrução” (do cânone, das tradições, ideologias ou de ideias), mas reflexão sobre o que está aí como algo dado.

A análise dos discursos que construíram as concepções que temos a respeito do que conhecemos hoje por Literatura Brasileira, para mim, é apenas um movimento reflexivo (crítico) do mundo em que vivo. Não vou mudá-lo ou construir algo novo que seja mais do meu agrado. Apenas quero pensar sobre a complexidade das coisas que me rodeiam. “Pensar”, ao contrário do que coloquialmente se acredita, também é um tipo de ação. Então, deixem eu pensar profundamente sobre meu mundo. Talvez, nessa aceleração constante em que vivemos, parar para refletir um pouco sobre alguma coisa, quiçá seja um ato mais “revolucionário” do que a “aceleração” sem sentido do cotidiano.

Por tudo isso dito acima, início refletindo sobre um ponto consolidado para aqueles que se interessam por Literatura Brasileira: Antonio Candido como o ponto máximo da afirmação do paradigma modernista de feição paulistana. Devo salientar que essa intuição que

<sup>54</sup> Se seguirmos as interessantes provocações lançadas por Vianna Moog no seu já clássico livro, *Pioneiros e Bandeirantes*, publicado em 1954, diríamos americanização (cultural), em vez de globalização.



demonstrarei, não é originalidade minha, pois ela advém dos questionamentos feitos, desde o início dos anos 2000, pelo, já citado, professor da UFRGS Luís Augusto Fischer. Esse estudioso olhou atentamente para o livro que fornece a base do que entendemos por Literatura Brasileira, a *Formação da Literatura Brasileira* do comentado Antonio Candido. Nesse sentido, para acompanhar as sugestões propostas por Luís Augusto Fischer, também olharei mais detidamente para aquela obra.

É bastante conhecido o lado militante modernista por parte de Antonio Candido. Apenas a título de comentário, alguns estudos discutiram essa relação do estudioso mineiro com o movimento paulistano. Por exemplo, temos Marcelo Fernando de Lima com seu artigo, publicado em 2013, *Concepções de história literária nas polêmicas entre Antonio Candido e Haroldo de Campos*. Nele, o estudioso disse que Antonio Candido teria, posteriormente à publicação da *Formação*, por meta demonstrar que a literatura brasileira se forma como sistema autônomo através da sua luta por independência da sua matriz europeia. Nesse sentido, essa autonomia somente teria sido conquistada no século XX, acompanhando a própria modernização do Brasil, no qual o grande passo para a concretização disso teria sido o modernismo, que foi responsável pela criação de uma linguagem brasileira própria. Ele ainda salienta, que isso seria embasado pelo fato de Antonio Candido, e boa parte dos estudiosos da USP, terem se engajado no reforçamento de um discurso crítico no qual o modernismo teria desempenhado um papel primordial para a formação da nacionalidade brasileira (2013: 8).

Contudo um estudo mais forte, no sentido de um apontamento mais direto da relação entre Antonio Candido e o modernismo, é o artigo publicado, em 2008, por Irenísia Torres de Oliveira intitulado *O primeiro Modernismo nos Ensaios de Antonio Candido*. Sua tese é a de que o ponto de vista adotado por ele, nos seus ensaios sobre o movimento, foi o dos primeiros modernistas, no qual os valores e percepções de mundo do estudioso parecem estar mais relacionados à geração modernista de 1920, e não a de 1930 (pós-modernista) a qual Antonio Candido dizia estar filiado (2008: 133-135).

Saliento que não estou tentando negar os pressupostos elaborados por Antonio Candido, muito pelo contrário, os estudos desenvolvidos por ele, no decorrer de sua longa vida, são impreterivelmente básicos para qualquer um que deseje trabalhar com a Literatura Brasileira.<sup>55</sup>

<sup>55</sup> Deixo bem claro que os dois volumes de *Formação da Literatura Brasileira*, ainda, continuam sendo obras que não puderam ser superadas. Para aquele que lê aquela obra, não deixa de impressionar o seu alto nível de erudição, escrita e minuciosidade durante as suas análises. O ponto que utilizarei como objeto crítico do livro será a sua “Introdução”, pois, devido em boa medida ao estabelecimento da nossa formação em letras com leituras

Aliás, ele foi um dos pouquíssimos teóricos que tivemos (e possivelmente teremos). Por outro lado, isso não impede de levantarmos algumas questões que necessitam ser refletidas no entendimento da nossa atual conjuntura dos Estudos Literários.

Iniciando a construção da argumentação que validará minha afirmação, parto de um apontamento suscitado por Luís Augusto Fischer indicando que ao escrever aquele livro, Antonio Candido dirigiu suas forças contra alguns inimigos, que até então, entre a década de 1940 e 1950, ainda comandavam o campo literário brasileiro: a Academia Brasileira de Letras; a crítica literária regular nos jornais (a dita “crítica de rodapé”); e o sistema escolar com seus manuais de ensino. Nesse sentido, “os antagonistas de Candido eram, então, o espiritualismo católico [...] o nacionalismo, o ruibarbosismo, o parnasianismo, todas as ideologias literárias retardatárias mas dominantes naquelas instituições” (2011: 48). O autor de *Formação* vinha no oposto dessa forma de conceber a literatura, portanto, sua intenção era sem sombra de dúvida a de renovar a Literatura Brasileira. Fischer sintetiza, naquele época, a posição de Antonio Candido da seguinte forma:

Modernista em alguns sentidos específicos: um pensamento leigo, crítico, aberto à experimentação, antiformalista, plural, sem renegar nem a alta tradição literária ocidental nem a força de formas e temas populares da tradição oral (2011: 48-49).

A questão modernista não é mencionada à toa pelo estudioso sul-rio-grandense, pois, logo mais adiante no texto, Luís Augusto Fischer afirma que “para além de seus méritos como história e crítica, a *Formação da literatura brasileira* manterá sua vigência enquanto o projeto modernista como um todo tiver força, em particular a variante paulista do modernismo” (2011: 51). Indo direto ao ponto, isto é exatamente o que eu havia apontado a alguns parágrafos atrás. O estudioso da UFRGS mostra o modernismo como uma presença inegável na clássica obra de Candido. No entanto, ele questiona: “será possível encontrar exemplos ou sintomas nítidos que fundamentem a tese de que a *Formação da literatura brasileira* faça parte do combate modernista em busca de hegemonia?”. Luís Augusto Fischer tem noção que encontrar provas, ou seja, indicações implícitas daquele movimento na obra de Antonio Candido é algo complicado, pois logo em seguida ele mesmo responde àquela questão: “nas palavras da *Formação* não vamos encontrar afirmações evidentes dessa ligação entre formação e modernismo” (2011: 51). A explicação dessa impossibilidade é bem simples, conforme ele

fragmentárias, a obra não tem sido muito utilizada em sua integralidade. Sendo também objeto de maior interesse o estabelecimento que Antonio Candido fez da noção de **Sistema Literário**. Por isso, digo aqui com toda a sinceridade, que essa sua obra é um modelo para qualquer estudioso.

mesmo diz “porque o tema ali [na Formação] é outro, historicamente distante (Arcadismo e Romantismo) do presente em que está sendo gerado (anos 1940 e 50)” (2011: 52). Em outras palavras, se olharmos apenas para a *Formação da Literatura Brasileira* não encontraremos provas implícitas da validação modernista de Antonio Candido. Contudo, Luís Augusto Fischer aponta outro trabalho do autor de *Formação*, desta feita mais sociológico, *Parceiros do rio Bonito*, que se colocado junto nessa intuição pode nos indicar validade daquela afirmativa.

Apesar de aparentemente afastar ainda mais a relação de Antonio Candido com o modernismo, Luís Augusto Fischer indica que “indiretamente, há vários traços desse empenho modernista” naquele livro (2011: 52). Segundo ele, esse autor, com seus modernos métodos da Sociologia norte-americana “corresponde bem a proposições modernistas as mais defensáveis, leigas, antiformalistas, antifetichistas, vacinadas contra o nacionalismo e o cosmopolitismo tolos” (2011: 53). Afora isso, o estudioso lança mais um argumento, desta feita, exterior a escrita do autor de *Formação*. Ele diz o seguinte: “considere-se que em mais de uma entrevista Candido comenta, retrospectivamente, que sim tinha esse empenho de validação do Modernismo, por esses anos” (2011: 53).

Tenho plena consciência de que apenas isso que vim traçando até este ponto, não é o suficiente para convencer, seguindo a linha lançada por Luís Augusto Fischer, a hipótese especulativa da afirmação modernista na principal obra de Antonio Candido. Todavia, darei um passo para trás e inserirei um outro trabalho desse meu guia nessa empreitada, para desta forma ver se reforço a minha argumentação.

Essa ideia da presença da perspectiva modernista na obra de Candido já havia sido salientada anteriormente por Luís Augusto Fischer no artigo “Formação hoje – uma hipótese analítica, alguns pontos cegos e seu vigor”, publicada na revista *Literatura e Sociedade*, em 2009 e republicada em outro periódico no ano de 2013. Nessa última publicação, ele comenta que o estudioso português Abel Barros Baptista procurou “sublinhar a porção de nacionalismo inscrita na ideia de formação.” Ainda segundo Luís Augusto Fischer, ressaltando a afirmação de Abel Barros Baptista a respeito da obra de Antonio Candido, ele “desenvolve um extenso comentário sobre o *continuum* histórico que começa no Romantismo, passa pelo Modernismo e alcança a criação da USP” (2013: 186). Como salienta o autor, no entendimento de Batista, esse *continuum*:

[...] que sempre vincula a literatura feita no Brasil à tarefa de construir o Brasil, vínculo que Baptista acusa Candido de perpetuar e que teria como um desdobramento fatal o que chama de “seqüestro nacionalista” de Machado de Assis, que só seria legível, segundo o Candido de Baptista, num curto-circuito que obrigaria Machado a

ser apenas um nacional brasileiro (FISCHER, 2013:186).

Para o estudioso da UFRGS, essa “crítica é interessante mas é injusta nos termos em que está feita”. Conforme sublinha, é “interessante porque desvela, com ar de escândalo, uma quantidade realmente existente de nacionalismo na ideia de formação”. Contudo, segundo sua explicação ela é injusta, porque:

[...] de minha parte, tenho discutido algo parecido, mas tendo em vista algo que está fora do horizonte de Baptista, a saber, a ideia de formação como parte da construção da hegemonia paulista no cenário intelectual brasileiro, tal que, entre outras coisas, restringe-se o alcance e o sentido da ideia de “modernismo” ao episódio paulistano e a Mário de Andrade, majoritariamente, em prejuízo de outros modernismos havidos no Brasil [...] (2013: 186).

O autor mostra que a injustiça da parte de Abel Barros Baptista para com o nacionalismo na obra de Antonio Candido, ocorre devido ao seu conhecimento do sentido da perspectiva modernista desse mesmo livro. Retornando ao seu artigo anterior, em sua discussão dessa questão modernista na obra de Antonio Candido, ele afirma que há pontos cegos nela, que somente se tornam visíveis no momento em que se toma uma perspectiva, ou ângulo, diferente para analisar a obra do antigo professor da USP. O primeiro ponto cego na *Formação* seria o outro “momento decisivo”, o Modernismo (2011: 54). Conforme ele diz, “Candido só consegue armar sua equação crítica e seu ponto de vista porque está estabelecido no ângulo modernista de leitura do mundo” (2011: 54-55). Pegando o gancho desse comentário de Luís Augusto Fischer, ele só obtém êxito no momento decisivo Arcadismo/Romantismo, tendo chegado ao ponto de formação em Machado de Assis (como crítico), por causa de seu pressuposto de validação modernista. Nesse sentido, isso possibilita a esse estudioso afirmar que na primeira fase acadêmica daquele estudioso (até pelo menos a década de 1960), ele:

[...] parece empenhar-se profundamente (e creio que quase sempre conscientemente) na validação do Modernismo, seja saudando as obras renovadoras oriundas daquele âmbito, seja interpretando e reinterpretando o passado da literatura e da cultura do Brasil pela lente polida nos anos 1920 (FISCHER, 2013: 189-190).

Por outro lado, Luís Augusto Fischer destaca que na segunda fase, após a década de 1960, a postura de Antonio Candido será menos marcada pela validação do Modernismo. O estudioso entende que essa modificação pode ser explicada pelo fato desse movimento já ter, após aquela data, “conquistado posição canônica nas novas descrições da história da literatura, no ensino, no paradigma crítico e acadêmico em sentido amplo, e mesmo no campo da produção artística” (2011: 171). Basta dar uma olhadela para os manuais de história literária que citei no início deste **Texto III**, que esse comentário será facilmente confirmado.

Finalizo essa discussão comentando a elaboração do sistema literário brasileiro, que

Antonio Candido sintetizou em uma de suas últimas obras *Iniciação à Literatura Brasileira* (1999). Esse texto foi mencionado por Marisa Lajolo sobre as acusações da “falta de escritores” em sua obra (2003).<sup>56</sup> A explicação de Lajolo também me é útil, por isso, a retomarei logo mais adiante. Voltando ao antigo professor da USP, ele considera que a Literatura Brasileira se desenvolveu através de um duplo movimento de formação: uma realidade diferente da Metrópole que devia se tornar brasileira em seus temas e “a necessidade de usar de maneira por vezes diferentes as ‘formas’, adaptando os gêneros às necessidades de expressão dos sentimentos e da realidade local”. Nesse sentido, Antonio Candido considera que essas duas tendências “exprimem o processo formativo de uma literatura derivada, que acabou por criar o seu timbre próprio, à medida que a Colônia se transformava em Nação e esta desenvolvia cada vez mais a sua personalidade” (1999: 14). Estou chegando ao ponto que queria salienta. Ele resume tudo isso da seguinte maneira:

De que maneira ocorreu este processo, que não é necessariamente um progresso do ponto de vista estético, mas o é certamente do ponto de vista histórico? Poderíamos talvez esquematizá-lo, distinguindo na literatura brasileira três etapas: (1) a era das *manifestações literárias*, que vai do século XVI ao meio do século XVIII; (2) a era de *configuração do sistema literário*, do meio do século XVIII à segunda metade do século XIX; (3) a *era do sistema literário consolidado*, da segunda metade do século XIX aos nossos dias (1999: 15).

Segundo Marisa Lajolo, foi exatamente a primeira e terceira etapa que ficaram de fora da *Formação*: “em nome da coerência dos pressupostos teóricos que em 1959 pautam a elaboração de *Formação da literatura brasileira*, autores que se situam antes ou depois do período definido em (2) – *meados do século XVIII até a segunda metade do século XIX* – não podem constar da discussão que Antonio Candido articula em 1959” (2003: 60). Portanto, a seleção dele, guiou-se por uma orientação tanto histórica e estética, como ele mesmo salienta na introdução daquele livro:

Este ângulo de visão [o da formação] requer um método que seja histórico e estético ao mesmo tempo, mostrando, por exemplo, como certos elementos da formação nacional (dado histórico-social) levam o escritor a escolher e tratar de maneira determinada alguns temas literários (dado estético) (2000: 16).

Percebo que isso de fato não ocorreu, pois acredito que para validar a ideia formativa desenvolvida por ele foi, portanto, necessário abandonar a questão estética e se fiar unicamente pela histórica. Nesse sentido, destaco a possibilidade daquela estudiosa não ter se dado conta

<sup>56</sup> Um exemplo disso é a conhecida polêmica entre Antonio Candido e Haroldo de Campos, que gerou para este último o livro *O Sequestro do Barroco na Formação da Literatura Brasileira: o caso Gregório de Matos*, publicado em 1989.

disso em seu argumento.

Olhando por esse prisma, mais histórico, a exclusão das **manifestações literárias** faria sentido se usada a noção de sistema literário, entretanto, por causa dessa mesma base histórica tem-se aqui uma abertura para a validação dos apontamentos sugeridos por Luís Augusto Fischer. Nesse sentido, opostamente ao que defende Marisa Lajolo, **a era do sistema literário consolidado** não estaria excluída da *Formação*. Demonstro isso através da conhecida citação, que segue abaixo, na qual depois de todas essas questões levantadas é possível percebermos a “perspectiva modernista” do ângulo de visão que ele diz ter assumido para produzir aquela obra:

O leitor perceberá que **me coloquei deliberadamente no ângulo dos nossos primeiros românticos e dos críticos estrangeiros que, antes deles, localizaram na fase arcádica o início da nossa verdadeira literatura, graças à manifestação de temas, notadamente o Indianismo, que dominarão a produção oitocentista**. Esses críticos conceberam a literatura do Brasil como expressão da realidade local e, ao mesmo tempo, elemento positivo na construção nacional. Achei interessante estudar o sentido e a validade histórica dessa velha concepção cheia de equívocos, que forma o ponto de partida de toda a nossa crítica, **revendo-a na perspectiva atual** (2000: 25, grifos meus).

É exatamente nessa revisão através da “perspectiva atual” sob o olhar modernista, que se encontra a terceira era do sistema literário, que Marisa Lajolo defendeu estar excluída da obra dele. Olhando por esse ângulo, seguindo a provocação suscitada por Luís Augusto Fischer, é inegável que a atualidade, mencionada por Antonio Candido, para revisar a “validade histórica” daquela “velha concepção” foi, sem sombra de dúvidas, concebida a partir da lente modernista.

Um trecho anterior a essa citação pode ser utilizado para confirmar essa minha alegação. Antonio Candido diz, como proposta desse seu trabalho, que o “argumento romântico – incansavelmente repisado, revigorado pelos modernistas e agora pelos nacionalistas – é que os árcades fizeram literatura de empréstimo, submetendo-se a critérios estranhos à nossa realidade, incapazes de exprimir o local”. Contudo, salienta ele:

[...] é preciso lembrar coisas: o primeiro, que este modo de ver foi tomado pelos românticos aos autores estrangeiros que nos estudaram; segundo, que eles o completavam por outro, a saber, que os árcades foram os seus antepassados espirituais, e que fizeram a nossa literatura (2000: 16-17).

Ele se propõe a retomar velhas questões, todavia com um olhar diferente, ou seja, o modernista. Como ele mesmo expõe, “foi neste segundo ponto de vista que me reforcei para a atitude aqui adotada”. Dessa forma, esse prisma permitiu ao autor de *Formação* – com base no que o próprio movimento dos anos 1920 tentou empreender, diga-se o **antropofagismo** – utilizar a matéria (literária) externa em consonância com nossa peculiaridade interna. Isso se

confirma na continuação desse parágrafo, em que ele menciona:

Parece-me que o Arcadismo foi importante porque plantou de vez a literatura do Ocidente no Brasil, graças aos padrões universais por que se regia, e que permitiram articular a nossa atividade literária com o sistema expressivo da civilização a que pertencemos, e dentro da qual fomos definindo lentamente a nossa originalidade (2000: 17).

Acredito ser evidente a validação modernista na chamada primeira fase de Antonio Candido. Isto posto, a entronização daquele movimento paulistano como paradigma crítico da historiografia literária, me é particularmente interessante na relação que esse princípio de classificação literário estabeleceu-se com o que se tornou sua quase natural oposição, o Regionalismo.

Creio que no caso brasileiro a **narrativa literária nacional** foi constituída, ou, pelo menos, consolidada, através de uma poderosa ferramenta: o **modernismo**. Por esse motivo, considero grande equívoco dizer que ele tenha trazido, como defendem os estudiosos da Literatura Brasileira, apenas renovações de experimentação estética ao âmbito da literatura nacional. O estudioso Saulo Gouveia, em seu *The Triumph of Brazilian Modernism*, publicado em 2013, comenta algo nesse sentido:

In the traditional scholarship and historiography on Brazilian Modernism the standard definition of Modernism revolves around the notion of rupture. The modernist movement, especially in the early 1920s, is interpreted as a profound cultural revolution in the arts and literature. The details of this rupture (or ruptures) are explained only at the level of the aesthetic. However, in this kind of discourse, the aesthetic innovations attributed to Modernism usually assume meanings that transcend the realm of the aesthetic. Implied in this discourse is that such ruptures also occur at the ideological, political, ethical, and moral levels. This definition appears more explicitly in the discourse of literary historiography. Modernism is said to have ushered in a distinct language that reflected a new intellectual attitude (2013: 33).

Como mencionado por aquele estudioso, esse movimento reconfigurou também o olhar que os críticos e historiadores literários passaram a ter para com toda a Literatura Brasileira. Seguindo o que vim desenvolvendo até este ponto, defendo que a sua coroação como paradigma da historiografia literária brasileira ocorreu com Antonio Candido, já na *Formação* e em outras histórias literárias produzidas, antes ou depois daquela obra. Sendo assim, a maneira modernista de perceber o vasto campo da arte literária, conseqüentemente, acabou reconfigurando a forma de pensar criticamente os padrões que norteariam os novos paradigmas da produção literária nacional. Contudo, tais parâmetros não se restringiram somente à produção contemporânea. Pelo contrário, o olhar para o que até então se havia produzido antes, ou durante, a década de 1920 também foi modificado. Saulo Gouveia, comenta algo interessante nesse sentido, segundo ele:



Literary historiography still remains predominantly formalist. As a result these histories of Brazilian literature tend to perpetuate a limited and homogenizing view of the literary phenomenon. This body of scholarship has elided a great deal of history as well as the politics involved in the process of legitimation of Modernism. The 1950s body of literary historiography not only canonized Modernism as the summit of Brazilian intellectual history but it also gained legitimacy by reaffirming the greatness of the modernist legacy. In the 1950s there were no publications in literary history that contradict this view. This is a classic case in which the imposition of formalistic view of the literary phenomenon served the political and ideological agenda of those who were invested in the canonization of Modernism. Literary historiography imposed a centralized view of Brazilian literature in which Modernism represents the historical moment of achievement of a truly emancipated status. The argument of rupture as a marker of emancipation remained as a core principle even in less traditional views of literature developed subsequently in Brazil [...] (013: 103).

Obviamente que não posso fazer igual aos historiadores literários do centro do país, que superestimaram o papel desse movimento em prol da legitimação e predomínio das ideias que se formulavam nessa região, em detrimento da produção dos centros não hegemônicos do país. Contudo, negar a força daquele movimento, pelas mesmas razões que mencionei na frase anterior, também seria cometer outro equívoco. Guardadas as suas devidas proporções, é inegável que aquele Modernismo teve sim uma forte relação de influência sobre a crítica e historiografia literária produzida ao longo da História da Literatura Brasileira. Entretanto, essa relação de influência não pode ser ingenuamente vista como apenas a **força dos influentes paradigmas estéticos modernistas** superiores ao que até então se havia pensado na literatura nacional. Tenho a impressão de que o modernismo serviu como uma excelente arma para a construção do predomínio da visão carioca-paulistana (mais a segunda do que a primeira) de ver a Literatura Brasileira, funcionando como uma espécie de guia mestre para a narrativa nacional. Em outras palavras, como um discurso hegemônico – e homogêneo – de perceber, conceber e interpretar a **brasilidade**. Conforme Saulo Gouveia, “from a methodological point of view, the official version, the standard definition of the modernist movement has survived the rise and fall of various theoretical approaches to literature in academia”. Além disso, ele acrescenta, na nota de rodapé desta afirmação, que:

If we consider that the earliest critical/historical reviews of Modernism appear in the 1930s, we could say that, from 1930 to approximately 1979 when [Sérgio] Miceli publishes *Intelectuais e classe dirigente*, criticism and historiography about Modernism remained practically intact. The only variations concern textual interpretation, but the definition of Modernism did not suffer any significant alternation” (2013: 96).

Se a lente do centro hegemônico passou a vigorar na forma de olhar e, principalmente, ler a Literatura Brasileira, então, a sugestão que indico, quase como uma interrogação, é se isso também não teria afetado a própria relação com que aquelas residentes fora desse centro olhariam para a sua produção literária do presente, do futuro e especialmente do passado,



tentando, de alguma maneira, ajustar o posicionamento de seus objetos para, quem sabe, que os de lá (do centro) pudessem dar uma olhadela.

Se tirar meus olhos deste final de **Texto III**, e retornar para algumas folhas atrás e parar na conclusão do **Texto II**, praticamente confirmarei a minha hipótese anteriormente suscitada. Os estudiosos da literatura sul-rio-grandense, naquele período entre o final da década de 1970 até meados de 1990, em seu olhar para Apolinário Porto Alegre e os partenonistas, estavam cobertos com a camada de terra de Antonio Candido e o paradigma modernista. Sendo assim, a interpretação de um sistema literário regionalista gaúcho e, também, a posterior indicação daqueles mesmos (agora não mais regionalistas) como pertencentes ao projeto nacionalista brasileiro, sempre estiveram condicionadas à força aprovadora da historiografia literária – com o pensamento do autor de *Formação* como guia – do centro hegemônico brasileiro. Esse que somente possibilitou dois tipos de leitura: a regional, ou seja, não totalmente brasileira; e a que poderia denominar como brasileira periférica, pois se apresentaria sem muita importância para a espinha dorsal do desenvolvimento da História da Literatura Brasileira.

Contudo, a historiografia literária sulina, não esqueçamos, possui a sua própria herança historiográfica interna (algo que comentei na introdução). Portanto, descendo um pouco mais nesta escavação, é o momento de olhar a forma como os sul-rio-grandenses leram Apolinário Porto Alegre e os partenonistas, antes de Antonio Candido e a coroação do paradigma modernista paulistano. Mas, sem desconsiderar a existência desses últimos, pois, não esqueçamos, eles revolucionaram a Literatura Brasileira na década de 1920. Pelo menos, isso é o que foi fossilizado pela historiografia literária.

#### IV – APOLINÁRIO PORTO ALEGRE E OS PARTENONISTAS PARA OS CRÍTICOS DA LIVRARIA DO GLOBO: 1956 – 1945

No capítulo “Rodapés, tratados e ensaios”, presente no livro *Papeis Colados*, publicado no ano de 1993, Flora Süssekind comentou a respeito do surgimento da crítica literária universitária brasileira. Para ela, isso ocorreu em meados da década de 1940, quando os primeiros indivíduos advindos das recém-constituídas Faculdades de Filosofia (Ciências e Letras), criadas a partir da institucionalização universitária, em 1930,<sup>57</sup> passaram a disputar espaços com os literatos autodidatas (bacharéis das letras) que dominavam o campo literário brasileiro através das chamadas “Crítica de Rodapé” publicadas em jornais (1993: 13-21).

A vitória da “Cátedra” sobre o “Rodapé”, como chamou João Cezar de Castro Rocha no livro *Crítica Literária: em busca de um tempo perdido?* de 2011, teria ocorrido, na

<sup>57</sup> De fato a primeira instituição que recebeu a denominação “universidade” foi a Universidade do Rio de Janeiro, fundada em 1920 (através do Decreto Nº 14.343, de 7 de setembro de 1920). Em seu estudo, Ana Waleska Mendonça, diz que essa instituição foi formada através da união da Escola Politécnica, A Escola de Medicina e a Faculdade de Direito (que já havia unificado duas outras escolas livres). Todavia, a reunião delas em uma única instituição ficou apenas na nominalidade, pois continuaram a funcionar de forma isolada “como um mero conglomerado de escolas, sem nenhuma articulação entre si”. Em 1927 é criada a Universidade de Minas Gerais, que seguiu o mesmo modelo daquela (2000: 7). De fato, o verdadeiro modelo universitário teria surgido sob os auspícios dos Pioneiros da Escola Nova com a fundação da USP (Universidade de São Paulo), em São Paulo, no ano de 1934 e a UDF (Universidade do Distrito Federal), no Rio de Janeiro, em 1935 (MENDONÇA, 2000: 9-10). Todo esse movimento teria sido impulsionado pelas transformações na mentalidade governamental brasileira após a “Revolução de 1930”. Em que o projeto prático foi a aprovação do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, elaborado por Francisco Campos, instituindo os estatutos das universidades brasileiras. A respeito da formação das faculdades de filosofia, é possível encontrar essa discussão nos artigos *Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990)*, publicado, em 1991, por Helena Sampaio; e de Marieta de Moraes Ferreira *O ensino da história na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil*, publicado em 2012. Como livro (ou teses), tenho conhecimento apenas de alguns trabalhos concernentes a disciplina da história, como: novamente Marieta de Moraes Ferreira, *A história como ofício*, publicado em 2013, direcionado a análise da atual UFRJ. Mara Cristina de Matos Rodrigues, com sua dissertação, defendida em 2002, *A institucionalização da formação superior em história: o curso de Geografia e História da UPA/URGS – 1943 a 1950*, além do artigo *A formação superior em história na UPA/URGS/UFRGS DE 1943-1971*, publicado na revista *História da Historiografia*, no ano de 2013. Ainda sobre o Rio Grande do Sul, existe o quinto capítulo “Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras” do livro *História da PUCRS*, escrito por Elvo Clemente e João Faustino, cuja primeira edição data de 1995, que aborda a PUCRS. Sobre o caso da USP, há a dissertação, defendida em 2004, de Diogo da Silva Roiz intitulada *A institucionalização do ensino superior de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1934-1956*. Republicado em 2012 como livro, com o título levemente alterado para *Os caminhos (da escrita) da História e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)*. No campo de Letras, os trabalhos são mais escassos. Tenho conhecimento apenas de alguns artigos *No jardim das Letras, o pomo da discórdia*, de 1988, publicado por Marisa Lajolo; *A criação dos cursos de letras no Brasil e as primeiras orientações da pesquisa lingüística universitária*, de 2006, publicado por José Luiz Fiorin; e o texto *As primeiras faculdades de letras no Brasil*, escrito, em 2008, por Denise da Silva Fialho e Iara Lopes Fideles.

interpretação de Flora Süssekind entre a década de 1940 e 1950.<sup>58</sup> Ironicamente, o campo de batalha foi o próprio jornal, que na época era dominado pelo “crítico-cronista” (1993: 16:18). No entanto, após década de 1950, a vitória do “crítico-*scholar*” garantiria o domínio da universidade no cenário literário no Brasil (1993: 20-21). Entretanto, entre as décadas de 1960 e 1970, ocorreu o que ela denominou por “vingança do rodapé”,<sup>59</sup> no qual os críticos-*scholars* se voltam novamente para os jornais, agora objetivando garantir espaço nos cadernos – não mais rodapés de páginas – literários, o que passou a ser conhecido como, Suplementos Literários.<sup>60</sup>

Foi no ano de 1956, período em que houve o relativo triunfo do crítico-*scholar*, que Guilhermino Cesar publicou, pela Editora Globo, o livro *História da Literatura do Rio Grande do Sul (1937-1902)*. Esta foi a segunda história literária sobre a literatura produzida no Rio Grande do Sul. A primeira é a de João Pinto da Silva, publicada em 1924 e ampliada em 1930.

Se levar em consideração o fato de que, conforme a biografia de Guilhermino Cesar<sup>61</sup>, ele ingressou no ano de 1928 na Faculdade de Direito de Minas Gerais, que apenas um ano antes já havia sido integrada a recém-instituída Universidade de Minas Gerais (UMG)<sup>62</sup>, seria

<sup>58</sup> Na verdade, João Cezar questiona essa cronologia, para ele, essa data é o início do embate entre os críticos universitários e os críticos de jornais, sintetizado pela polêmica entre Afrânio Coutinho e Alvaro Lins. A vitória da “Catédra”, teria ocorrido em uma data bem posterior ao início da contenda.

<sup>59</sup> Como Flora Süssekind menciona: “As décadas de 60 e 70 são, para os estudos literários, ‘anos universitários’. E isto num duplo sentido: de um lado, pela redução do espaço jornalístico para os críticos-*scholars* e pela dificuldade de circulação, mesmo via livro, de grande parte da produção acadêmica; de outro, por uma espécie de autoconfinamento (às vezes com bons resultados intelectuais, outras não) ao *campus* universitário. Pois, se um primeiro duelo entre críticos-cronistas e críticos-professores apontara a vitória parcial dos últimos nas décadas de 40-50, em meados dos anos 60 assiste-se a um fenômeno que bem se poderia considerar uma vingança do rodapé (1993: 27).

<sup>60</sup> Segunda Flora Süssekind, nesse ambiente houve um entrelaçamento entre a crítica universitária e os suplementos. Contudo, nessa década de 1970, a saída do ambiente universitário representaria uma espécie de virada no jogo. Como ela indica: “Se nos anos 40-50 eram os críticos-professores que olhavam com desconfiança os rodapés, agora são os jornalistas que atribuem à produção acadêmica à características de um oponente. Já o decreto definitivo de regulamentação da profissão de jornalista, de 17 de outubro de 1969, contribui decisivamente como um passa-fora. A que se acrescentam críticas freqüentes à linguagem (segundo alguns: ‘jargão incompreensível’) e à lógica (argumentativa, quando a regra na mídia seria adjetivação abundante e afirmações que não expõem os próprios pressupostos) do texto originário da universidade. Além de, numa sociedade submetida a rápido processo de espetacularização, parecer faltar muitas vezes ao ensaísmo ‘acadêmico’ o charme do texto-que-brilha, do texto-que-parece-crônica. Daí a rejeição deste ‘texto estranho’ porque ‘incompreensível’ para esta invenção tão espertamente manipulada pela grande imprensa: a do leitor médio (1993: 28).

<sup>61</sup> Segundo dados biográficos obtidos na *Enciclopédia Itau Cultural* e no seu verbete encontrado no *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*, publicado em 1999, esse estudioso nasceu no ano de 1908, no estado de Minas Gerais, e transferiu-se para Porto Alegre em 1943. Por volta desse período se vincula a atual UFRGS, onde torna-se professor de Literatura brasileira na recém-criada Faculdade de Filosofia dessa mesma instituição (1999: 82-84).

<sup>62</sup> Sobre a Faculdade de Direito e a sua integração a UMG, tem o artigo *A Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais no Centenário de sua Fundação*, publicado em 1994, por Raul Machado Horta. Além da Lei nº 956, de 7 de setembro de 1927, que instituiu a criação da universidade.

possível especular que ele já vinha presenciando as transformações do ensino superior brasileiro.

Somando a estes detalhes, agregarei outro para pensarmos. Ele assumiu, em 1941, a diretoria da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais,<sup>63</sup> permanecendo até o ano em que se transferiu para o Rio Grande do Sul (1943). No histórico, presente no portal da Faculdade de Letras da UFMG, encontraríamos a citação de Guilhermino Cesar como membro do primeiro quadro docente (ele era responsável pela cadeira de Literatura Brasileira) daquela Faculdade de Filosofia.<sup>64</sup> O ponto que desejo focar nessa minha linha explicativa, amarrando aquela ponta solta sobre o início da crítica universitária, é que Guilhermino Cesar, poderia também ser considerado como um crítico-*scholar*. Sendo assim aquela sua obra entraria no mesmo bojo das produzidas por estudiosos como Antonio Candido, Afrânio Coutinho, entre outros. Por esse motivo, seria um equívoco tratá-lo como apenas um mero erudito interessado em literatura.

Como pretendo fazer uma análise, por acreditar que se insere na proposta teórica desta dissertação, do ponto alto (temporalmente) da historiografia literária sobre Apolinário Porto Alegre e os partenonistas, até chegar próximo de seu período de vida no século XIX. Devo salientar, que essa obra de Guilhermino Cesar está caracterizada como ponto alto, porque os trabalhos que o sucederam – e isso será demonstrado no **Texto V** – já pertenceram a outra forma de estudos literários.

Terminada essa explicação, antes de começar, desejaria mostrar um comentário de R. E. Dimmick<sup>65</sup> sobre aquela obra de Guilhermino Cesar que acredito desempenhar duas funções: a primeira serve como deleite para um sul-rio-grandense ver um comentário estrangeiro sobre uma marcante obra de sua região; a segunda, e obviamente mais importante, é que isso funciona como uma síntese do que aquele estudioso pretendeu fazer. Segue ela abaixo:

Regional literary histories as written in Brazil tend to suffer from two failings: They provide little more than a catalog of authors born in a particular state and their respective works, and they make no attempt to view this production as part of the larger panorama of Brazilian literature as a whole. to say merely that Guilhermino César da Silva has in large measure avoided these pitfalls would, however, be doing

<sup>63</sup> Apenas no seu verbete na *Enciclopédia Itaú Cultural* encontramos essa informação, talvez, isso poderia ser confirmado através de uma olhada no *ANUÁRIO da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais – 1939-1953*.

<sup>64</sup> Dados sobre a criação da Faculdade de Filosofia podem ser encontrados na página comemorativa *80 Anos UFMG* e no próprio portal, seção “Histórico”, da atual Faculdade de Letras da UFMG (cujos links estão na referência deste trabalho).

<sup>65</sup> Isso foi uma resenha escrita por R. E. Dimmick para o volume 31 da *Books Abroad* de 1957.

scant justice to the merits of his work. This history, despite some unfortunate errors of detail, reveals extensive research and a good sense of aesthetic values give *gaúcho* literature a character of its own, and to situate literature as a cultural phenomenon in the development of Rio Grande do Sul. Above all, it is fine piece of composition in its own right; though none of the writers dealt with is of more than secondary importance the author presents them so engagingly that, rather than use the book as a mere reference source, the consultant will wish to read the work entire (1957: 435).

O autor da resenha captou bem a intenção do estudioso, para quem lê integralmente a *História da Literatura do Rio Grande do Sul*, facilmente percebe que não se trata de enclausurar a literatura sul-rio-grandense como pertencendo a um sistema fechado ou autônomo a qualquer relação literária com o restante da literatura produzida no Brasil.

Dentro dessa percepção, a SPL apareceu na obra de Guilhermino Cesar como uma agremiação que teria existido na capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1868 a 1884, cujo importante papel teria sido o de consolidar a literatura local, aliás, com destaque para a figura de Apolinário Porto Alegre, ao apresentá-lo como protagonista no desenvolvimento de um tipo particular de literatura, a regionalista gaúcha.

Na leitura que fez, essa literatura produzida por Apolinário Porto Alegre e os partenonistas, teria sido desenvolvida com a intenção de integrar os sul rio-grandenses à literatura e à nacionalidade brasileira. O uso da campanha (somado a mais dois elementos, como o gaúcho e a farroupilha), foram desenvolvidos, como ele mesmo mencionou, “com o intuito de apenas se definir a si mesmo. Procurou, explicando-se, explicar-se ao Brasil” (1956: 174). Alguns parágrafos adiante, esse estudioso reforçou essa sua ideia comentando o seguinte a respeito das afirmações literárias dos sul rio-grandenses:

Seu fim último: mediante a guarda de valores genuínos, afinar com a aspiração de originalidade que desde a Independência fôra preocupação das elites nacionais só atendida pelo romantismo. Logo, o regionalismo gaúcho deve ser ainda considerado, no seu impulso e motivação instintivos, **como um esforço bem sucedido pela definitiva integração da raia sulina na cultura da nação brasileira**. Não o induzimos, por similitudes. Deduzimos pacientemente, após o exame de toda a literatura rio-grandense, de seus momentos de calma e de agitação. As provas coligidas estão condensadas neste livro. **Raro é o autor estudado que não se inscreve, com as mesmas preocupações, ao lado de algum grande nome nacional**. Seguiram os gaúchos as linhas mestras da literatura nacional, na fase em que ela tomou caráter diferenciador, e daí por diante não fizeram mais que estreitar vínculos, dia a dia mais apertados, a teor do que demonstram as novas gerações surgidas depois de 1925 (1956: 174-175, grifo nosso).

Nos anos 1950, ao ler Apolinário Porto Alegre e os partenonistas, Guilhermino Cesar deduziu a intencionalidade da inserção ao projeto de constituição da **brasilidade** por parte daqueles letrados sul rio-grandenses do século XIX. Esse sentimento nacionalista, em sua perspectiva, teria sido ocasionado pelas guerras fronteiriças, as quais, segundo ele,

desencadearam uma consciência patriótica entre os habitantes meridionais do imenso Império Brasileiro.

Ele também comentou algo semelhante em um momento anterior àquela citação, que devido as lutas fronteiriças na região do Prata, foi que os sul rio-grandenses constituíram o “sentimento das peculiaridades brasileiras”, ou melhor, o “amor das tradições pátrias. Nesse sentido, ele enfatizou que o “sentimento localista” foi desenvolvido juntamente como, e também devido a esta, defesa do solo pátrio brasileiro (e não apenas sul-rio-grandense). Essa defesa do território nacional ao longo da segunda metade do século XIX, no entendimento de Guilhermino Cesar, teria pago o que ele denominou por “rebeldia de 35” (1956: 171).

Isso teria sido possível porque, naquele momento, já existia um modelo, como ele comentou, o “estado de espírito romântico” servindo de estímulo e sendo executado em todo o Império brasileiro para a constituição de uma literatura autônoma. Guilhermino Cesar destacou na sua leitura que a derivação desse “movimento [nacional] passaria a ser, no pampa, o regionalismo pròpriamente”. Por outro lado, em sua percepção, os sulinos teriam adotado um modelo estilístico que, ele considerou, já ter chegado ao seu limite, pois já se notava, tanto no Brasil como em Portugal, o surgimento do realismo e da poesia parnasiana (1956: 172).

Nesse cenário a SPL teria funcionado como um motor para a constituição de um pensamento próprio (ao nível local) e, assim contribuído para a criação da **brasilidade** (ao nível nacional).

No seu entender, essa força influenciadora teria sido exercida devido à circulação de uma revista literária, durante dez anos, em que a mesma se fundou e manteve, com algumas interrupções em sua publicação. Conforme ele expôs, essa “revista viveu em tórno e sob a influência de Apolinário Pôrto Alegre”, sob o “amparo de Caldre e Fião” (1956: 172). Apolinário Porto Alegre, apareceu em seu olhar como tendo exercido um papel destacado naquele momento do surgimento da vida literária sulina. A força desse intelectual, e dos membros de seu grupo, seria refletida não apenas pela formação de um pensamento sulino próprio, mas pela constituição de um “ciclo literário”, que foi continuado pelas futuras gerações sulinas. Destaco a seguinte passagem em que Guilhermino Cesar falou exatamente isso:

Abre-se com o “Partenon” o ciclo da literatura regionalista, dita gauchesca, como conseqüência de uma atitude mental necessariamente combativa. Através de seus primeiros cultores, a nova corrente se deixou atrair, acima de tudo, pelo passado gaúcho, procurando reviver o guasca largado, o homem livre dos primeiros tempos da conquista, os rebeldes de 1835 (1956: 173).

Já que o modelo romântico indicava o uso do ambiente, ou seja, a cor local como base

para a matéria literária, aqueles literatos usaram o seu meio circundante para o cumprimento daquela modelo. Entretanto, a região que caracterizaria o “ciclo regionalista” não abrangeria a totalidade da província. A explicação que Guilhermino Cesar deu foi a seguinte: “a região colonial, não tendo êsse passado romântico por si mesmo, não lhes interessou senão episódicamente”. Conforme mencionado por ele, a “região da fronteira, para o seu território banhado de sangue e ações heróicas” seria um “local” mais interessante de se fazer matéria literária. E, foi exatamente isso que fizeram os escritores como Apolinário Porto Alegre, Múcio Teixeira, Taveira Júnior e Caldre e Fião, os quais procuravam retratar a “gente pampiana” com os “seus pesares e alegrias” (1956: 173).

Nessa “gente pampiana” ainda sobrevivía o tipo gaúcho daqueles “primeiros tempos de conquista”. Esse tipo social era o “peão da estância, herdeiro do monarca das coxilhas, do herói dos tempos primevos”. Todavia, esse peão já não resplandecia mais a “imagem de liberdade e ousadia” de seu antepassado. Por esse motivo, Guilhermino Cesar disse que a matéria literária usada pelos letrados sul rio-grandenses não foi o gaúcho da segunda metade de do século XIX, mas aquele outro, o herói dos tempos longínquos, que “passou a representar para os escritores, por efeito de uma transposição perdoável, o brio, a altivez e a coragem pessoal do antigo senhor das savanas” (1956: 173-174). Esse tipo local, ocupou na província sulina o mesmo papel que o índio e o negro desempenharam na “literatura liberal que desde Macedo enfartara as letras do centro e do norte do país”. Por consequência dessa ação, Guilhermino Cesar considerou que ocorreu o apagamento do gaúcho decadente contemporâneo aos letrados do SPL sendo, assim, idealizado o seu antepassado nas “fainas da vida campeira, nas rixas políticas, nas carnagens da luta externa, nimbado sempre por uma auréola de campeão medieval”. Ao fim, esse estudioso considerou que toda essa visão não passava de, conforme ele destacou, “puro romantismo, animado por uma indiscutível autenticidade crioula” (1956: 174).

Em seu estudo, Guilhermino Cesar leu a literatura de Apolinário Porto Alegre e os partenonistas, apesar do que considerou como exagero da linguagem, aliás, algo, como ele admitiu, impossível de escapar devido ao modelo romântico, como homens de letras e sul rio-grandenses, que “não fugiram à sua experiência”. Ao fazerem isso, ele interpretou como um importante passo para a “valorização da linguagem coloquial” na adoção, por exemplo, da língua do peão e seus diálogos. Mesmo que nem sempre o tenham feito com “naturalidade artística”, ele afirmou a necessidade de se admitir que eles foram mais fecundos fazendo isso, do que se tivessem adotado os padrões lusitanos.



Existe um ponto complicado na forma como Guilhermino Cesar defendeu a sua interpretação de Apolinário Porto Alegre e os partenonistas, percebendo-se como uma comunidade sul-rio-grandense, a qual, ao compreender-se como tal poderiam se explicar ao restante do Brasil. E, por conseguinte, ingressarem no movimento da nacionalidade. Faço referência a esta passagem que segue:

Mas é preciso considerar – como lembramos na Introdução – que as dificuldades enfrentadas pelo povo gaúcho, para se realizar literariamente, não foram pequenas. Lutou com o perigo dentro e fora de casa, sozinho na raia extrema do país, ilhado dentro da própria pátria. Adquiriu conseqüentemente da vida comunal uma noção muito particular, fortaleceu laços efetivos muito íntimos com o pequeno mundo da província; ensimesmou-se, preso à terra ou nostálgico da antiga liberdade desfrutada pelos pioneiros da véspera. Buscou portanto o campo como quem procura suas raízes. Se quiséssemos generalizar, aplicando imagens fáceis, diríamos que os rio-grandenses daquele período eram os bascos do Brasil (1956: 174).

Nessa leitura que fiz sobre a forma como Guilhermino Cesar leu Apolinário Porto Alegre e os partenonistas, poderia considerar que a sua interpretação do nacionalismo dos letrados sulinos e, ao mesmo tempo, a formação de uma cultura literária autônoma, abriu caminho para a mesma discussão realizada após duas décadas pelos estudiosos literários, a releitura de seus trabalhos quatro décadas depois, e a abordagem pelos historiadores quase cinco décadas depois da *História da Literatura do Rio Grande do Sul*.

Um pouco anterior daquela obra, circulou entre os anos de 1945 a 1957, no Rio Grande do Sul a revista *Província de São Pedro*. O influente crítico e historiador do período Moyses Vellinho propôs a criação daquela revista a Henrique Bertaso, filho de José Bertaso, então proprietário da Livraria do Globo. A intenção de Moyses Vellinho era a produção de um periódico de cunho exclusivamente literário, para divulgação da vida intelectual sul-rio-grandense. Conforme constatei em sua análise, essa revista, ao longo de sua existência, teve uma publicação volumosa, somando 21 edições.

Em seu primeiro número, Moyses Vellinho propõe o programa que ela deveria seguir indicando que a compreensão da **brasilidade** deveria partir do entendimento das suas características regionais. Isso, aliás, é salientado pela sua posição de que, segundo suas palavras: “sem a definição das partes não será possível a definição do todo” (1945: 6).

Ao propor essa sua ideia a respeito da **brasilidade**, Moyses Vellinho procurava se distanciar de duas coisas: a primeira é o que ele denominou por “pieguices” do tradicionalismo e saudosismo em relação ao passado; a segunda de uma postura centralista a respeito da



nacionalidade brasileira.<sup>66</sup> Diria que ao escrever essas intenções, Moyses Vellinho procurou fugir de dois extremos: o localismo (isolacionismo cultural); o centralismo (homogeneizador cultural). Aliás, isso, no meu entendimento seria contrastado pela sua afirmação de que revista que ele estava inaugurando: “procurará manter em permanente ordem do dia, afora os assuntos de interesse geral e permanente, os temas e motivos da formação rio-grandense e de **sua evolução dentro dos limites maiores da nacionalidade**” (1945: 7, grifo nosso).

Em razão de sua proposta, na qual poderia dizer que está partindo do entendimento regional para a compreensão do todo nacional, acredito que, nessa década de 1945, seu olhar em direção a Apolinário Porto Alegre e os partenonistas é, portanto, bastante semelhante ao que salientei naquela obra de Guilhermino Cesar. No entanto, não sei ao certo por qual motivo, alguns artigos publicados na revista *Província de São Pedro* fugiram dessa diretriz traçada pelo seu diretor no seu número inaugural.

No artigo *J. Simões Lopes Neto: esboço biográfico em tempo de reportagem*, escrito por Carlos Reverbel, encontraremos o primeiro comentário sobre Apolinário Porto Alegre. Nele, o nome daquele literato do século XIX apareceu através de uma citação<sup>67</sup> retirada de outro texto escrito por Augusto Meyer presente no prefácio dos *Contos Gauchescos e Lendas do Sul*. Nisso, este último comentou a respeito da posição do escritor pelotense João Simões Lopes Neto, no qual ele teria sido dentro do regionalismo gaúcho “uma confluência e um equilíbrio das suas melhores qualidades, desde a arte ainda ingênua e romântica de Apolinário Pôrto Alegre até a requintada estilização de Alcides Maya” (MEYER, s/a, s/p apud REVERBEL, 1945: 78).

Apolinário Porto Alegre está aí sendo lido por ambos os estudiosos, como pertencente ao ciclo da literatura regionalista gaúcha. Posição aliás, que não seria apenas devido a sua atividade literária, mas, em boa medida, ao seu trabalho como coletador (folclorista) das histórias e costumes locais. Isso é posto no texto, também escrito por Augusto Meyer, *Introdução ao Estudo do Cancioneiro Gaúcho*, presente no número quatro da revista. Nele, o

<sup>66</sup> Posição que ele reafirma a partir do seguinte argumento: “[...] impõe-se como o mais lúcido dos programas se queremos chegar à ampla compreensão dos brasileiros entre si para a definitiva assimilação de uma terra de dimensões imperiais e que em grande parte ainda se pertence mais a si mesma que ao homem” (1945: 6).

<sup>67</sup> Carlos Reverbel, antes de expor a citação de Augusto Meyer, comentou que a mesma foi retirada do prefácio do livro *Contos Gauchescos e Lendas do Sul* (1945: 78). Contudo, a edição em que Augusto Meyer escreveu um prefácio, além de conter uma introdução crítica e notas feitas por Aurélio Buarque de Holanda e um posfácio do próprio Carlos Reverbel, somente foi publicada em 1949. Por não citar a página, talvez Carlos Reverbel tenha se utilizado dos manuscritos da edição que ainda não tinha vindo ao público. Essas informações podem ser consultadas no livro *A poética do conto de Simões Lopes Neto: o exemplo de "O negro Bonifácio"*, de Cláudia Rejane Dornelles Antunes, publicado no ano de 2003 (principalmente entre as páginas 50 e 57). E na própria edição daquele livro, como já comentado, lançado em 1949.

autor falou a respeito das poesias populares do cancioneiro gaúcho e mencionou Apolinário Porto Alegre no final do seu texto criticando o seu “pouco empenho” no coletamento da tradição oral sulina, que foram expostos no livro *Cancioneiro da revolução de 1835*.<sup>68</sup>

Prosseguindo na análise da revista *Província de São Pedro*, o próximo artigo foi escrito pela mineira Lucia Miguel Pereira, presente no número cinco da revista, cujo título é *O Naturalismo Brasileiro*. Sua análise se assentou no argumento da artificialidade com que o naturalismo foi utilizado pelos escritores locais, como uma espécie de fórmula rígida que deveria obrigatoriamente ser adotada. Além disso, essa espécie de artificialismo também se deve à tentativa, por parte dos brasileiros, de imitar os escritores europeus como Émile Zola e Eça de Queiroz. Em um determinado ponto do texto, a estudiosa mencionou que os escritores brasileiros, ao tentarem adotar essas modas literárias europeias fizeram-no sem ao menos constatar, através de um simples olhar empírico, as diferenças de formação e contexto que separam Portugal e França do Brasil.

Nesse contexto, Apolinário Porto Alegre foi citado como um dado comparativo para a análise que a autora vinha fazendo do livro *Um estudo de temperamento*, de Celso Magalhães, categorizado por ela como um escritor regionalista do século XIX, na mesma linha de outros escritores do Romantismo, como Visconde Taunay, Franklin Távora e José do Patrocínio. Entretanto, o conceito de regionalismo, pelo menos nesse texto específico de Lucia Miguel Pereira, não está muito claro. Ao falar sobre Inglês e Souza, ela o define como um escritor

<sup>68</sup> Esse livro de Apolinário Porto Alegre foi publicado no ano de 1935, período muito posterior a sua morte que ocorreu em 1904. Essa edição, se trata de um livro comemorativo ao centenário da Revolução Farroupilha. Além disso, em 1981, Lothar Hessel organizou uma nova edição do mesmo livro. Aliás, nele encontramos a explicação para aquela primeira edição lida por Augusto Meyer: “Ao ensejo do 1.º centenário da Revolução de 1835, foi publicado em Porto Alegre, pela Livraria do Globo, o CANCELONEIRO DA REVOLUÇÃO DE 1835, coligido e comentado por Apolinário Porto Alegre”. A respeito disso, Lothar Hessel comenta que: “o organizador – possivelmente seu filho Álvaro Porto Alegre – dispôs de dois manuscritos originais sobre o assunto, mas diferentes, em parte. Esses textos que só nos chegaram às mãos em novembro de 1980, são constituídos: o mais amplo, por um caderno de 70 folhas de papel almaço, escritas só no anverso, não encadernado, focando unicamente composições sobre o decênio farroupilha; o outro, de apenas 34 páginas, é parte de um volume maior, encadernado, com 147 páginas, de relevante interesse para estudos sobre a cultura popular, e que agrupa as poesias colhidas, em quatro secções: composições referentes à Revolução Farroupilha, até a pág. 34; versos populares gaúchos; cantos de danças; e silva de quadrinhas (jogralices)” (HESEL, 1981: 9). Lothar Hessel, em uma nota de rodapé, chama o primeiro de **Ms.1** e ao segundo de **Ms.2**. Prosseguindo na sua exposição ele diz que: “A sensível diferença de páginas entre um e outro manuscrito explica-se pelo fato de Apolinário Porto Alegre haver mergulhado as poesias do primeiro em extensos relatos de prosa histórica, fato que Augusto Meyer assim apreciou: ‘[O Cancioneiro da Revolução de 1835] é uma boa prova da carência que apontamos; quase tudo é recheio erudito e comentário pessoal’. MEYER, Augusto. *Prosa dos Pagos*. 2ª ed., Rio de Janeiro. Livr. São José, 1960, p.71” (HESEL, 1981: 9-10). Adiante no texto, Lothar Hessel explica que essa crítica por parte de Augusto Meyer, seria justificado pelo fato de que o *Cancioneiro da Revolução de 1835*, que ele leu, continha apenas os manuscritos do **Ms.1** (HESEL, 1981: 9).

regionalista por lidar com temas regionais através do exame da realidade local (1946: 27).

De forma mais abrangente, Apolinário Porto Alegre não é percebido pela estudiosa como o inaugurador da literatura regionalista gaúcha, sendo direcionado para o setor regionalista dos escritores brasileiros da segunda metade do século XIX.

Seguindo adiante, no número seis da revista, temos o artigo *Época, Merecimento e Influência de “Antonio Chimango”*<sup>69</sup>, de Guilhermino Cesar, aquele mesmo que dez anos depois publicará o livro que comentamos no início deste **Texto IV**. Esse autor comentou a respeito da pouquíssima produção de poesia satírica no Brasil. Segundo ele, além das “Cartas Chilenas”, escritas no período colonial, não houve outros textos poéticos produzidos sob esta forma. César menciona, e essa é a sua intenção ao escrever esse texto, o poema satírico *Antônio Chimango*, escrito por Ramiro Barcelos – utilizando o pseudônimo de Amaro Juvenal, publicado durante a primeira década do século XX. Apolinário Porto Alegre é mencionado por Guilhermino Cesar como um escritor regionalista semelhante a outros regionalistas sul-riograndenses, como João Simões Lopes Neto e Alcides Maya (1946: 135-39).

Até esse ponto, está ficando evidente que esses três nomes, anteriormente a obra *História da Literatura do Rio Grande do Sul*, ganharam importância dentro da literatura regionalista gaúcha. A eles são ainda acrescentados mais dois nomes, que também foram encontrados no próximo artigo, *Apreciações Sobre a Literatura Regional Rio-Grandense*, publicado no número dez da revista e escrita por José Salgado Martins. Sua proposta nesse texto foi explicar o que deveríamos entender por literatura regional. Segundo ele, essa seria uma “faculdade imaginativa” em que o homem partiria de um “centro de gravidade”, sendo esse centro o próprio “meio” em que a literatura foi produzida, ou seja, onde ela foi originada. Por outro lado, cada literatura regional, produzida em seu “meio”, quando reunida a outras literaturas regionais formariam um grande “panorama universal da cultura”. Em suma, literatura regional, para José Salgado Martins, seria aquela capaz de ser local ao mesmo tempo em que possibilitaria a constituição do todo universal (1947: 105). Algo que estaria de encontro com a proposta que Moyses Vellinho apresentou como programa da revista *Província de São Pedro*.

<sup>69</sup> Sobre essa obra, Luís Augusto Fischer disse, no livro *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*, o seguinte: “Escrito inicialmente no verso de procurações para fiscalização eleitoral, no calor da hora, o *poemeto campestre* chamado *Antônio Chimango* veio à luz em 1915. Era uma obra de combate, literatura engajada no mais legítimo sentido. Foi lido, memorizado e multiplicado ao longo de décadas, calando fundo no imaginário sul-riograndense. A obra traduz, em linguagem gauchesca e na forma popular das sextilhas de sete sílabas, a indignação de Amaro Juvenal (pseudônimo de Ramiro Fortes de Barcelos) contra Antônio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado por cinco períodos e líder incontestado do Partido Republicano Rio-Grandense durante quase três décadas (1999: 21-23).

Ao longo do texto, o autor inicia a análise, do que ele nomeou como as “obras mais representativas da literatura rio-grandense, aquelas que nos possibilitam descobrir as linhas dominantes do quadro e da sua evolução” (1947: 105). Por essa razão, considerou o romance *Ruínas Vivas*, escrito por Alcides Maya, “a obra de profunda significação regional”. Por outro lado, avaliando o escritor Simões Lopes Neto, a partir de um ponto de vista que ele disse ser estético, afirmou que esse escritor seria o contraponto daquele outro no que diz respeito à forma com que ambos fazem uso do regionalismo em suas obras. Nesse ponto, o autor mencionou Apolinário Porto Alegre (1947: 106), dizendo que:

Contrastando, sob muitos aspectos, com a obra de Alcides Maya, encontra-se o livro de Simões Lopes Neto, que assinala a fase inicial do nosso regionalismo, embora já muito diferenciado de Apolinário Pôrto Alegre, que pode ser considerado o fundador do romance gauchesco (1947: 106).

José Salgado Martins ainda mencionou Darcy Azambuja, o qual ele também considerou ser um escritor muito importante para a literatura regionalista gaúcha. Segundo ele, Azambuja estaria situado entre Simões Lopes Neto e Alcides Maya, porque “seu processo estilístico é mais complexo que o do regionalista das ‘Lendas do Sul’, mais singela, porém que o do rutilante autor de ‘Ruínas Vivas’” (1947: 107). Acrescentando um nome nesse panteão do ciclo regionalista, o autor mencionou o escritor Cyro Martins como capaz de estabelecer seu divórcio para com o que ele denominou por regionalismo tradicional. Ao término da apresentação do rol dos mais célebres escritores regionalistas do Rio Grande do Sul, José Salgado Martins afirmou que esse tipo de literatura possui divisões, sendo “três momentos [...] podem ser destacados dentro da evolução do romance rio-grandense” (1947: 107). O primeiro momento foi “inaugurado pelo romance de Apolinário Pôrto Alegre”, no qual, segundo ele:

[...] predomina a concepção puramente romântica do gaúcho, que surge quase como um pastor bíblico, conduzindo o seu rebanho pelas lhanuras desertas, pontilhadas, aqui e ali, pelos fogões dos heróis, pelos pousos dos andejes, pelas taperas nostálgicas, pelos umbus farfalhantes (1947: 108).

Considerou ainda o estudioso, “nessa fase, a ficção literária era puramente senhoril. Era o romance ou o conto de superfície, sem intenções psicológicas” (1947: 108). O segundo momento foi caracterizado pelo fim dessa concepção romântica do gaúcho. Apesar de o autor não ter mencionado quem são os escritores símbolos desse momento literário, acredito, seguindo a lógica de escritores supracitados, que ele se referiu a Simões Lopes Neto, Darcy Azambuja e Alcides Maya. Por fim, no terceiro momento, o gaúcho aparece como um homem derrotado, pois, como afirma José Salgado Martins, “ao invés do gaúcho altaneiro e forte, repontando no entrevêlo, nos apartes ou nas tropeadas, aparece pelas páginas dos nossos

regionalistas a figura do derrotado e do retirante espólio de bagaço humano, sem um resquício da antiga grandeza”. Para ele, esse terceiro momento, foi inaugurado – como já comentei – por Cyro Martins, pois em sua literatura o gaúcho está caracterizado pelo “espírito de cepticismo, desencanto ou decepção em torno do nosso passado heroico e de tudo que constitui os velhos padrões de vida rio-grandense” (1947: 108).

O texto *O Conteúdo Político da Revolução Farroupilha*, escrito por Othelo Rosa, presente no número dezesseis da revista, é um artigo historiográfico, no qual, diferentemente dos outros artigos, o autor apresentou Apolinário Porto Alegre como um grande escritor brasileiro, pelo seu distanciamento de qualquer influência platina. Temos essa constatação quando o estudioso afirma que Apolinário teve uma “influência inegável no patrimônio cultural do Brasil e nos quais ninguém encontraria sombras nem resquícios de alma espanhola” (1951: 60). Esse tipo de argumento é tributário do contexto de discussão sobre as raízes formativas do Rio Grande do Sul, contenda que ficou conhecida, *a posteriori*, como debate entre a historiografia lusa e a historiografia platina.<sup>70</sup> Em suma, o caso aqui é de inserir o fundador do regionalismo gaúcho nos parâmetros da luso-brasilidade, distanciando-se, assim, de qualquer influência platina. Reitera-se que essa posição parte do projeto editorial proposto por Moyses Vellinho de olhar o nacional através do local, sendo o primeiro, sem sombra de dúvidas, brasileiro e não argentino ou uruguaio como mencionado anteriormente.

No texto seguinte, *Augusto Meyer e o Folclore Riograndense*, também escrito por Othelo Rosa, que consta no número dezessete da revista, foi produzido uma resenha sobre uma publicação de Augusto Meyer, em que ele desenvolveu um estudo a respeito do folclore gaúcho. Novamente, Apolinário Porto Alegre foi citado como coletador da memória local:

O primeiro que coligiu trovas populares no Rio Grande foi um alemão: Carlos von Koseritz. E uma das primeiras páginas da nossa literatura em que há uma intenção de estudo folclórico – a supertição da invulnerabilidade pelo uso do patuá – foi escrita por outro alemão: Carlos Jansen. **Apolinário**, Cezimbra Jaques e outros mais, nos seus trabalhos, incluíram – e graças lhes tendamos – elementos folclóricos. Mas episódicamente, sem interêsse específico pela matéria, sem a preocupação direta pela verdade folclórica (1952: 161, grifos nossos).

No artigo *Condições Histórico-sociais da Literatura Rio-Grandense*, de Carlos Dante de Moraes, presente no número dezenove da revista, o autor desenvolveu algumas considerações sobre a história da literatura regionalista gaúcha, elaborando, semelhantemente

<sup>70</sup> Tenho conhecimento disso porque no ano de 1992 Ieda Gutfreind lançou livro *A Historiografia Rio-grandense*, no qual ela analisou a contenda em torno da forma de escrever a história do Rio Grande do Sul, por duas tendências opostas que ela chamou de historiografia lusitana e historiografia platina.

ao que fez José Salgado Martins, alguns critérios para sua definição. Segundo ele, o primeiro critério consiste na produção literária dos “nascidos no Rio Grande”, pois as “primeiras discriminações têm de ser feitas dentro dos limites político-geográficos”. O segundo critério consiste na produção dos erradicados no Rio Grande do Sul, que “embora nascidos noutras partes, e até no estrangeiro, aqui se radicaram e atuaram, exercendo em nosso meio influência intelectual e literária”. Por fim, o último critério abarca aqueles que escreveram obras de “expressão gaúcha”, pouco importando suas proveniências e indiferente ao lugar em que residem (1954: 7).

Partindo para uma reflexão mais histórica da produção literária local, Carlos Dante Moraes disse que, a partir de 1800, apesar das condições adversas como a falta de instrução oficial e as poucas aulas particulares, tem-se o início da vida cultural sul-rio-grandense. De acordo com ele, “um fato que não pode passar despercebido ao historiador da literatura rio-grandense é a fraqueza desta até o limiar de 1900”. O argumento das intensas atividades guerreiras não seria uma justificativa para a pouca produção literária da Província, pois as constantes guerras não impediram o surgimento de poetas locais. Além do mais, “na segunda metade do século passado, observa-se na Província um interesse literário vivaz e militante” (1954: 8). Ainda segundo Carlos Dante:

Nessa parte do século dezoito, fundam-se agremiações culturais e numerosas revistas. Os jornais reservam colunas de destaque às produções, destinadas a um público de vibrátil receptividade romântica. A mais célebre daquelas sociedades foi por certo o “Parthenon Literário”, surgido em 1868. Preste-se atenção a esta data: a agremiação se constituía em plena guerra do Paraguai, onde se batiam cêrca de trinta mil rio-grandenses [...]. Sob aquela divisa, homens e mulheres realizavam sessões periódicas, que a revista registrava, faziam discursos e conferências, escreviam contos, novelas, peças de teatro e, sobretudo, versos com bastante fertilidade (1954: 9).

O autor utilizou a constituição daquela sociedade literária, no contexto da Guerra do Paraguai, como base da sua afirmação de que a guerra não impediria o surgimento de uma literatura na província sulina. Entretanto, ele não deixa de salientar que a produção literária dos membros daquela instituição era “fraca”, ou mesmo de baixa qualidade (1954: 9). Para ele, nem mesmo Apolinário Porto Alegre conseguiu escapar, do que ele chamou de “danosa tentação literatística” dos preceitos estéticos românticos. Contudo, o autor diz ser preciso absolver os erros literários de Apolinário Porto Alegre, dizendo que ele era um “inolvidável polígrafo”, um espírito dotado com uma grande capacidade de estudo e observação (1954: 9). Já o restante do grupo SPL foi fortemente criticado por Carlos Dante Moraes. O problema dos partenonistas, segundo o estudioso, seria que:



Êsses homens, que levavam tão a sério o exercício das letras, não foram capazes de se afirmar na caudal de arroubos e langores, de temas pretensiosos e imitação fácil em que mergulharam. Quem os lê, tem a impressão de que flutuavam numa meia-literatura, sem nenhuma raiz local e que nada diz, no seu verbalismo frouxo, dos verdadeiros sentimentos humanos (1954: 9).

Analisando essa temática que expressa o local, Carlos Dante Moraes principia a falar sobre a origem da palavra “gaúcho”. Segundo ele, no início do século XIX, conforme o vocabulário organizado por Coruja em 1851, essa palavra significava índio errante. Logo depois dessa observação, o autor menciona que o próprio Apolinário Porto Alegre “em 1869, quando [...] escreve “O Vaqueano” evita o termo; o homem do campo, na sua pena é sempre o ‘campeiro rio-grandense’” (1954: 9). Percebemos, nesse comentário a respeito do livro de Apolinário, a inserção de sua literatura dentro dos critérios utilizados para classificar uma obra como sendo uma produção literária regionalista gaúcha, levando-se em consideração não o uso da palavra “gaúcho”, mas o tipo representado por ela, ou seja, o homem do campo, o “campeiro rio-grandense”.<sup>71</sup> Uma influência para a mudança de sentido desse vocábulo poderia ter sido a guerra com o Paraguai, que “terá influído decisivamente na mudança de matizes que o vocábulo sofreu”. Não obstante, ele entendeu que quem deu um novo sentido à palavra “foi José de Alencar, porém, espécie de monarca das letras brasileiras, quem, no ano de 70 deu foros de nobreza literária ao gaúcho” (1954: 9). A partir desse momento, conforme vê-se nesse trecho:

Não é preciso repetir que, nesses primeiros tempos, quer nos poetas quer nos prosadores, o gaúcho nada mais é que um pretexto, um outro motivo de exercício para a idealização romântica. Percebe-se que o personagem, na crueza de sua realidade, ainda feria a epiderme sensível dos homens de letras. Precisava ser envolto de frases exaltantes, bafejado por um sôpro romântico, que, eliminando as impurezas reais, também o descaracterizava. Eis, para exemplo, esta estrofe de um poeta do “Parthenon Literário”, celebrando as “Savanas natalícias”. (A. Totta<sup>72</sup>, setembro de 1875) (MORAES, 1954: 9).

Deus vos salve savana natalícias  
Exuberando luz, encantos, vida,  
Ninho de casto amor,  
Onde o livre gaúcho se adormece  
Fitanto os horizontes que campeiam

<sup>71</sup> Anos mais tarde, em 1957, Augusto Meyer se interessou pelo desenvolvimento semântico deste termo, expondo seus resultados no livro *Gaúcho, a história de uma palavra*. Décadas após o lançamento daquele estudo, como mostrei no **Texto I**, Carla Renata Antunes de Sousa Gomes publicou o seu livro *De rio-grandense a gaúcho: o triunfo do avesso – um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)*, em que historiza as formas de denominação do gentílico do Rio Grande do Sul.

<sup>72</sup> No livro *O Partenon Literário e sua obra*, de 1976, Lothar Hessel comenta o seguinte a respeito de Augusto Rodrigues Totta: “Nascido em Porto Alegre, aos 2 de julho de 1845. Falecido na mesma cidade, aos 22 de maio de 1907. Assinava: **Augusto Totta**. [...] Carreira: Funcionário dos Correios de Porto Alegre, cuja repartição administrou até os últimos anos do século passado. Atividades literárias: Poeta. Membro fundador do Partenon Literário. Complementares: Pai dos poetas Mário e Raul Totta, e sogro de Zeferino Brasil (1976: 159-1960).



Luzentes do fulgor.

Semelhante à classificação elaborada por José Salgado Martins, quando ele citou o nome de Cyro Martins, Carlos Dante Moraes inseriu Apolinário Porto Alegre, entre outros escritores do século XIX, como pertencentes ao primeiro momento da literatura regionalista gaúcha, algo que ele definiu como sendo também um regionalismo literário de tipo tradicional. Esse tipo de literatura, no entanto, teria sido antecedido pela poesia popular. Conforme Carlos Dante Moraes:

A poesia popular, porém, se antecipou de muito à culta e afetada, no que se refere aos cantos da “Monarquia”. Ali, no dizer de Augusto Meyer, o individualismo, o sentimento insofrido de liberdade, o gosto da aventura, a exaltação da coragem pessoal transbordam de cada quadra com um vigor inimitável, e a seu lado empalidecem as imitações ou variações do mesmo tema, tentadas por Apolinário Porto Alegre, Múcio Teixeira, Taveira Júnior, Assis Brasil, Zeferino Vieira Rodrigues (1954: 10).

Esses cantos populares teriam sido superiores esteticamente se comparados, conforme entendeu o estudioso, com as pálidas imitações dos regionalistas tradicionais. Nesse trecho, o autor concluiu a sua explicação sobre o termo gaúcho ao dizer que, na década de 1870, essa palavra passou a ter o mesmo sentido semântico que o termo monarca pertencente à poesia popular cantada nos *Cantos da Monarquia*. O monarca foi um tipo campeiro, o homem das lides do campo. No entendimento de Carlos Dante Moraes, a partir de então, conforme ele sublinhou, o “gaúcho tornara-se o protótipo de todo um povo cujos ascendentes se tinham exercitado principalmente nas lides do pastoreio, da guerra e da política”. Contudo, o gaúcho não é o único elemento que demonstra a peculiaridade do sul-rio-grandense, pois esse tipo característico necessita de outro elemento que o complete e, assim, faça com que ele represente a identidade do gentílico local expressa na literatura. Esse segundo elemento é a Revolução Farroupilha, ocorrida entre os anos de 1835 a 1845. Portanto, no mesmo sentido das palavras do estudioso, podemos dizer que a “revolução de 35” e a figura “equestre do nosso Campeador” representam as emoções que mais fundas raízes lançaram no “coração dos rio-grandenses” (1954: 10).

Ao contrário da noção elaborada por José Salgado Martins, segundo o qual o primeiro momento do regionalismo tradicional terminou com Cyro Martins, Carlos Dante Moraes afirmou que o fim desse período seria com Simões Lopes Neto. Segundo ele:

Quem abre o ciclo regionalista é o seu mais acabado, mais perfeito representante: João Simões Lopes Neto. Ele resume todo o nosso regionalismo típico ou ortodoxo, isto é, aquele que visiona exclusivamente o homem campeiro, dentro do ambiente em que nasceu e vive, levando em conta, como elemento essencial, o seu pitoresco linguajar. Sem o veio que Simões Lopes abriu, na originalidade da sua criação, não sabemos

como teriam derivado as águas dessa corrente literária... Na sua modéstia de escritor municipal, êle conta e discorre tocado por uma espécie de graça literária, conduzido pela intuição segura de todos os segredos da arte. O que nos admira em algumas das suas páginas, mais do que a fôrça e a vida das criaturas, mais do que o saboroso pitoresco, é a espiritualidade encantadora de que êle as impregna. Torna-as luminosas, de uma ingenuidade cativante, definindo estados de alma em imagens que impressionam como símbolos (1954: 11).

Como ficou saliente nessa citação, Carlos Dante Moraes entendeu que, no início do século XX, o escritor pelotense pôs fim a essa “embriaguez romântica” da literatura regional (1954: 10). Dessa forma, a partir do seu surgimento, a literatura regionalista gaúcha inaugurou uma nova fase, denominada pelo autor como o ciclo regionalista.

No decorrer da leitura dos artigos publicados na revista *Província de São Pedro*, percebi que houve o fortalecimento da categorização de Apolinário Porto Alegre como precursor da literatura regionalista gaúcha. Ademais, também ficaram evidentes as diversas tentativas de definição desse movimento literário, com a periodização e demarcação de escritores, ressaltando que nem toda a obra regionalista está no mesmo nível literário por haver diferenças entre uma obra da outra. O longo período da revista serviu para calcificar as bases para tal periodização, em diferentes fases e momentos, daquele tipo de literatura. No meu entendimento, isso pode ser confirmado no artigo de Athos Damasceno Ferreira, publicado no número dezenove da revista, que também mostrou essas nuances entre os escritores regionalistas. Ressalto um trecho que demonstra o que estou a dizer:

À expectativa dos fundamentos, digamos telúricos, que haveriam de formar a essência de uma cultura local, como foi o regionalismo de Alcides Maya, Simões Lopes Neto, Amaro Juvenal e outros – e não o regionalismo puramente formal de Apolinário, Múcio e Taveira Júnior – nada mais fazíamos então do que recolher os recados de uma civilização a que pertencêramos no passado e da qual nos afastávamos cada vez mais, por fôrça de diferentes padrões de existência que o Novo Mundo nos impunha (1954: 179).

A importância que Athos Damasceno Ferreira atribuiu à literatura sul-rio-grandense posterior a 1900, de certa forma, representaria o posicionamento dos diversos estudiosos que publicaram seus artigos na revista *Província de São Pedro*. Eles que perceberam a existência de duas fases da literatura regionalista gaúcha. Olhando por este ponto, seria possível especular o motivo de Guilhermino Cesar ter limitado o seu livro somente até o ano de “1902”, pois, deste momento em diante, teria sido inaugurado – com a literatura de João Simões Lopes Neto e/ou Alcides Maya – um novo ciclo da cultura literária local. Nesse sentido, com o passar dos anos e a conseqüente transformação da configuração social da região, Apolinário Porto e os partenonistas estavam sendo aos poucos deslocados para o domínio da História.

## V – O REGIONALISMO NA CRÍTICA LITERÁRIA CARIOCA: ANTES DA SEMANA DE ARTE DE 1922

Abre-se uma questão: e antes do modernismo o que existia? Em um artigo, intitulado *Regionalismo e Modernismo no Brasil: diálogos entre velhas pragas e modernos localismos*, publicado em 2010, André Tessaro Pelinser fez um comentário que dá um rumo para essa minha interrogação:

Apesar da grande quantidade de estudos produzidos sobre *Macunaíma* e o movimento em que se insere, está por ser mensurado o impacto que o pensamento intelectual da época teve sobre algumas das correntes anteriores. É possível, no entanto, fazer sem grandes riscos ao menos uma afirmação: a de que o rótulo de “regionalismo” entrou numa decadência inversamente proporcional à ascendência de peso de obras que deveriam, a bem da verdade, ser abarcadas dentro daquela categoria. Isto é, enquanto uma produção como a de Guimarães Rosa obteve a legitimação que a enquadrou nos mais altos patamares da literatura, a tendência regionalista, à qual o autor mineiro deveria ser vinculado sem reservas, sofreu processo inverso no que concerne ao prestígio (2010: 148).

O que estou a fazer nesta dissertação não é exatamente o que aquele pesquisador sugeriu. Na minha leitura de Apolinário Porto Alegre e os partenonistas, acabei deparando-me com a força que o paradigma modernista exerceu na historiografia literária brasileira e a forma que a literatura de tipo regionalista passou a ser tratada a partir da ascensão daquele padrão.

No ensaio *Regionalismo e História da Literatura: quem é o vilão da história?*, publicado em 1988, Marisa Lajolo realizou uma exposição sobre a relação entre regionalismo literário e a historiografia literária brasileira (entendida como a produção de discursos sobre a matéria ficcional produzida no Brasil). Nesse estudo, sua intenção foi, conforme suas palavras, a de “discutir algumas histórias literárias na expectativa de que isto permita falar de História Literária” (1998: 297). Mas para realizar isso, aquela estudiosa utilizou como base o tratamento que, segundo ela sublinhou, a historiografia literária brasileira deu à literatura de tipo regionalista (1998: 298).

Ela iniciou seu texto analisando alguns dos ensaios, produzidos na primeira metade do XIX, como formadores da historiografia literária brasileira, tanto a contribuição estrangeira (Bouterwek, Denis, Garrett etc.), quanto a brasileira (Magalhães, Norberto, etc.). De acordo com suas observações, nessa fase, o regionalismo não foi uma tendência literária, mas um desejo de **brasilidade** através de um sentimento de **localismo** que tinha por base a retratação, na matéria literária, ao que os românticos denominavam por **cor local**.

O regionalismo somente passou a ser visto como uma literatura de tipo específico, a

partir do início do século XX, quando segundo indica Marisa Lajolo, ocorreu o aumento da produção de histórias literárias acompanhando também o desenvolvimento de seu uso nos cursos de Letras. Contudo, esses textos, foram denominados por ela como sendo de tipo “ensaísta”, ou seja, algo “menos judicativo do que a crítica e também menos linearmente cronológico do que histórias literárias tradicionais” (1998: 310).

Dentro desse modelo, segundo ela, estaria o livro *Pequena história da literatura brasileira*, escrito por Ronald de Carvalho e publicado pela primeira vez em 1919.<sup>73</sup> Apesar de, como defendeu a estudiosa, Ronald de Carvalho não ter apresentado reflexões teóricas especificamente sobre o regionalismo literário, ele, percebia esse tipo de literatura como tendo uma característica específica. Defendendo seu argumento, Marisa Lajolo utilizou o seguinte trecho daquele livro:

Com Bernardo Guimarães tivemos as primícias do sertanismo, do romance campesino, que Arinos, nos rápidos contos de *Pelo Sertão*, poliu e desenvolveu de um modo quase definitivo, usando dos mesmos processos de Turgueniff nas *Histórias de um Caçador* (LAJOLO, 1998: 310 apud CARVALHO: 287).

Nessa indicação de Marisa Lajolo, encontrei os primeiros indícios do regionalismo como um movimento, específico e com uma tradição própria, dentro da Literatura Brasileira, porém, nesse caso ele seria identificado como **sertanismo**. Além disso, olhando diretamente para aquela obra de Ronald de Carvalho, sem a interferência de Marisa Lajolo, especificamente para a continuação do parágrafo citado acima, perceberemos a sua posição em relação a esse tipo específico de literatura. Ainda sobre Bernardo Guimarães, ele disse o seguinte:

O romancista mineiro repetio sem esforço, ainda que artificialmente, por vezes, as impressões da sua vida de provinciano perdido nas catingas do planalto central, no meio da caipirada rude, dos vaqueiros e dos senhores de fazendas do interior (1919: 258-259).

Atentemos para essa expressão de Ronald de Carvalho “repetio sem esforço, ainda que artificialmente”. Isso seria um indicativo da impossibilidade, na visão dele, na retratação das experiências locais do escritor. Essa noção de não completude (ou falta de naturalidade) do sertanismo (regionalismo) por parte de Bernardo Guimarães se evidencia no comentário que segue:

Poeta, antes de tudo, Bernardo Guimarães sentiu mais do que observou, as coisas do mundo. *Maurício*, *Escrava Isaura*, o *Seminarista* e o *Ermitão* revelam as varias etapas que atravessou o escriptor, ora preocupado com os tropeiros, ora com os negros, ora

<sup>73</sup> Em 1922 o livro recebeu uma segunda edição na qual o texto original foi ampliado, por esse motivo, resolvi ler as duas edições da obra.

com as pequenas intrigas da sociedade colonial. **Não conseguiu, todavia, fixar um só typo realmente perfeito. Todos elles são mais ou menos postiços, convencionaes, muito embora houvesse da parte de Bernardo uma decidida vontade de pintar ao natural as creaturas que lhe passavam sob os olhos** (1919: 259, grifo nosso).

O problema daquele escritor, na percepção de Ronald de Carvalho, como fica perceptível pelo trecho que coloquei em negrito, residiria, na sua tentativa de desenhar os “tipos humanos”, pois em sua literatura aqueles tipos, no entender daquele estudioso, sairiam de forma artificial. Não obstante, o mesmo não ocorria com as descrições da natureza. Para Ronald de Carvalho, elas:

[...] são agradáveis, e até justas algumas vezes; elle sabia evocar admiravelmente os aspectos da natureza, animava com espontaneidade as formas mudas da paisagem, mostrava-se carinhoso para com as aves e as plantas, pintava com voluptuoso encanto a verdura baliçosa dos campos, a curva das collinas no horisonte, e o sedoso rumor das frondes balançadas pelo vento morno do sertão. Aqui não poderemos apanhal-o em falso, vê-se que o artista estava no seu elemento quando se defrontava com a selva natal. E é como descriptivo que merece attenção (1919: 259).

Em um primeiro momento, esses comentários de Ronald de Carvalho nos fariam pensar no seu “ranço” para com a literatura de tipo regionalista – em boa medida, pela herança historiográfica sobre esse tipo de literatura. Sem embargo, neste momento meu olhar está arregimentado como um historiador, que tem interesse por historiar o período. Sendo assim, ao tentar focar no entendimento da temporalidade do meu objeto despindo um pouco as amarras do meu tempo, perceberia através do prosseguimento daquele ensaio, como salientou a autora no trecho que citei, que a crítica feita por Ronald de Carvalho à obra de Bernardo Guimarães não tinha por função a classificação antecipada baseada nos estilos literários que encontraremos nos manuais de histórias literárias. Sua forma de conceber a história literária ainda está relacionada ao fato de que aquela deve ser guiada pelo desenvolvimento da nação. Nesse sentido, essa é a sua guia ao analisar os escritores brasileiros. Por isso, ele olhava para um escritor através de seu funcionamento dentro da literatura nacional (diga-se tradição) da qual ele fez parte, ao mesmo tempo em que o percebe em sua capacidade artística, ou seja, o seu potencial qualitativo. Com base nesses dois movimentos ele constrói a narrativa da Literatura Brasileira.

O estudioso da literatura David Perkins, em seu livro, *Is Literary History Possible?*, publicado em 1992, salienta que esse tipo de modelo foi predominante durante o século XIX, no qual as histórias literárias eram narrativas que “traced the phases or sometimes the birth and/or death of a suprapersonal entity”. Nesse caso, a nação podia ser uma dessas entidades (1992: 2). Além disso, como ele mesmo salienta:

Despite their large differences It was common to the comparative literary history of Friedrich and August Wilhelm Schlegel, to literary histories influenced by Hegel and by his supplementary and critic in the philosophy of history, Wilhelm Dilthey, to the naturalistic approach of Taine, and to the great, popular histories, such as those of Scherer, Brandes, and de Sanctis (1992: 2-3).

O que interessa aqui não é indicar que a História da Literatura funciona como a construção de uma narrativa da identidade nacional, pois isso já sabemos. O importante é entender se o regionalismo entra, ou não, no entendimento de Ronald de Carvalho como parte fundamental daquela narrativa.

Se a preocupação e, conseqüentemente, o critério básico de valoração estética de Ronald de Carvalho é a *suprapersonal entity* da nação brasileira, o problema qualitativo de Bernardo Guimarães, seria apenas a sua insuficiência na retratação dos **tipos brasileiros**, pois, seguindo o mesmo critério da nacionalidade, aquele escritor tinha alta qualidade descritiva da natureza nacional, semelhante a Franklin Távora e Escagnolle Taunay. Ambos, na consideração daquele estudioso, foram altamente qualitativas em suas capacidades descritivas. O primeiro, “Távora, como José de Alencar, tinha o dom do pitoresco e o sentimento da terra tropical, das suas exuberâncias e dos seus typos mysteriosos, postos entre a civilização e a barbaria” (1919: 259).

Se o **tipo brasileiro** de Bernardo Guimarães era um tanto limitado, o mesmo não ocorria com Franklin Távora. Os problemas vistos por Ronald de Carvalho na obra de Bernardo Guimarães não eram ocasionados pela sua adesão ao **estilo regionalista**, mas na sua incapacidade, como escritor, em criar um **tipo** brasileiro mais “autentico”. Nesse sentido, não conseguiu realizar a mesma descrição que, no entendimento do estudioso, Franklin Távora obteve com os tipos humanos. Esse último, sublinhou Ronald de Carvalho, tinha por qualidade uma notável capacidade de observação. Além disso, “a physionomia do homem e do meio nortista surge das suas obras com singular relevo, e com aquelle cunho de quem vio e conheceu intimamente tudo quanto descreve” (1919: 259-260).

Se apenas atentasse para as críticas pronunciadas por Ronald de Carvalho a Bernardo Guimarães e Franklin Távora, pensaríamos que a sua forma de perceber qualitativamente a literatura de tipo regionalista seria a sua fidedignidade a realidade. Mas não posso esquecer que, para ele, a construção da narrativa nacional através da Literatura Brasileira é o horizonte de sua preocupação. Ela não é apenas o critério de seleção, mas também, tal qual considera David

Perkins, a partir da leitura de Julian Schmidt, como seu “herói”<sup>74</sup>.

Por causa disso, dessa preocupação com o “herói” que comanda a construção da Literatura e também nação brasileira, Ronald de Carvalho, na segunda edição desse mesmo livro, publicada em 1922<sup>75</sup>, amplia um comentário sobre sua preocupação com a continuidade do desenvolvimento da literatura nacional, dizendo que ela não parava de crescer. A citação é longa, mas vale a pena ser lida (também como registro), pois se constitui como um material valioso para essa minha discussão:

Depois, dos naturalistas e dos symbolistas, isto é, dos primeiros annos deste seculo até hoje, não houve propriamente um movimento definido continuado, que imprimisse á nossa literatura uma orientação singular. Poderíamos acaso notar uma volta ao regionalismo de Alencar, Tavora, e Taunay, que a obra de Affonso Arinos, e, sobretudo, os *Sertões*, de Euclides da Cunha, hajam porventura inspirado. Os Typos do interior, os homens que, das florestas amazonicas aos pampas do Rio Grande do Sul, vão fixando as características ethnicas e anthropologicas do Brasil, começaram a ser estudados com mais carinho e penetração. Seus costumes foram postos em relevo, suas peculiaridades mereceram a atenção dos novos escriptores. Concorreram para isso varias causas, entre as quaes vale referir o despertar da consciencia nacional saccudida pelos embates da grande guerra, que nos deixou mais ou menos entregues a nós mesmos, aos nossos recursos propios, desenvolvendo muitas possibilidades adormecidas, forçando-nos a olhar, rosto a rosto, a grandeza do nosso paiz. Ficamos, por assim dizer, separados daquelles centro de quem recebiamos um poderoso influxo, não só no que respeita ao pensamento, mas tambem, no que se refere aos problemas de ordem economica e social. Esse demorado apartamento nos foi salutar, pois, diminuindo o nosso inveterado *trans-oceanismo*, nos levou ao sertão, á terra virgem, cheia de promissoras esperanças, ao homem rude mas vigoroso, que é mister disciplinar e preparar para as lutas de amanhã.

Se é evidente que já conta essa literatura sertanista alguns valiosos adeptos, ainda não é licito considera-la com a força de uma nova directriz nas nossas letras. Descontados, porém, os exageros que a formula regionalista vai despertando entre os seus mais fervorosos affeiçoados, não sabemos como lhe negar a natural estima de que é merecedora. Livra-nos ella, no minimo, das imitações de Eça de Queiroz ou Jean Lorrain, que, faz alguns annos, estiveram em moda aqui. Desde que não esqueçam os seus cultores que a obra de arte é, sobretudo, um phenomeno humano, e que uma literatura só se torna universal quando deixa de ser exclusivamente inspirada em modismos provincianos, poderão prestar grandes serviços á nossa arte (CARVALHO, 1922: 381-383).

Vamos, pois, atravessando um periodo de tatura e transição, que offerece a cada um o livre jogo do temperamento individual. Entre os romancistas cujo nome se fixou definitivamente no correr deste seculo, estão os senhores: Coelho Netto, um dos nossos mais poderosos descriptivos, dotado de uma lingua opulenta e variada, luxuosa brilhante, das mais brilhantes e luxuosas que apresentamos. Seus romances e novellas, especialmente os de feitio regional, são fontes preciosas de informação da nossa vida

<sup>74</sup> A respeito disso David Perkins comenta o seguinte: “Like all traditional narrative, it presents an entity – or hero – going through a transition. In a literary history, the hero cannot be a person but only a social individual or ideal subject” (PERKINS, 1992: 30).

<sup>75</sup> No momento da publicação da segunda edição, Ronald de Carvalho ainda não estava portando a bandeira da “fase heroica” da Semana da Arte de 1922 (ela ocorreu entre 11 e 18 de fevereiro), pois a mesma ainda não havia ocorrido quando esta segunda edição foi impressa. Isso pode ser constatado na penúltima folha dele: “Acabou de se imprimir esta 2ª edição na Typographia do Annuario do Brasil (Almanak Laemmert). R. D. Manoel, 62 - Rio de Janeiro aos 9 de janeiro de 1922”.



e dos nossos hábitos, são páginas coloridas, repassadas de um doce idealismo, páginas de um artista apaixonado da nossa natureza, que sabe traduzir com imensa vibração; Graça Aranha, espírito profundo, poeta admirável da vida e das cousas, autor de *Chanaan*, um dos romances mais bellos da nossa literatura, onde transparece a energia de um raro creador de symbolos, que se desdobra num philosopho e num sociologo de larga visão; Xavier Marques, tradicionalista de real valor, cujos painéis dos nossos costumes praieiros são finissimos; Afranio Peixoto, cujos romances, pela aguda intelligencia que revelam do character brasileiro são dos mais significativos do momento; Affonso arinos, o melhor pintor da vida sertaneja, celebre principalmente por seus admiraveis contos *Pelo Sertão*; D. Julia Lopes de Alemeida, Alcides Maya, Goulart de Andrade, Veiga Miranda, Lima Barreto, Thomaz Lopes, Affonso Celso, Inglez de Souza, Affonso de Taunay, Fabio Luz, Rodolpho Theophilo, Carlos de Vasconcellos, Léo Vaz, Carlos Dias Fernandes, Menotti del Picchia, Godofredo Rangel, A. Rabello, Carlos Imbassahy, Venicio da Veiga. Entre os novellistas e contistas, sobresaem os srs. Mario de Alencar, Alberto Rangel, Viriato Correia, Virgilio Varzea, Medeiros e Albuquerque, tambem autor de um romance interessante, Alberto Deodato, Oscar Lopes, Thomaz Lopes, Castro Menezes, Brenno Arruda, José Vieira, Geraldo Vieira, Magalhães de Azeredo, Eloy Pontes, Rodrigo Octavio, João do Rio, João do Norte, Monteiro Lobato, Oswald de Andrade, Valdomiro Silveira, Ribeiro Couto, Benjamin Costallat, Roque Callage, e outros que uma resenha mais completa não poderia esquecer. Entre os historiadores, criticos e publicistas, citaremos os srs. Capistrano de Abreu, um dos maiores sabedores da nossa historia; João Ribeiro, tambem poeta de fino quilate; Medeiros e Albuquerque, Oliveira Lima, Alberto Faria, folklorista eminente, Rocha Pombo, autor da mais completa historia do Brasil que possuimos, Tristão da Cunha, Alberto Torres, Carlos de Laet, Farias Brito, o engenho philosophico mais alto que appareceu em nosso paiz (CARVALHO, 1922: 383-384).<sup>76</sup>

<sup>76</sup> É interessante continuar a ler o comentário de Ronald de Carvalho, principalmente pelos escritores que ele citou: “Euclides da Cunha, o mais profundo evocador dos nossos scenarios selvagens, creador de um estilo realmente novo na lingua que falamos, e um dos homens que maior influencia exerceram em nossa literatura destes ultimos annos: Ramiz Galvão, Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, Silva Ramos Constancio Alves, Nestor Victor, Nuno de Andrade, Eduardo Ramos, Mario de Alencar, Magalhães de Azeredo, Souza Bandeira, Celso Vieira, Mario Barreto, Oliveira Vianna, Elysio de Carvalho, Araujo Jorge, Victor Vianna, João do Norte, Alves de Souza, A. Chateaubriand, Matheus de Albuquerque, Afranio Peixoto, Clovis Bevilaqua, Alfredo Varela, Solidonio Leite, Osorio Duque Estrada, Gilberto Amado, Othoniel Motta, Max Fleuiss, Martim Francisco, Domicio da Gama, Mario de Lima, Azevedo Amaral, Aloysio de Castro, Miguel Mello, Filinto de Almeida, Laudelino Freire, Antonio Torres, José Oiticica, Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima), Renato Almeida, Carlos Pontes, Teixeira Leite Filho, Claudio Ganns, Andrade Muricy, Tasso da Silveira, João Pinto da Silva, José Maria Bello, Pedro do Couto, Pontes de Miranda, Carneiro Leão, Vieira da Cunha, A. Austregesilo, Arthur Motta, Leonardo Motta, Jackson de Figueiredo, Sylvio Romero Filho, Benedicto Costa, Mario Pinto Serva, Lemos Britto, Austregesilo Athayde, Mucio Leão, Virgilio de Lemos, Carlos Rubens, Hamilton Barata, Perillo Gomes, e outros muitos moços e velhos, que vão contribuindo para o desenvolvimento das nossas letras eruditas. Entre os teatrologos, apontaremos os srs. Roberto Gomes, Claudio de Souza, Oduvaldo Vianna, Oscar Lopes, Mario Simonsen, Virato Correia, João do Rio, Renato Vianna, D. Julia Lopes de Alemeida, Coelho Netto, Goulart de Andrade, Ribeiro Couto, Benjamin Lima e Mario de Vasconcellos. Merecem referencia, entre os poetas, os srs. Vicente de Carvalho, um dos mais applaudidos liristas contemporaneos, Augusto de Lima, Medeiros e Amaral, Humberto de Campos, Matheus de Albuquerque, Francisca Julia, Luiz Carlos, Pereira da Silva, Emiliano Pernetta, Alvaro moreyra, Manuel Bandeira, Jorge Jobim, Hermes Fontes, Affonso Lopes de Almeida, Felipe de Oliveira, Homero Prates, Eduardo Guimaraens, Julio Cesar da Silva, Guilherme de Almeida, Luiz Edmundo, Fléxa Ribeiro, Olegario Marianno, Ribeiro Couto, Raul de Leoni, Rodrigo Octavio Filho, Theophilo de Albuquerque, Gomes Leite, Murillo de Araujo, Menotti del Picchia, Amaral Ornellas, José Oiticica, Luiz Guimarães Filho, Octavio Augusto, Augusto dos Anjos, Arthur Salles, Martins Fontes, Gilka da Costa, Maria Eugenia Celso, Rosalina Coelho Lisbôa, Ricardo Gonçalves, Goffredo Telles, Ildelfonso Falcão, Paulo Setubal, José Albano, Tasso da Silveira, Belmiro Braga, Heitor Lima Oliveira e Silva, Bastos Tigre, Da Costa e Silva, Catullo Cearense, Altamirando Requião, Lucidio de Freitas, Oswaldo Orico, Caio de Mello Franco, A. Damasceno Vieira, assim como outros muitos dignos igualmente de consideração” (CARVALHO, 1922: 384-386).

Depois desse longo comentário, Ronald de Carvalho finaliza seu livro com o seguinte parecer:

Tudo isso está mostrando não ser exagero despejado afirmar-se que já possui o Brasil uma literatura valiosa, em activa e crescente ascensão. Lutamos ainda, é certo, com a exiguidade intelectual de um meio onde escasseiam os estudos systematizados e onde os primarios e secundarios são viciosos e rotineiros. A literatura brasileira, pode-se dizer, é producto do esforço isolado de alguns escriptores de real merecimento. Ainda lhe falta espirito colectivo justamente porque carecemos de um ambiente de verdadeira cultura, onde as nossas tradições sejam analysadas com lucidez e carinho. Emquanto os nossos homens de letras forem autodidatas, não poderemos contar com uma literatura realmente representatia da civilização brasileira. Nada impede entretanto, que, na America Latina, occupe a historia da nossa literatura logar de primazia e excellencia. Cabe-nos, agora, trabalhar para o ganharmos, tambem, entre os povos cultos do universo (1922: 386).

Não importa se a forma de retratar a **brasilidade** através da literatura deve ser o mais próximo possível da realidade, no sentido sociológico, ou na idealização dos tipos, no sentido imaginativo. Na verdade, a adoção de qualquer um daqueles estilos de escrita não anularia o critério fundamental, quase epistemológico com que se organiza a avaliação “estética” das obras literárias: a nacionalidade. O resto, em vista disso, são apenas questões relacionados ao gosto pessoal do período.

O que me interessa aqui é entender a forma como o estilo regionalista era percebido por Ronald de Carvalho. Com base nisso, ele não negou que esse tipo de literatura seja, apesar de não ser o seu estilo literário preferido, uma forma de **narrar a nação**. Isto posto, concluiria que a percepção do regional, naquele período anterior à eclosão do que foi apregoada como surgimento, na década de 1920, do “revolucionário” movimento paulista, não seria uma forma oposta ao sentido de nacional, mas apenas um estilo literário, ou seja, uma tendência que fala sobre o **sertão** brasileiro. Isso fica bem claro quando o estudioso comentou sobre o que ele denominou por “evolução do romance nacional”:

Reduzindo, agora, a uma lei geral de evolução a historia do romance nacional de Teixeira de Souza a Escragnolle Taunay, veremos que, na sua primeira phase, isto é, com o *Filho do Pescador*, os *Romances e Novellas* (Norberto) e outras produções somenos, predominou o character local, meramente descriptivo, sem preocupações outras que não fossem as da fantasia do autor; na segunda phase, com a *Moreninha* e o *Guarany* já o sentimento de uma these se esboça, o estilo torna-se mais ductil, a fabulação complica-se mais; finalmente na terceira e ultima phase, com as *Memorias de um sargento de milicias*, *A Escrava Isaura*, *O Cabelleira*, e *Innocencia* nota-se um movimento de reacção contra o genero puramente idealista, a construção dos typos e das scenas é mais *observada*, a *realidade* passa para o primeiro plano, tanto na pintura dos quadros como na dos characteres, e já se vislumbram as intenções psychologicas de Machado de Assis e Aluisio de Azevedo  
Duas tendencias, todavia, dominaram durante o periodo romantico: a sertanista, campesina ou indianista de Alencar, e a anedoctica, descriptiva ou realista de Macedo.

Dentro dellas se moveu o romance nacional, oscilando entre a selva e a cidade, entre o indio, o caboclo, o matuto, e o burguez das classes remediadas, o commerciante, o empregado subalterno e o militar. Ainda não conheciamos, até então, nem a duvida ironica de Dom Casmurro, nem os paradoxos de Braz Cubas (1919: 264-265).<sup>77</sup>

Tudo pertenceria à Literatura Brasileira, nada ficaria de fora ou seria jogado na margem da **brasilidade**. Entretanto, no mesmo Ronald de Carvalho, ao comentar sobre a obra de Escragnolle Taunay, ele congratula-o por não ter produzido uma obra que poderia pecar pelo caminho do “regionalismo estreito”:

Nascido e educado no Brasil, sentio desde cedo a necessidade de se fazer aqui uma literatura realmente nacional, sem os exageros de um regionalismo estreito, mas sob um ponto de vista mais elevado. Seus romances, ligeiramente influenciados de Macedo e Alencar, revelam esse proposito nacionalista, que lhe foi a preocupação favorita de homem de letras. Seu nacionalismo era sincero, pois Taunay lutou por esta terra, deu-lhe o sangue e as forças, a intelligencia e o corpo (1919: 262).

Como o critério de avaliação literária é a nacionalidade, a insuficiência na sua retratação é vista como apresentando um sentido inferior. Consequentemente, uma literatura antinacionalista seria algo totalmente intolerável. Por outro lado o que Ronald de Carvalho entenderia por “regionalismo estreito”? Nesse seu livro não encontramos a resposta para essa questão.

Ao retornar ao artigo de Marisa Lajolo, logo após falar sobre Ronald de Carvalho, ela comentou que a “mudança qualitativa no discurso sobre ficção não urbana vem de forma definitiva com Alceu Amoroso Lima, ao inscrever seu estudo sobre Afonso Arinos numa reflexão sobre a questão do regionalismo na literatura brasileira” (1998: 310). Segundo ela, Alceu de Amoroso Lima demonstrou o movimento de “afunilamento progressivo” da Literatura Brasileira desde as primeiras povoações do território até desembocar na literatura de Afonso Arinos.<sup>78</sup>

Partindo para a leitura dessa obra de Alceu Amoroso Lima, indicada por Marisa Lajolo, é que foi possível encontrar a resposta para aquela pergunta do “regionalismo estreito”, através de um comentário sobre a alma de Afonso Arinos, em seu espírito viajante, mas, simultaneamente, com apego localista. Segundo o estudioso,

<sup>77</sup> Apenas como uma observação. Essas duas tendências destacadas por Ronald Carvalho, estarão presentes no entendimento que Afrânio Coutinho tem sobre o Regionalismo literário brasileiro. Isso pode ser encontrado na sua obra *Literatura no Brasil*.

<sup>78</sup> Nas referências de seu ensaio, o texto de Alceu Amoroso Lima se encontra com a data de publicação de 1922. Contudo, na página de referências (1998: 467) a autora escreveu, entre parênteses, que esse texto foi “posteriormente transcrito na primeira série de seus *Estudos literários*”. Em realidade, o livro por ela utilizado foi uma edição organizada por Afrânio Coutinho, com assistência do próprio autor, e publicada no ano de 1966 no Rio de Janeiro pela Companhia Aguilar Editora.

Se a *unidade da patria* o preocupava, se procurava fugir a esse **regionalismo estreito** que leva ás secessões, e aos preconceitos, – sempre acreditou que a verdadeira flamma de patriotismo é – “para cada um a sua provincia, a sua cidade, o seu arraial, o seu sitiosinho, com a sua paisagem familiar, – aquelle trecho de solo que fazia um gaúcho exilado clamar expressivamente: “antes quero viver morto em Santa Maria da Boca do Monte, que viver vivo neste diabo de terra”. Assim foi Affonso Arinos um regionalista, em que palpitava mais que em ninguém o sentimento da grande patria brasileira, que elle via unida pelo povo humilimo dos sertões, e apenas scindida pelos seus dirigentes (1922: 35).<sup>79</sup>

O “regionalismo estreito” no entendimento de Alceu Amoroso Lima, significaria uma manifestação comunitária oposta ao nacional, ou seja, um movimento antipatriótico no qual a região não seria parte da **brasilidade** mas desempenharia uma função autônoma (com tendência separatista) e, por assim dizer, oposta a ela. Para aquele estudioso, Afonso Arinos não pertencia a esse tipo de grupo, pois ele é visto como alguém que “resume com mais intensidade o grande drama de toda a nacionalidade brasileira” (1922: 44). Mas há uma questão interessante nessa sua frase, “o grande drama de toda a nacionalidade brasileira”, que não poderíamos deixar passar incólume. O drama brasileiro é também “geralmente o de todas as nacionalidades recentes, sollicitada a um tempo pelo espirito local e pela seducção do universo, especialmente da Europa” (1922: 45). Sua percepção da literatura brasileira se constitui desta seguinte forma: No início da **Parte II** (intitulado **O sertanismo**) Alceu Amoroso Lima comentou o seguinte sobre o sertanismo como corrente literária da Literatura Brasileira e Afonso Arinos como um de seus membros.

Giram, como se vê, todos os seus livros, em torno de motivos nacionaes e especialmente sertanejos, no ambiente de sua provincia mineira. Encheu-lhe a lama o sertão, e a sua obra foi a sua alma. Nunca se fartou de o repetir e seus livros ahi estão para proval-o. Não escrevendo, como todo o verdadeiro artista, para seguir esta ou aquella corrente literaria, e apenas para traduzir livremente o que tinha na alma, filia-se entretanto a sua obra, naturalmente e sem preconceito, a uma grande corrente de nossa literatura – *O Sertanismo* (1922: 109).

Essa corrente teria tido sua origem, como entendeu Alceu de Amoroso Lima, no indianismo em voga no século XIX. O sertanismo, em comparação, apresentou um caráter mais nacional (1922: 136). O **brasileirismo**, seria pois a manifestação do espírito local via matéria literária. Esse estudioso traça a sua transformação, dizendo o seguinte:

Desde muito, porém, desde o primeiro seculo da conquista, que, ao par dessa literatura culta, importada da metropole, - que então vivia os ultimos momentos do mais glorioso e fecundo periodo de sua existencia nacional, - se desenvolvia lentamente, no solo da Colonia, o germen do que mais tarde viria a constituir as fontes e correntes locais da literatura nacional. Era a musa popular que se ensaiava, recebendo das tres raças iniciaes os primeiros temas e tendencias, mas logo se transformando no novo meio, pelas provocações divergentes que deste lhe provinham. Nesse cancionero

<sup>79</sup> Grifos meus, mas o itálico é de Alceu Amoroso Lima.

espontaneo do povo é que reponda de inicio a alma nacional diferenciada, expressa em seus elementos mais originaes e nas suggestões mais locaes, ao mesmo tempo que a literatura cultura copia os modelos de além-mar. No correr de toda a nossa historia literaria, foi o contacto da literatura importada com esse elemento local, - cujo primeiro fructo, surge portanto com essas canções e contos do povo, -- que provocou a differencial nacional de nossa literatura e especialmente de certas figuras literarias. Dahi nasceram o *americanismo*, mais tarde o *brasileirismo* e afinal o *regionalismo*, formas cada vez mais accentuadas do espirito local (1922: 119-120).

A partir disso, esse **brasileirismo** se subdividiu em diversas variedades para a representação do meio via literatura. Alceu Amoroso Lima destacou cinco variantes: “as *ciudades*<sup>80</sup>, as *praias*<sup>81</sup>, os *campos*, as *selvas*<sup>82</sup> e a *roça*<sup>83</sup>. Antes de encaral-os isoladamente é mister lembrar que a *literatura da escravidão*<sup>84</sup> constituiu tambem uma especie particular do *brasileirismo*, não fundada no meio mas no mais grave dos nossos problemas sociaes no seculo XIX” (1922: 133).

<sup>80</sup> O que ele quis dizer com **as cidades**: “Suscitaram as cidades, como iamos dizendo, o *brasileirismo urbano*. É o que vemos por exemplo, no primeiro em data desse genero, as *Memorias de um Sargento de Milicias* de Manoel de Almeida. Não é possivel tambem negar que mais tarde, viriam a ter os romances de Aluizio Azevedo cunho accentuadamente brasileiro, sendo os costumes que retraçam todos, em geral, urbanos e caracteristicamente locaes. O mesmo se poderá dizer, por exemplo do caracter local que se encontra nas comedias e folhetins de França Junior e de Arthur Azevedo, nos primeiros romances de Machado de Assis, em alguns de Taunay e de Alencar ou modernamente nos do snr. Lima Barreto. É o urbanismo literario naquillo que tem de mais caracteristicamente nosso” (1922: 134).

<sup>81</sup> O que ele quis dizer com **as praias**: “Pouco deram as *praias* ao *brasileirismo* de então ou ao *regionalismo* de hoje, constituindo embora uma das inspirações mais ricas a sondar na vida rude desses admiraveis jangadeiros do norte, por exemplo, que, como tantos outros aspectos interessantes da nacionalidade, ainda esperam o seu revelador. Entre os raros livros que, em nossa literatura, se occupam com o thema, é mister destacar as interessantes narrativas d'*Os Praierios* do snr. Xavier Marques, os caracteristicos contos praianos *Os Caiçaras* de Baptista Coelho (João Phoca), as *Praias e Varzeas* do snr. Gustavo Barroso, e trechos esparso em alguns poetas ou prosadores especialmente do norte, desde Juvenal Galeano, patriarcha vivo do *regionalismo poetico*, ao snr. Plinio Cavalcanti” (1922: 134-135).

<sup>82</sup> O que ele quis dizer com **as selvas**: “A acção das *selvas* levou ao *indianismo*, que foi, como vimos, a fôrma mais consideravel do *brasileirismo* no seculo XIX. Tendo tido na epoca real valor, como indice do interesse crescente pela emancipação nacional, foi combatido desde J. F. Lisboa e hoje se acha inteiramente abandonado. A physionomia de uma nação não está em seus elementos formadores, mas na rezultante delles” (LIMA, 1922: 135).

<sup>83</sup> O que ele quis dizer com **a roça**: “Póde-se dizer, porém, que o *brasileirismo* do seculo XIX, esse sentimento consciente da nação, em seus elementos diferenciados, não se iniciou propriamente com o *indianismo*, celebrando as *selvas* e o *autochtone*, mas com o producto literario de outro meio natural, que nem era a cidade, nem o campo, nem a selva, nem a praia, mas – a *roça*. A *roça*, é o campo, ou o povoado, proximo á cidade ou ao littoral, que ainda não possui o caracter aspero e rude do deserto e já não é a cidade com sua vida agitada e cosmopolita, nem o littoral, com seus costumes peculiares. Participa de uma e outra coisa, repetindo os gestos da cidade no scenario dos campos. Foi essa *roça* que iniciou, póde-se dizer, o *brasileirismo* do seculo, e iniciou-o por meio das *Comedias* de Martins Penna, que começaram a ser conhecidas em 1938, antes, portanto, das poesias de Gonçalves Dias. Póde-se dizer que é ainda desse caracter roceiro, mais do que sertanejo, que participa o movimento dos poetas que, por volta de 1860 e estendendo-se até hoje criaram o que Sylvio Romero chamo de – a *sertanismo* –, e antes seria *roceirismo* superficial, com Bittencourt Sampaio, Zaluar, Joaquim Serra, Juvenal Galeno, Muniz Barreto, Esequiel Freire, Trajano Galvão, Bruno Seabra, etc. Desse caracter roceiro participaram esses romances vagamente rusticos, do periodo romantico, como *O Tronco de Ipê* de Alencar ou o *Ouro sobre Azul* de Taunay e alguns de Macedo” (1922: 135-136).

<sup>84</sup> O que ele quis dizer com **a escravidão**: “Se não foi muito fecunda deu-nos, pelo menos, um grande poema nacional, com *A Cachoeira* de Paulo Affonso de Castro Alves, que a opinião insuspeita de estranhos julga credora de um logar na literatura universal, ao lado da obra immortal de Beecher Stowe” (1922: 133).

O “sertanismo nasceu, portanto, do indianismo” (1922: 138), a subdivisão do brasileiro das **selvas**, a partir “da inspiração dos *campos* proveio o sertanismo” (1922: 135). Segundo Alceu Amoroso Lima, essa corrente teria sua primeira manifestação com Bernardo Guimarães, em uma data que ele considerou aproximada na sua obra o *Ermitão de Muquem*, de 1858. Assim, ele considerou que “a falsa illusão nativista da independencia lançara a nossa literatura em busca de um espirito novo, de themes fornecidos pela terra e desenvolvendo-se no meio local” (1922: 138). Além disso:

Dissipada a illusão das selvas, mas sentindo sempre a necessidade de procurar uma originalidade local, voltaram-se para os campos, habitados por essa raça cruzada, já nacionalisada e integrada no corpo da nação: o mestiço sertanejo. Dahi rezultou o sertanismo. Essa transição do indianismo ao sertanismo, patente no *Ermitão de Muquem* vae reproduzir-se, logo apoz na obra de dois corypheos desse movimento literario – José de Alencar e Franklin Tavora (1922: 139).

Por outro lado, ele comentou faltar entre aqueles escritores, algo que ele considerou como tendo sido a primeira fase do sertanismo, com a “verdadeira fibra sertaneja”. Para superar isso, em seu posicionamento crítico, ainda era necessário esperar mais tempo para adaptação mais profunda, segundo suas palavras, da “compreensão inteligente do sertão, que da tendencia espontanea e innata” (1922: 139). Conforme Alceu de Amoroso Lima,

O que havia, como adivinha adeante o proprio critico, era o recolhimento para nova investida, para a orientação diferente que a reacção de cultura, e a repercussão européa, iam dar á nossa literatura. Soffreu naturalmente o sertanismo a influencia do novo rumo iniciado, e que ia traduzir-se, no seu caso, por uma approximação maior da realidade, mais verosimilhança na acção e nos typos, mais objectividade nas narrativas, mais naturalidade na lingua, emfim, subjectividade mais rica e profunda na creação (1922: 148-149).

Isso ocorreu somente após *O Sertanejo*, diz Alceu Amoroso Lima “refundiram os velhos moldes românticos, iniciando a feição moderna do sertanismo e criando a verdadeira literatura das seccas, de que Alencar fôra apenas o precursor” (1922: 164). Mas, conforme suas palavras:

Em 1902, afinal, dava-nos essa literatura a sua obra capital pela penna candente de Euclides da Cunha. Nenhum livro deste seculo, entre nós, terá deixado até hoje o traço profundo e indelevel d'Os Sertões. O choque de Canudos e as novas correntes estheticas cujo alvorecer esboçamos, haviam preparado os espiritos para o assumpto da obra e sobretudo para o estylo do autor (1922: 164).

Além de Euclides da Cunha e o seu *Sertão*, com Inglez de Souza, teria o “sertanismo a assumir a feição contemporanea, tendo o naturalismo se perdido afinal no preconceito pseudo-científico”. Assim, o **brasileirismo** foi desaparecendo porque, segundo ele, “só nos gabamos daquillo que não temos ou mal possuímos”. No seu entendimento, não haveria mais necessidade de chamar de brasileiros as obras que hoje já o são (1922: 165).



Finalizo com um longo trecho do estudo de Alceu Amoroso Lima, mas é necessário mostrar em sua integralidade para entendermos o que era o regionalismo antes do advento do modernismo paulistano. Segue ele abaixo:

Fôra o *brasileirismo* a feição consciente de uma literatura que se prendera dos laços tradicionaes, e procurava em outras civilizações ou na propria patria, estímulo para uma obra de inovação necessaria. Não tinha mais razão de ser quando a literatura nacional adquirira mais valor intrinseco, e francos indícios de desenvolvimento próprio. Esse sentimento e o pensamento de nativismo literario, que no seculo XVIII e em geral no periodo colonial, não passaram de vago *americanismo*, que depois da independencia foram, como vimos, um *brasileirismo* consciente mas antes exterior que intimo, – aproximaram-se ainda mais, no fim do seculo, da realidade local, e o espirito da terra, em suas feições particulares, integrado já, por vezes, no espirito da gente, surgio emfim para formar o *regionalismo* contemporaneo. Ao mesmo tempo que, no Norte, especialmente no Ceará, se operava essa evolução decisiva, que ahi se caracterisara pela formação da literatura das seccas, tão característica, alastrava-se o movimento por todo o Brasil, animado, talvez, por certa tendencia atavica ao provincialismo (1922: 165-166).

Esse trecho acima foi praticamente um resumo sobre o seu estudo. Peço uma atenção redobrada para esse outro trecho que se segue:

Não podia o Rio Grande do Sul ter ficado estranho a esse movimento geral de nacionalisação literaria. Graças á constituição particular da sua gente, ás suas orgens historicas e ao aspecto peculiar que ahi revestia a natureza, conservou sempre a grande provincia do extremo sul um caracter marcado de independencia, que até hoje a distingue entre todas as unidades da nossa federação. É possível mesmo que, literiamente, fosse ella a primeira e inspirar o germen inicial do regionalismo em nossas letras, se fosse licito nellas incluir a vaga novella *rio-grandense* do Dr. Caldre e Fião – *A Divina Pastora* de 1847<sup>85</sup>. Já vimos que, em 1852, foi pelo vocabulario rio-grandense que começaram entre nós os estudos das transformações dialectaes do idioma, e a riqueza e peculiaridade notaveis de seu folk-lore foram divulgados por Von Koseritz. Antes que terminasse a guerra do Paraguay, começou para a terra gloriosa de Osorio o mesmo periodo de agitação intellectual que abalara o Recife, S. Paulo e o rio, e em 1871 alcançaria, como vimos, as longinquas terras do Ceará. Assistimos nestas ao embate, ou antes, á conjunção das duas ondas oppostas que se harmonisavam. E o mesmo ocorreu no Rio Grande, quando em 1868 se fundou o *Parthenon Litterario*. Foi, como escreveu o snr. Alcides Maya, “uma época de effervescencia literaria a do *Parthenon*, dominada por uma forte corrente de idéias humanitarias e liberaes, republicanas, e, simultaneamente, por um notavel movimento nacionalista nas letras. As tradições gaúchas, estudadas carinhosamente, favoreciam a tendencia revolucionaria e democratica da mocidade de então”. Começava o interesse desde então crescente, por essa região, tão característica em seu genero quanto o Ceará, e logo em 1870 fornecia o *gaúcho* inspiração para o primeiro romance sertanejo de José de Alencar. Tres annos não eram passados e Mucio Teixeira, no *Canto do Guasca*, procurava a crear a *poesia pampeana* (1922: 166-168).

Alceu Amoroso Lima continuou comentando sobre os letrados sul rio-grandenses do século XIX, no trecho que segue ele passou a falar sobre Apolinário Porto Alegre, atentemos:

Com elle, outro poeta e prosador surgia, inspirado tambem no meio local, Apollinario

<sup>85</sup> Nota de Alceu Amoroso Lima: “Mucio Teixeira – *Os Gaúchos* – Rio, 1921. t. II, p. 103. Sacramento Blake – op. cit. – t. IV, p. 313”.



Porto Alegre, um dos fundadores do Parthenon Literario, de cuja actividade, voltada em geral para o regionalismo nascente, de que foi um precursor, nos ficaram algumas paginas dignas de menção, como os contos gaúchos *Paizagens*, de 1875 onde creou o typo de Sancho Escafuza, o “monarcha das cochilhas”, o romance *O Vaqueano* (1872) ou a lenda *O Creoulo do Pastoreio*, (1875), uma de nossas escasas obras literarias da escravidão, todas ellas repassadas de certo perfume rustico e de amor pelo torrão natal. A outros poetas menores ia inspirar esse *provincialismo*, que dese então distinguio essa opulenta região do nosso territorio, e Lobo da Costa, com as *Auras do Sul*, Bernardino dos Santos, tambem autor do romance regional – *Serões do Tropeiro*, com as *Flores de Maio* e outros, cantaram superficialmente a paizagem rio-grandense e os costumes do pampa. Em um delles, Bernardo Taveira, vimos reflectida a evolução acima observada do elemento nacional crescente na nossa literatura, entitulando em 1869 de *Americanas* o seu primeiro volume de versos, quasi todos indianistas, e de *Provincianas* as poesias que vinte annos depois vieram a lume, de caracter mais accentuadamente local e espontaneo.

Dera-se ahi, portanto, como nos outros meios, a approximação gradativa do sentimento localista, desde o vago americanismo de apparencia, até o regionalismo espontaneo e original. Veio ter este ultimo no snr. Alcides Maya o seu melhor representante, que desde a sua estréa em 1897, escrevia: – “o scenario da patria jaz incompreendido, abandonado, e raros são os typos genuinamente brasileiros, trazidos á luz amortecida do nosso proscenio historico literario, pelos escriptores nacionaes”<sup>86</sup>, e veio a dar-nos as paginas dialectaes de *Ruinias Vivas*, em 1910 e *Tapera* em 1911, ascendendo á concepção de uma esthetica lidimamente nacional, como seria tambem *titanismo* do snr. Carlos Maul, e promettendo-nos ainda longa obra inedita, onde se accentúa o regionalismo gaúcho (1922: 168-169).

\*\*\*

Depois da avaliação dessas críticas e historiografias literárias anteriores à década de 1930, fica mais claro que a lente modernista se tornou intrinsicamente preponderante na forma de conceber o que seria a literatura nacional, principalmente pela validação feita por Antonio Candido e outros autores do eixo Rio-São Paulo que não analisei diretamente no **Texto III**.<sup>87</sup> De acordo com esse tipo de raciocínio, tudo o que não foi focado por aquela lente, necessariamente, não pode ser posto na narrativa **brasilidade**. Por conseguinte, se não está no campo de visão modernista essa literatura – tida como “inferior” –, foi rebaixada para o ângulo da regionalidade brasileira. Parece um tanto simplista essa minha afirmação, contudo, ela de fato não o é, pois, seguindo por esse caminho, o caráter ordinário que a literatura de tipo regionalista passou a representar dentro do quadro maior da Literatura Brasileira, também está presente na percepção que os críticos e historiadores literários têm a respeito de suas produções literárias locais. Algo que insinuei no **Texto II** e **IV**, pois se atentarmos detidamente, será possível perceber que os estudiosos sulinos estão sempre procurando um lugar para “encaixar” a produção literária local, seja literária ou de cunho histórico, na (outra) (às vezes quase

<sup>86</sup> Nota de Alceu Amoroso Lima: “Alcides Maya – *Pelo Futuro* – Porto-Alegre – 1897. p. 67.

<sup>87</sup> Isso foi apenas citado, talvez em um trabalho de maior fôlego seria interessante fazer uma análise em conjunto de outras historiografias literárias do período de *Formação*.

estranha) Literatura Brasileira.

Mas, para fortalecer esse meu argumento, simplesmente comento que esse período que analisei como “anterior ao modernismo”, passou a receber a alcunha de **Pré-modernismo**, com a existência de apenas alguns escritores que “anteciparam” aquele movimento dos anos 1920. Em uma leitura escancaradamente teleológica da história literária brasileira, se constitui um cânone das fases que desembocariam no mais sublime que podia existir. O estudioso Maurício Silva analisou no artigo *Pré-Modernismo e Historiografia Literária Brasileira (Para o Estabelecimento de um Cânone Pré-Modernista Brasileiro)*, publicado em 1999, a constituição dessa denominação. Mas, para finalizar, esse **Texto V**, há também o comentário de Saulo Gouveia dizendo o seguinte:

The new roles that modernist intellectuals envisioned for their generation are said to be marked by the desire to participate in the construction of a renewed discourse of national identity. Their openness for the new ideas and forms of expression is said to have been expressed through the affirmation of popular culture, the use of a Brazilian language, and the desire to bring literature and art out of institutional ivory towers and into daily life. Along these lines Modernism as a whole is defined as a watershed cultural movement that renewed (or revolutionized) the entire Brazilian intellectual landscape. The era of Modernism (~1920-1945) thus represented a foundational and redemptive moment in Brazil's intellectual history, the time when literary and artistic expression became truly Brazilian, emancipated, and mature. Thus narrated, the modernist trajectory starts and ends in victory, with the triumph of freedom and authenticity for national literary and artistic expression (2013: 34).

A escavação está quase chegando ao seu fim, neste ponto toco o artefato que almejei alcançar desde o início. Saindo da sepultura, e olhando para o fundo dela, percebo as camadas de terra que estavam sobre aquele artefato.

Toda essa terra representa a herança historiográfica que chegou até mim. Por isso, olhando para Apolinário Porto Alegre e os partenonistas percebo que não posso retirá-los do fundo do buraco, pois, caso o faça, todo esse trabalho será perdido. Talvez, deva apenas visá-los conjuntamente com as camadas que os sobrepoem. Afinal, esse foi o método que pretendi desenvolver ao dar início a esta dissertação. Então, partamos para a etapa final deste nosso longo percurso através das experiências do homem no tempo sulino.

## **VI – APOLINÁRIO PORTO ALEGRE E OS PARTENONISTAS: 1879 – 1856**

Após a leitura, tanto de historiadores quanto de estudiosos literários, sobre as experiências no tempo de Apolinário Porto Alegre e os partenonistas, deparei-me com uma certa hesitação sobre a melhor maneira de finalizar este meu percurso.

Ao longo deste meu trabalho, não desejei demonstrar que qualquer leitura, ou mesmo interpretação, sobre o passado (usado no sentido bem simples daquilo que não é percebido mais como presente), seria apenas um discurso construído pela linguagem e, portanto, passível de desconstrução ou mesmo substituição. Ao longo de minha formação, nesse aprofundamento em dois campos de estudo, realizei diversas incursões pela reflexão do que seria possível entender por História, além da própria disciplina que a estuda e da (in)capacidade de reproduzir, representar, narrar, reconstruir, etc., em sua totalidade, as experiências do homem no tempo.

Na verdade, o que me propus neste trabalho foi apenas tentar lidar com algumas questões as quais me inquietavam em ambas disciplinas. Por isso, intui que o método desenvolvido nesta dissertação, seria algo adequado para refletir sobre estas inquietações.

Mas, agora, o presente trabalho chegou a uma encruzilhada: Devo elaborar uma interpretação “mais adequada” sobre Apolinário Porto Alegre e os partenonistas (à maneira de um historiador) ou termino a dissertação por aqui, chegando à conclusão de que a minha tarefa era apenas analisar (e apontar problemas) as interpretações alheias.

Fazendo uso da honestidade que deve estar sempre presente na ética de um pesquisador, o ideal, para este meu estudo, teria sido escolher nenhuma daquelas duas opções. Caso seguisse pelo primeiro caminho, seria como se estivesse ignorando as diversas reflexões que aqueles dedicados ao estudo do passado humano já realizaram. Além disso, seria fingir algo que admito ser comum no campo, que por ser mais recente no tempo a minha interpretação seria cientificamente superior e, simultaneamente, ignoraria a mesma coisa que apontei nos estudiosos de Apolinário Porto Alegre e os partenonistas, ou seja, que também pertenço às circunstâncias do meu tempo.

Nem preciso comentar a respeito do segundo caminho. Segui-lo seria o mesmo que desistir de tudo aquilo que acredito, que é possível, através da contínua reflexão de nossas experiências no tempo, compreendermos as dificuldades, limites e principalmente apontar novas direções para um possível futuro.

Ditas todas essas coisas, confio que o caminho alternativo seria lidar com uma questão que já pretendia desenvolver de antemão, porém, foi-me ressaltada durante a minha qualificação. Neste processo, um de meus examinadores, o professor Miguel Rettenmaier, da UPF, falou a respeito das críticas “cristalizadas” ou, para ser mais exato com a metáfora da escavação que venho utilizando, “fossilizadas” a respeito de alguns julgamentos e interpretações calcificados na historiografia literária brasileira. No momento da leitura de seu parecer, admito que não compreendi muito bem o que ele estava tentando dizer, todavia, após ponderar um pouco, e com a explicação do meu orientador Pedro Brum Santos, compreendi que se tratava de algo que já havia, de fato, desenvolvido nesta dissertação. O **Texto III**, em que falei a respeito de Antonio Candido não deixa de ser uma espécie de tratamento na terra fossilizada, ou uma pedra em meu caminho, que cobria o meu artefato. Então, com esse incentivo, decidi, como uma forma alternativa, lidar com algumas críticas cristalizadas que sobrepõe Apolinário Porto Alegre e os partenonistas. Mencionado isso, elegerei duas que desejo destacar:

- 1) O despertar tardio das letras sul rio-grandenses
- 2) O mestiço gaúcho

#### 1) O DESPERTAR TARDIO DAS LETRAS SUL RIO-GRANDENSES;

De acordo com o meu percurso de leituras, podemos dizer que algumas décadas após o aparecimento da revista *Nitheroy* e do IHGB, com o seu respectivo periódico, surgiu na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, durante a segunda metade do século XIX, um grupo de letrados preocupados com o desenvolvimento da cultura literária local e a construção da nacionalidade brasileira. Dentre as revistas sulinas que advieram durante aquele período, apareceu aquela que é o motivo deste estudo, a *Revista da Sociedade do Parthenon Litterario*.<sup>88</sup> Ela foi publicada pela Sociedade do Parthenon Litterario, tendo, em comparação com outros periódicos sul rio-grandenses da época, uma existência longa de 1869 até 1879, porém, se deve levar em conta algumas interrupções da mesma.

<sup>88</sup> Seus estudiosos mencionaram que a mesma trocou algumas vezes de nome, mas nada muito substancial, pois a nomeação “Parthenon Literário” sempre permaneceu a mesma.

Ao ler sobre aquela agremiação e sua revista, encontrei por diversas vezes o inferimento de que o desenvolvimento das letras na província, quando comparado com a corte brasileira, teria ocorrido tardiamente. Contudo, nunca nas minhas leituras sobre o assunto vi qualquer coisa que endossasse essa afirmação do “despertar tardio” do letramento na província. O que se costuma argumentar é que isso teria ocorrido devido às constantes guerras na região mais meridional do Império Brasileiro, praticamente, uma fronteira viva.

Acredito na necessidade de levar em consideração alguns detalhes dessa leitura do passado, o primeiro deles seria a de que quem fez esse juízo estava, nesse caso, olhando para o assunto **literário**<sup>89</sup> através de outras concepções. Nesse sentido, uma vez que leitores do século XX, que olharam para essa época já pertenciam à disciplina dos Estudos Literários, induzo aqui que seu elemento de comparação, para poder-se afirmar o **tardio**, era a própria revista *Nitheroy*, que citei no início deste **Texto VI**, publicada na França, mas por brasileiros, em 1836. Nem preciso repetir aqui o que ela representa na historiografia literária brasileira. Há dezenas de trabalhos abordando-a, além disso, a própria menção desse nome para aqueles versados no estudo da Literatura Brasileira é quase autoexplicativo.

Se colocar essas duas datas em comparação, “1869” e “1836”, facilmente concordaria com o **despertar tardio**. Entretanto, segundo os interessados no assunto, RSPL não foi o primeiro periódico literário publicado na província. Ao longo das minhas leituras, o nome citado, desde a *História da Literatura do Rio Grande do Sul*, de Guilhermino Cesar, até o livro *A crítica literária no Rio Grande do Sul: do Romantismo ao Modernismo*, de Carlos Alexandre Baumgarten, é o da revista *O Guayba*, um periódico que circulou na cidade de Porto Alegre entre 1856 a 1858.

De “1869” para “1856”, há uma redução, mas, se comparado a “1836”, o **tardio** continua vigorando. Talvez, fosse possível diminuir essa distância em mais alguns anos se fosse colocado na mesa de discussão o assunto abordado por Mauro Nicola Póvoas, da FURG, em seu artigo *Precedência malograda: A Rosa Brasileira, o primeiro jornal literário do Rio Grande do Sul?* publicado em 2015. Nesse artigo, aquele estudioso abordou o curioso caso do que poderia ser o primeiro periódico exclusivamente literário publicado na província. Com apenas três números, lançados no ano de 1851, na cidade de Rio Grande, *A Rosa Brasileira* teve a sua existência interrompida devido à acusação de plagiar um periódico pernambucano.

<sup>89</sup> Os historiadores que se dedicaram ao assunto, como trabalhei no **Texto I**, com exceção talvez de Carla Renata Antunes de Sousa Gomes, não se preocuparam com esse despertar tardio.

Realizado, segundo a acusação do dono da revista, por um indivíduo que migrou do nordeste para as terras do sul. Mas, como mencionou o estudioso, a inauguração do primeiro periódico literário na província foi malograda pelo desvelamento do plágio. Talvez, como ele comentou, esse fato tenha contribuído para a ausência de sua referência entre os estudiosos literários sul-rio-grandenses (2015: 80). Por outro lado, mesmo relativizando a questão do plágio, aliás, algo que o estudioso não faz, se a alteração da data fundacional da cultura literária sulina, canonizada no aparecimento da revista *O Guayba*, fosse colocado em xeque, provavelmente se discutiria algo que o próprio Mauro Póvoas também apontou: que aqueles que publicaram aquela revista se constituíram como um grupo “mais ou menos coeso e consciente de suas atitudes e atribuições” (2015: 80).

Se a redução da distância não deu muito certo, então poderia puxar a discussão por outra ponta. Já comentei que o olhar dos que apontam *O Guayba* como parâmetro para o despertar tardio da cultura letrada na província é feito pelos estudiosos da literatura. Sendo assim, seu posicionamento na leitura do passado parte de um ponto preconcebido, que seria a procura da “literatura” e do “literário” no Rio Grande do Sul do século XIX. Apenas para ressaltar o que já disse anteriormente, esses estudiosos pertenciam a uma disciplina especializada, com determinados parâmetros preestabelecidos sobre o literário. Por isso, o pretense olhar objetivo sobre o passado, olhando para aquela amostra através daqueles parâmetros, esbarra em um problema de alterações ocorridas ao longo do tempo.

Como a preocupação desta dissertação é para a leitura de Apolinário Porto Alegre e os partenonistas, esse tipo de “falha” ou, preferiria dizer, limite de leitura, para as experiências do homem no tempo que estão suscetíveis as variações temporais de novas experiências do homem em novos tempos, só torna a minha leitura cada vez mais interessante.

Por isso tudo, essa outra ponta que comentei abrir-se-ia em duas: a primeira é a própria percepção da época, ou seja, minha leitura historicizante do que seria “letras”, “literatura” e “literário”; a segunda é que, relativizando desse jeito, o início das letras sul-rio-grandenses não se dirigia para periódicos **exclusivamente literários**, mas para a circulação de ideias e pensamento através da imprensa, a grosso modo, o jornal.

Inverterei a sequência e iniciarei pelo segundo, pois o primeiro é mais longo e complicado de realizar, além disso, correria o risco de me perder no assunto.

O ponto é quase simples, é só olhar para o que se publicou na província. Dito isso, a palavra “quase” que mencionei entra no jogo. Mas qual a época? Para esse problema, os

portugueses podem ser de grande ajuda, pois é sabido que a imprensa (a tipografia) somente foi autorizada nas terras portuguesas existentes no território americano (o que viria, mas ainda naquela época não era, o Brasil) com a chegada da família real em 1808. Nisso, a leitura de um texto no site da Biblioteca Nacional intitulado *Imprensa no período joanino*, assinado por Rafaella Bettamio, deu a pista que o primeiro periódico publicado nessas terras foi *A Gazeta do Rio de Janeiro*. Apesar do decreto que criou a imprensa régia ter sido assinado no dia 13 de maio de 1808, o primeiro número daquele periódico, segundo comentou a autora, circulou no dia 10 de setembro do mesmo ano. Houve ainda o famoso *Correio Braziliense*, citado por ela, de propriedade de José Hipólito da Costa, mas esse periódico, apesar de ter circulado antes daquele outro, foi publicado em Londres.<sup>90</sup>

Tendo essa data como base, basta agora olhar para a ponta meridional do território português, que se ampliou um pouco com a anexação da Cisplatina, e ver qual foi o primeiro periódico publicado na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Nisso, encontrei três estudos: *O Sesquicentenário da Imprensa Rio-Grandense*, de Nestor Ericson, publicado em 1977; *Imprensa Gaúcha (1827-1852)*, de Lourival Vianna, publicado em 1977; e o último *Jornais raros do musecom: 1808-1924*, de Marcia Eckert Miranda e Carlos Roberto Saraiva da Costa, publicado em 2008. Todos eles apontam o jornal *Diário de Porto Alegre* como o primeiro periódico a circular na província. O mesmo é endossado pelo Museu da Comunicação José Hipólito da Costa, que o reafirma como o primeiro periódico a circular na província.<sup>91</sup>

Seu ano de fundação foi o ano de 1827. No livro *O Sesquicentenário da Imprensa Rio-Grandense*, Nestor Ericson comentou que esse jornal era impresso nas oficinas do palácio do governo (1977: 7). O empreendimento **pertencia** a dois franceses que haviam lutado, no lado Argentino, no que posteriormente passamos a chamar de Guerra da Cisplatina (1825-1828). Somando aqueles dois, juntou-se o português de nascimento Lourenço de Castro Júnior (1977: 7-8).

Não deixa de ser interessante a forma que Nestor Ericson expõe o surgimento desse periódico. E acredita-se que as “constantes guerras” tenham prejudicado o surgimento das letras na província sulina. Pois, não é que, nesse caso, vieram até a ajudar nessa empreitada.

<sup>90</sup> Essas informações podem ser encontradas neste link: <http://bndigital.bn.gov.br/projetos/expo/djoaovi/imprensajoanino.html>

<sup>91</sup> Isso consta em uma página onde são mencionadas as raridades que o museu tem sob a sua guarda. Ver o link: <http://www.museudacomunicacao.rs.gov.br/site/destaques/destaques-imprensa/>



Olhando no livro daquele estudioso, tomei conhecimento de que a vida do *Diário de Porto Alegre* foi, como era de se esperar naquela época, efêmera. Tendo, já em 30 de julho de 1828, um ano após ter sido lançado o primeiro exemplar, terminando a sua circulação. Contudo, no mês seguinte, em 5 de julho de 1828, era lançado outro jornal, o *Constitucional Rio-Grandense* (1977: 19), além de diversos outros que se envolveram com o turbulento período de desagrvos com a corte, como: o *Amigo do homem e da pátria*, em 1829, (1977: 22-23); *O Sentinela da Liberdade na Guarita ao Norte da Barra do Rio Grande de São Pedro*, de 1830; *Compilador em Porto Alegre*, de 1831; *Correio da Liberdade*, de 1831; *Recompilador Liberal*, de 1831 (1977: 24); *O Continentino*, de 1833; *Eco Porto-Alegre*, de 1834 (1977: 25), entre muitos outros. Nestor Ericson comentou ainda, tendo por base um estudo de Aurélio Porto que ele não referenciou,<sup>92</sup> que entre 1827 a 1838 foram publicados, apenas em Porto Alegre, trinta e cinco jornais. Olhando desta maneira, talvez o clima beligerante da região tenha, de certa maneira, impulsionado a circulação de periódicos no espaço sulino. Aliás, as discussões políticas necessitavam de um lugar para circular.

Retornando ao tópico, de “1808” a “1827” tem-se quase duas décadas. Acho que é a menor diferença de tempo que podemos chegar. Pensando bem, para a vida letrada que teria iniciado **tardamente**, até que os habitantes da província de São Pedro do Rio Grande do Sul não estavam tão **atrasados** para as “luzes da civilização”. Além do mais, se olharmos para o restante Império, através do já clássico *História da Imprensa no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, percebemos que a distância diminui um pouco. Na Bahia, no ano de 1811, surgiu o *Prospecto da Gazeta da Bahia* e a *Idade de Outro do Brasil*. Em Pernambuco, em 1821, surgiu a *Aurora Pernambucana*. No Pará, no ano de 1822, saiu *O Paraense*. No Ceará, em 1824, surgiu o *Diário do Governo do Ceará*. Em Minas Gerais, no ano de 1823, apareceu *O Compilador Mineiro*. Em São Paulo, no ano de 1827, foi publicado *O Farol Paulistano*. Santa Catarina, em 1831, surgiu *O Catarinense*. E aí por diante.

Mas aí, alguém argumentaria que isso não é significativo, pois quando se está falando no **despertar tardio**, principalmente se esse indivíduo advém do campo dos Estudos Literário, está-se indicando os aspectos literários da província. Pois então, nesse momento entraria aquele ponto que comentei alguns parágrafos atrás e deixei de lado por ser mais longo.

Que ponto é este? A semântica dos vocábulos “letras”, “literatura” e “literário” durante

<sup>92</sup> Talvez ele tenha utilizado a obra *O colono alemão: notas para a história da imprensa riograndense (1827-1837)*, de 1934.

aquele período.

Primeiro de tudo, pergunto: o que Apolinário Porto Alegre e os partenonistas entendiam por aquelas três palavras no momento em que estavam se dedicando à SPL? Para responder a isso, talvez um pouco da chamada História dos Conceitos, a *Begriffsgeschichte*, nos seja de alguma ajuda. Sendo assim, o primeiro passo seria olhar para os dicionários da época e ver o que entendiam por aqueles termos.

Podemos dar o nosso primeiro passo no *Diccionario da lingua portugueza* do ano de 1789, desenvolvido pelo padre Rafael Bluteau e expandido por Antonio de Moraes Silva. Nele, o termo **Letras** no plural não é encontrado, apenas **Letra** no singular, significando o carácter e também Sciencia, Saber v. g. *homem de muitas letras.* § *Letras humanas, bellas letras, são as humanidades, i. e. Filosofica, Rethorica, e Poetica, Historia*”. A palavra **Letrado** consta com o significado de “homem que sabe letras, que teve estudos” (BLUTEAU; SILVA, 1789: 16). Significado semelhante à palavra **Litterato**, adjetivo daquele que “professa letras, dado á vida litteraria”. A palavra **Litterario**, era entendido como o adjetivo de algo que “respeita ás letras, ciencias, estudos, erudições. Como exemplo, no dicionário consta o seguinte: “*o Orbe litterarios, os homens doutos*” (BLUTEAU; SILVA, 1789: 29). Já a palavra **Litteratura** não aparece como um dos vocábulos do dicionário, mas como explicação para **Letradura**, cujo significado era um tanto negativo: “ditos, palavras erudições de letrados (a má parte) (BLUTEAU; SILVA, 1789: 17).

No dicionário do mesmo autor, mas do ano de 1823, a grafia da palavra “letra” é alterada **Lettra**, mas o sentido continua o mesmo. Porém, na explicação de seus significados, é acrescentado a significação “*Boas Lettras. Macedo, Aristippo, p.50*”, provavelmente advindo do dicionário daqueles outros autores (SILVA, 1823: 159). A palavra “letrado” também altera a sua grafia para **Lettrado** e também seu significado foi expandido para “o que aproveitou no estudo : v. g. *sair letrado ; dar grandes letrados. V. do Arc. 1.4. ‘fazer letrado.’*”. Dessa palavra, foram adicionadas outras derivações, como **Lettradamente**, que é um advérbio de “letrado”. **Lettradinho** que significa o diminutivo do mesmo (SILVA, 1823: 159). O vocábulo **Litterato** permaneceu com o sentido semântico, o mesmo vale para **Litterario**. Entretanto, **Litteratura** aparece como uma palavra própria, cujo significado seria “Erudição, sciencia, noticia das boas letras, humanidades. Hom de grande litteratura”. Há ainda seu adjetivo **Litteratado** significando “aquele que tem litteratura” (SILVA, 1823: 174). Se olhar para a semântica do termo “literatura”, ele compartilha sentido semelhante as variações da palavra

“letra”, tendo inclusive por sinônimo o verbo **Lettradíce**. Além do mais, seu sentido pejorativo não desapareceu, o vocábulo **Lettradúra** continuou significando ditos mal ditos eruditos (SILVA, 1823: 159).

Saltamos mais alguns anos e damos uma olhada no *Diccionario da Lingua portugueza: para uso dos portuguezes e brasileiros*, de Eduardo de Faria e aumentado por José Marie d'Almeida e Araujo Corrêa de Lacerda, cuja publicação se deu no ano 1858. O vocábulo “letra” aparece com essas duas grafias **Lêtra e Lêtra**, o significado não altera muito para o de 1789, porém, é anexado a palavra “literatura” e “literários” ficando deste jeito: “saber, litteratura, conhecimentos litterarios: *s humanas, bellas – s*, humanidades, rhetorica, philosophia, historia, linguas sabias” (1858: 91-92). **Letrádamênte** continua sendo advérbio de “letrado” e **Letradíce** é explicado como tendo o antigo significado de “literatura”, cuja semântica é “trapaças de rabula, rabulice”. O mesmo tendo sentido pejorativo ainda vale para “letradura”, que aparece no singular como **Letradúra**, palavra que continua sendo sinônimo de “literatura”, mas grafado de duas formas **Literatura e Litteratura**, e **Letradúras** um substantivo, sinônimo de “literatura”, que significa “erudições: –, rabulices, astucias de maos letrados” (1858: 92).

**Letradínho** continua sendo o diminutivo de “letrado” e este aparece de duas formas: **Letrádo** como substantivo para “homem que sabe letras, litterato; advogado”; e como o adjetivo **Letrádo** derivado daquele primeiro, cujo sentido é “versado nas letras, erudito. *Homem –*”, mas também, uma novidade, para mulher que significa quando empregado “*Mulher –*, que presume de sabichona”. Algo interessante neste dicionário é a origem desta palavra, na qual “letrado” vem do latim *litteratus*, assim, podemos entender por **Litterato** o seu sinônimo (1858: 92). Aparece como vocábulo próprio significando “versado em litteratura, que possui conhecimentos litterarios, dado á vida litteraria”. Entende-se assim, pela origem latina, o seu adjetivo que é **Litterário**, do latim *litterarius*, significando aquele que “respeita ás letras, estudos, erudição, e em geral a todos os conhecimentos humanos” (1858: 96).

O interessante é que cada vez mais a palavra “literatura” vai adquirindo, como vocábulo próprio, o significado das variações “letrado” e “litterato”, algo que facilmente pode ser percebido no seu aparecimento, na explicação daquelas palavras. Nesse dicionário, **Litteratúra** significa “erudição, todo o genero de conhecimentos litterarios” (1858: 96).

Inevitavelmente, ao olhar para estas palavras e seus significados, conseguirei entender o porquê da Sociedade do Parthenon Litterario ter recebido a alcunha de “litterário” e não de “literatura”. A última não tinha o sentido estrito e fechado como a conhecemos hoje em dia.

Além disso, a outra palavra não adquiriu também a adjectivação de “literatura”. Por isso, o termo **Litterario** representava o desejo daqueles letrados do sul rio-grandenses do século XIX, expressado por Apolinário Porto Alegre no texto intitulado **Programma**, que abriu o primeiro número da revista:

[...] dia 18 de Junho abriu o cyclo litterario na provincia, que até então, não podéra reunir um nucleo, onde a luz civilisadora se concentrasse nos certamens scientificos, nos pleitos da tribuna e na discussão transcendente sobre o verdadeiro, o bem o bello (1869: 3).

Naquele momento, o que clamava aquele que a historiografia literária sulina consideraria como o intelectual gaúcho mais importante do século XIX, era a abertura de uma comunidade de “letrados” ou “litteratos” naquela ainda “incivilizada” província. A partir de então, o saber “litterario”, das “bellas letras” deveria circular por eles.

Basta abrir as mais de cinco mil páginas daquela revista que sobreviveram ao tempo, e entenderemos perfeitamente o que isso significa. Lá se encontra de tudo, poesia, prosa, crônicas, biografias, estudos sobre geologia, agricultura, religião, moral, inclusive coleta de fontes históricas, como, por exemplo, uma interessante compilação de textos da Guerra Farroupilha. Esse era o padrão do período, acho que isso seja uma das coisas mais difíceis para nós estudiosos do mundo disciplinarizado entender, a quase inexistência do mesmo. Contudo, eles sabiam a diferença entre as “letras” dedicadas ao cotidiano do jornal para o “litterario” que almejam propagar.

Isso é denotado no comentário que Apolinário Porto Alegre faz sobre a dificuldade em inaugurar um meio para difundir esses ideais, digamos, mais contemplativas do homem. Ele menciona, que a imprensa comercial não tem espaço para esse tipo de questão, pois “luctão com o indifferentismo e o elevado custeio que requerem”. Além do mais, havia a questão econômica, na qual “a receita mal cobrindo o dispendio, como podem consentir gratuitamente trabalhos litterarios e scientificos?”. Portanto, para solucionar esse problema foi que surgiu o ‘Parthenon litterario’” (1869: 3).

A revista daquela agremiação, no entanto, não foi a primeira a intentar desenvolver o campo **litterario** na região. Antes dela, inclusive com a participação de Apolinário Porto Alegre, outros periódicos tentaram o mesmo, como: o mencionado *O Guayba*<sup>93</sup>, em 1856, *A*

<sup>93</sup> Um dado que não mencionei a respeito deste periódico é que conforme estudo de Aline Strelow, foi lançado em 3 de agosto de 1856, na cidade de Porto Alegre, sendo impresso pela Tipografia Brasileira-Alemã, cuja propriedade pertencia a Carlos Jansen que também era seu redator em companhia de João Vespúcio de Abreu e Silva (2013: 7).

*Actualidade*, em 1867, e a *Arcádia*, em 1867. A singularidade da revista criada pelo Parthenon está em sua inserção em um projeto maior da sociedade, que criou juntamente: “uma tribuna, para a pugna oratoria; uma biblioteca [...]; aulas nocturnas para os sócios que quiserem dedicar-se sem dificuldades no grangeio da sciencia” (1869, n. 1: 4).

O mesmo tipo de questão encontraremos em outra revista, *A Actualidade*, publicada em 1867, na sessão que cabe ao retrospecto nacional, o articulista comenta a continuidade de sua revista para com o projeto da *Arcádia* (1867, n. 4: 5). O surgimento de ambas estaria relacionado a uma “correnteza” de progresso pelo qual atravessa a capital da província do Rio Grande do Sul. Como ele menciona, “iluminação a gaz e estradas de ferro, é a ordem do dia. Porto Alegre não tem do que se queixar, está debaixo da protecção das tres maiores potencias do mundo – França, Inglaterra e Norte-America”. Ao mesmo tempo em que isso ocorre, segundo ele, os “rio-grandenses marchando para a guerra, deffendão sozinhos o imperio inteiro, que o progresso, a industria, as artes e tudo em fim, o estrangeiro fará desenvolver a bem dos coffres publicos e das vossas commodidades”. Esse sentimento dos rio-grandenses como soldados defensores do brasileiro será uma forte tônica em toda a história cultural da região e pode ser facilmente encontrado no pensamento dos letrados do século XIX e, também, em seus estudiosos do século XX. A guerra contra o *inimigo* castelhano – o hispânico da região do Prata – será utilizada como explicação empírica da nacionalidade do gaúcho brasileiro, que se sacrificou para o bem da nação. Em outro número da revista, o articulista não deixou de sublinhar esse sacrífico pátrio, ao dizer que: “já eram muitos os soldados que o Rio Grande havia dado; não obstante, ao patriotico appello de tão digno chefe, elles juntarão-se como por encanto e poucos mezes depois o 3º corpo de exercito transpunha o Uruguay, composto de 4,000 rio-grandenses” (1867, n. 3: 1). **Entretanto, como estamos lidando com contradições, junto a essa noção de pertencimento e devoção dos sul rio-grandenses encontraremos facilmente o sentimento de preterição a sua brasileira, pois a província é “a bastarda do Imperio” (1867, n. 3: 1).**

A partir do que foi exposto, podemos chegar às seguintes conclusões. Primeiramente, a alegação de que as letras apareceram tardiamente no Sul se deve à percepção de que apenas o SPL tinha essa preocupação. Contudo, naquele momento, **litterario** não queria dizer o mesmo que entendemos hoje por “literário”, mas o que está relacionado a estudos, dentre outros significados. Por essa razão, outros jornais, publicados anteriormente, poderiam desempenhar esse papel de pioneirismo, pois compartilhariam do mesmo princípio de

divulgação de estudos e letras do Parthenon. Dessa forma, vemos como o conhecimento do passado, isto é, histórico, pode ajudar no entendimento dos estudiosos de literatura, literatura já no sentido atual do termo. Além disso, podemos desfazer aquela ideia de que somente após largar a espada e descer do cavalo, o letrado sulino pode demonstrar sua coragem através da pena. Talvez o próprio autor de *O Vaqueano* tenha lançado a primeira terra, que mais tarde teve sua interpretação fossilizada. Na introdução do primeiro número da *Revista do Parthenon Litterario*, publicada no ano de 1872<sup>94</sup>, ele comenta o seguinte:

[...] tempos mudaram. A espada foi substituída pela Penna, o braço pela ideia, todavia ficastes as mesmas. A litteratura aqui é também uma peregrinação por uma causa sublime, como a dos antigos cavaleiros andantes (PORTO ALEGRE, 1872: 4).

Quem sabe o que tenha ocorrido era que o despertar **litterario** tenha sido impedido pela própria pobreza da província, além da pouca importância que as atividades letradas tiveram nela durante esse período. Apenas como exemplo, podemos verificar algumas informações a esse respeito nos relatórios produzidos pelos presidentes provinciais, nos quais relataram a imensa dificuldade, em parte pelo reduzido orçamento público e em outra pelo pouco interesse local, em construir uma biblioteca pública provincial. A primeira biblioteca pública foi fundada, sem sede própria, somente depois da década de 1870. Aliás, posterior à do próprio SPL. Acompanhando a saga dos presidentes provinciais, constatei que a empresa levou mais de duas décadas para ser concretizada.<sup>95</sup> Por outro lado, se o pouco dinheiro e o pouco interesse local para as atividades **litterarias** eram resultados colaterais do estado beligerante da região, este seria um assunto para outra discussão.

## 2) O MESTIÇO GAÚCHO

Sempre se comenta que a independência cultural do Brasil em relação a Portugal não ocorreu simultaneamente à emancipação política. É possível afirmarmos que, culturalmente, os futuros brasileiros somente gozaram de sua autonomia algumas décadas depois daquela ruptura. Na verdade, tem-se hoje a concepção de que o mais correto seria dizer construção de uma cultura própria, ou seja, dotação de uma nacionalidade, em vez de emancipação de algo que

<sup>94</sup> A primeira série da revista foi publicada do ano de 1869, tendo uma pausa até o seu efetivo retorno no ano de 1872.

<sup>95</sup> Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Imperio – 1830/1989 [Rio Grande do Sul]. Os relatórios estão digitalizados e podem ser encontrados nestes dois lugares: <http://memoria.bn.br/DocReader/252263/1> e <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial>.

ainda estava por se fazer. Por esse motivo, para os estudiosos da literatura, esse processo da formulação de uma entidade cultural à parte da portuguesa somente teve início em 1836, com a publicação, em Paris, da revista *Nitheroy*. Por outro lado, os historiadores, na defesa de seu campo, advogam que o início desse processo se deu com a constituição do IHGB, em 1838, cujas bases para uma história nacional teria sido iniciada através do texto, do naturalista alemão Carl von Martius, *Como se deve escrever a história do Brasil*<sup>96</sup>, publicado na revista do IHGB, em 1844.

O curioso é que as fontes fundacionais das disciplinas dos Estudos Literários e Estudos Históricos, especificamente no Brasil – que atribuídas pelos especialistas de cada campo de estudo no século XX –, apresentam muitas semelhanças entre si. Por exemplo, a proposta base do entrecruzamento racial, ou seja, a **mestiçagem** entre o branco português, o aborígene americano e o negro africano como característica primordial da nacionalidade brasileira aparece tanto no texto fundacional dos Estudos Literários, como para o dos Estudos Históricos. Refiro-me ao *Résumé de l'Histoire Littéraire du Brésil* publicado por Ferdinand Denis<sup>97</sup>, em 1826, e ao já citado texto de Carl Von Martius.

Quando o assunto é a **mestiçagem** como espinha dorsal do sentido de **brasilidade**, posso dizer que existem pelo menos dois séculos – principalmente a partir do início do XX – que esse tema tem sido o centro de diversas pesquisas. Aliás, esse tipo de ideia do **mestiço** como peculiaridade brasileira, percorreu toda a ficção de José de Alencar (além de outros letrados do século XIX), passou pelo pensamento de Silvio Romero, Manoel Bonfim, Monteiro Lobato e desembocou na sociologia de Gilberto Freyre<sup>98</sup>, principalmente no seu clássico *Casa-Grande & Senzala*, que vai praticamente associar essa ideia ao seu nome. Posteriormente, o assunto ainda foi discutido por Sergio Buarque de Holanda, depois Darcy Ribeiro, além de ter gerado diversos estudos universitários a partir da década de 1970 e, por fim, tem sido revisitado

<sup>96</sup> Entre os historiadores, existe uma vasta bibliografia sobre esse texto, pois, esse trabalho acompanhado dos escritos de Francisco Adolfo de Varnhagen são elementos fundamentais para o estudo história da historiografia brasileira. Para Temistocles Cesar, o secretário perpétuo do IHGB propôs, em 1840, um concurso para eleger um plano de como deveria ser escrita a história antiga e moderna do Brasil. Contudo, o prêmio somente foi atribuído pela comissão encarregada de analisar o concurso em 1847. A antecipação do texto, antes do parecer final, foi um descuido dos redatores da revista (TEMISTOCLES, 2003: 174-175).

<sup>97</sup> Esse texto consiste em uma espécie de segunda parte do livro *Résumés de l'Histoire Littéraire du Portugal suivi du Résumé de l'Histoire Littéraire du Brésil*.

<sup>98</sup> A interpretação constituída por Freyre é exemplar, segundo ele: “Formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição. Sociedade que se desenvolveria defendida menos pela consciência de raça, quase nenhuma no português cosmopolita e plástico, do que pelo exclusivismo religioso desdobrado em sistema de profilaxia social e política” (1977: 4).



por diversas discussões revisionistas que ressaltam uma espécie de racismo “velado” no Brasil em nossos dias atuais. O fato é que essa matéria ainda é um interessante fosso (quase um buraco negro) de investigação. Isso para ficarmos somente no território de colonização portuguesa do continente americano, porque se olharmos o caso averiguando as regiões de colonização espanhola entraremos em outro fosso de estudos.<sup>99</sup> Sem contar que o assunto vai tão longe que abrangeria até mesmo o “primeiro mundo”, pois, cruzando o vigiado Rio Grande, indo mais para perto dos *Great Lakes*, encontraremos o *Métis* da América do Norte.<sup>100</sup>

Fiz essa espécie de prólogo para indicar que também Apolinário Porto Alegre e os partenonistas discutiram sobre essa emblemática questão da mestiçagem e o **consórcio racial** como característica peculiar da nascente **brasilidade**. Obviamente, que naquele período, semelhantemente ao caso de José de Alencar, esse assunto ainda era uma novidade. Mas, para falar da perspectiva, vamos dizer, sul-rio-grandense que eles deram ao assunto, iniciarei mostrando onde tudo teria começado, na obra dos já comentados Ferdinand Denis e Karl Von Martius.

É usual comentar que essa ideia foi citada no *Résumé d’Histoire Litteraire du Brésil*, no entanto um ano antes, em 1825, desse livro Ferdinand Denis publicou o livro *Resume de L’histoire du Bresil suivi du Résumé de L’Histoire de La Guyane*,<sup>101</sup> um texto que para mim era até então desconhecido. Nele, procurei algo semelhante que havia chamado a minha atenção no

<sup>99</sup> Nos Estados Unidos as regiões da América de colonização portuguesa e espanhola são, na maioria das vezes, analisados juntas. Isso fica exemplificado pela formação de seus departamentos de *Spanish and Portuguese Studies* e seus centros de *Latin American Studies*. Talvez, a exceção que eu conheça, de estudos dedicados a região hispânica e outra a portuguesa, seja a Brown University que possui o *Department of Hispanic Studies* e o *Department of Portuguese and Brazilian Studies* e a *University of Massachusetts/Dartmouth (UmassD)* que também possui departamentos separados o *Department of Portuguese* e o *Foreign Literature and Languages* (em que o espanhol encontra-se submetido). Por essa razão podemos encontrar trabalhos nessa perspectiva, mais histórica, desde os clássicos estudos de Magnus Mörner com *Race Mixture: in the history of Latin America* (1967), até um estudo mais recente como *Race and Ethnicity in Latin American History* (2014), de Vincent C. Peloso.

<sup>100</sup> A título de exemplo temos o recente livro *From new peoples to new nations : aspects of Métis history and identity from the eighteenth to the twenty-first centuries*, publicado em 2016. O livro consiste em um estudo desenvolvido pelo historiador Gerhard John Ens, atualmente professor da University of Alberta no Canadá, e pelo antropólogo Joe Sawchuk, professor *Emeritus* da Brandon University também do Canadá. Nesse trabalho, eles tem como proposta analisar o processo de desenvolvimento dos *Métis* (descendentes dos nativos norte-americanos com os colonos europeus) habitantes do rio Red River of North na fronteira entre os Estados Unidos e Canada (entre os estados de Minnessota, Dakota do Norte e Manitoba) como um grupo étnico através do conceito de *ethnogenesis* (etnogênese).

<sup>101</sup> Regina Zilberman comenta que esse foi um de seus livros mais bem-sucedidos, alcançando duas edições no mesmo ano (2006: 138-139). Além disso, na 13ª Sessão Ordinária do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), ocorrida em 22 de Agosto de 1890, o então presidente Joaquim Norberto de Souza Silva comenta, em seu discurso necrológico da morte de Ferdinand Denis, que essa obra foi traduzida pelo, à época falecido, sócio Henrique Luiz de Niemeyer Belegarde, sendo que segundo o presidente dessa instituição, aquele livro “foi adoptado por circular do governo ás camaras municipaes do imperio para leitura das escolas primarias” (NORBERTO, 1890: 476).

texto de 1826 de Ferdinand Denis, quando ele menciona o surgimento da nacionalidade brasileira com o episódio da luta contra os holandeses. Ao ler esse livro, procurei alguma coisa que remetesse algo mais profundo sobre a povoação do território americano, as três raças que Ferdinand Denis comentou também no livro de 1826. Encontrei uma passagem em que ele cita o aborígine que residia no atual território brasileiro: “la race américaine sur des rivages où on les a confinés : qu’on pénètre au sein des forêts, qu’on interroge les nations libres, leurs campagnes sont encore animées de pensées vraiment poétiques” (1825: 518). E sobre o encontro do aborígine com o branco:

A la manière de raconter, à celle d’écouter et de comprendre, vous pouvez reconnaître ces hommes si différens de mœurs et de caractère, séparés jadis par des espaces immenses, et réunis maintenant par la Providence pour former un peuple de frères. L’Américain écoute avec mélancolie, une lente tristesse se peint souvent dans ses regards ; s’il prend la parole, sa voix est basse, ses mots ont un accent plaintif ; il s’anime rarement, il a son ardeur au fond d’âme ; elle est toute pour l’indépendance, elle est toute pour la liberté des forêts. Le noir a besoin de s’abandonner au feu de son imagination, il faut qu’on partage sa pensée ; ses paroles rapides ne suffisent pas à l’abondance des idées, il excite les spectateurs para ses gestes, sa voix part en éclats, ses yeux animés indiquent le feu de son âme. Mobile dans ses sentimens, mais toujours crédule, le surnaturel embellit ses récits, il anime des traditions poétiques de son pays une patrie nouvelle. Il gémit sans doute au souvenir d’anciennes infortunes, mais malgré les douleurs de l’esclavage, le présent, en captivant l’ardeur de son imagination, l’entraîne et détourne ses yeux de l’avenir ; et le blanc, qui partage souvent les travaux de ces deux hommes, fier d’être de la race des vainqueurs, il s’est fait des traditions nouvelles, mais il tient à celles du vieux temps ; sa pensée erre quelquefois sur les bords de ce Tage qu’il n’a jamais vu ; son imagination est aux terres lointaines, mais son cœur est à sa patrie : dans ses récits, dans ses chants l’histoire de deux contrées se mêle. Quant à l’homme dont la mère es indienne, il a je ne sais quelle énergie d’indépendance qui lui fait sentir le besoin d’élever sa patrie avant tout ; il cherche les aventures au sein des forêts ; il a la persévérance du blanc et le courage de l’homme cuivré : son âme est énergique et son esprit rêveur ; de grandes choses sortiront de cette race<sup>102</sup> (1825: 523-525).

Há ainda outro comentário de Ferdinand Denis a respeito do “mulato”, em que ele fala o seguinte: “Le fils d’un Européen et d’une noire, le mulâtre rappelle l’Arabe par ses traits, par sa couleur, par son caractère : l’amour, en exaltant son âme, le rend enthousiaste” (1825: 526). Comparemos com o trecho que mencionei presente no livro de 1826, em que ele disse isso:

Il me semble que dans le temps où une lutte héroïque développa tous les caractères, à l’époque où la Hollande fut vaincue par le Brésil, la nature offrit au monde un spectacle nouveau qui put faire comprendre ses desseins. Fernand Vieyra, plein d’héroïsme chevaleresque, donna l’exemple du courage que les Européens allient à la méditation. Le noir Henrique Dias eut l’ardente bravoure qui dédaigne la réflexion. Calabar, né d’un blanc et d’une Africaine, doué d’une inconcevable imagination, d’une admirable persévérance, eût été aussi grand qu’eux tous, s’il n’nûe été un traître ; et enfin ce Cameran, ce chefe-célèbre des Indiens, alors qu’il avait sauvé les

<sup>102</sup> Em nota de rodapé, na última parte desse, Ferdinand Denis anotou o seguinte : “Voyez ce que dit Koster dans son Voyage au Brésil ; le Mamaluco est preque toujours le héros des histoires poétiques inventées dans le pays” (1825: 525).

colons, et qu'il pouvait s'égalier à eux, voulut toujours s'isoler : il se montra le type de la race américaine par son courage terrible, para sa lenteur persévérante (1826 : 525-526).

Na obra de Karl Von Martius, há essa seguinte citação:

Qualquer que se encarregar de escrever a Historia do Brasil, paiz que tanto promete, jámais deverá perder de vista quaes os elementos que ahí concorrerão para o desenvolvimento do homem.

São porêem estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular tres raças, a saber: a de côr de cobre ou americana, a branca ou Caucasiona, e emfim a preta ou ethiopica. Do encontro, da mescla, das relações mutuas e mudanças d'essas tres raças, formou-se a actual população, cuja historia por isso mesmo tem um cunho muito particular (1844: 381-382).

Com estas sugestões iniciais, os letrados do dezenove partiram para a confecção de uma peculiaridade que o distinguisse no mundo das nascentes nações. O campo **litterario** foi a zona desse movimento ou projeto de dotação da nacionalidade, como nós estudiosos passamos a denominar. Por outro lado, todo esse movimento que até aqui comentei, ocorreu nas cercanias da corte brasileira. As províncias mais afastadas do então centro hegemônico do nascente Império Brasileiro – na atual cidade do Rio de Janeiro – não chegaram de fato a participar da construção desse discurso hegemônico sobre narrativa nacional. Pelo menos foi isso que a historiografia literária hegemônica construiu em sua narrativa, pois, para um letrado oriundo de alguma província receber alguma atenção, ele deveria residir na corte. Foi isso que aconteceu com José de Alencar e tantos outros. Entretanto, apesar de não participar diretamente desse processo, os letrados da província de São Pedro do Rio Grande do Sul prestaram atenção ao que ocorria na corte.

Início expondo um trecho que chamou a minha atenção na biografia, que parece mais uma espécie de crítica literária, escrita por Apolinário Porto Alegre sobre José de Alencar, a qual foi publicada na *Revista do Parthenon Litterario*. A passagem é a seguinte:

Pinheiro Chagas parece mesmo ignorar os mais comensinhos principios de linguística e as mais rudimentarias noções de nossa historia em seus *Ensaio Criticos*, na apreciação sobre a *Iracêma*. Não nota as influencias do local, clima e sobretudo que o colono portuguez, ao apoiar na America, desde logo cruzou o sangue godo e arabe com o sangue tupi, como attestão Diogo Alvares e João Ramalho, e estabelecia d'este consorcio o ponto de partida para a futura nacionalidade já constituída e augmentada ainda do elemento afro, muito antes do evento político de 1822 (1873a: 374).

Deixarei de lado, por enquanto, uma análise mais aprofundada na questão de Pinheiro Chagas, pois apenas mencionarei, para situar a passagem, que Apolinário Porto Alegre está questionando a crença do primeiro na incapacidade de modificação da língua. Dito isso, o que me interessa aqui é o comentário que segue: “as influencias do local, clima ...”. Vamos apertar

nossos olhos para ver mais atentamente essa questão. Ele está falando que o “colono português”, ao que tudo indica, foi **transformado** pela ação do território, clima e **cruzamento** com outros grupos gerando assim, como ele mesmo diz, “o ponto de partida para a futura nacionalidade”, no caso obviamente a brasileira. Daí, saiu um novo tipo, uma nova figura dentro o consórcio das nações.

Semelhante opinião foi lançada por outro partenonista, o pelotense Alberto Coelho da Cunha, que escreveu na RPLS sob o pseudônimo de Vitor Valpirio. Na introdução para o texto *Contos Rio-Grandeses*, esse letrado assumiu uma postura semelhante ao autor de *O Vaqueano*, como aparece no seguinte trecho:

A nacionalidade brasileira fez-se com elementos portugueses mesclados ao indígena e africano, de modo que na família humana formamos já raça á parte. Dos da antiga metropole differem muito os nossos costumes; mui diverso é o nosso sentir; outra é a face do nosso character; pois em nossa nacionalidade pulsa o coração americano, e á nobres commettimentos nos impelle a alma do novo mundo, que a nossa intelligencia aardentisa (1872: 29).

Contudo, esse mestiço tão enaltecido como a marca da **brasilidade** na idealização constituída no mundo das letras, no dia a dia dos que estão a ser os brasileiros, não viviam de forma tão fácil. Há um trecho do livro de Vianna Moog *Bandeirantes e pioneiros: um paralelo entre duas culturas*, que denota exatamente o que estou a dizer, segue ele abaixo:

No caso, quem estava destinado a viver o grande drama, o maior drama, era o mulato. Drama como o não suspeitaram nem Ésquilo, nem Sófocles, nem Eurípides, nem tôda a tragédia grega. Porque mais dolorosa que a tragédia de Édipo, o rei tebano condenado pelo oráculo a matar o próprio pai e a casar com a própria mãe, é a tragédia do mestiço condenado a fazer a mesma coisa simbolicamente por tôda a vida. E não será preciso recorrer à etnografia, ou à antropologia, ou à antropometria, ou à biotipologia, para estudar o drama do mulato e compreender a quase impossibilidade de sua normalidade emocional no panorama cultural vigorante no tempo do seu aparecimento. Para tanto, é bastante a sugestão da história. Inicialmente, o mestiço madrugava para a vida coletiva, relegado pelo meio a segundo plano, pois a indiscriminação hoje existente – conquista em parte dêle próprio – não existia então. O que existia, ao contrário, era o arbítrio das discriminações legais, segundo o pigmento: primeiro, o *português da Europa*, português legítimo ou filho do Reino; logo abaixo, o português nascido no Brasil, de ascendência portuguesa mais ou menos longínqua, o *mazombo*, o *brasileiro*. Depois é que vinham o *mulato*, mestiço de branco com a negra, e o *mameluco*, mestiço de branco com índia. Inútil indagar a que classe pertencia cada grupo. O pigmento se encarregava de fixá-la. Ao alto, bem ao alto, o português de Portugal, filho do Reino. No extremo oposto, o curiboca, o bode, mestiço de negro com mulato, ou então o mestiço de negro com índio, a extrema degradação oficial do ser humano. No meio dêsses extremos, a mestiçagem intermediária, hostilizando-se entre si, uns a subir, outros a descer, na escala oficial, conforme a sua maior ou menor energia de vontade e a assistência moral e religiosa com que pudessem contar. A época e o meio, as circunstâncias históricas e sociais, as instituições, os conflitos de classe e de casta, tudo conspiraria contra o equilíbrio do mulato. E onde as condições domésticas, educacionais, econômicas ou religiosas capazes de ajudá-lo a interromper a marcha de seus conflitos consigo mesmo e com o meio,

detendo ou desviando a evolução de suas perturbações emocionais? Estas condições simplesmente não existiram no Brasil colonial.

Abandonado, esquecido ou renegado pelo pai, criado à tanga ou à saia da mãe, na senzala, na maloca ou no mocambo, onde vai concentrar-se tôda a sua vida afetiva, o mulato estaria de antemão condenado a desenvolver, com a revolta contra o pai e as fixações maternas, a base de futuras neuroses.

Dir-se-á: e os mulatos que os bandeirantes e, depois, os senhores feudais das fazendas de cana-de-açúcar, de criação de gado, ou de algodão, perfilhavam, traziam para a casa-grande e tratavam em pé de igualdade com os filhos legítimos?

O caso dêstes terá sido talvez ainda mais pungente que o dos demais. Arrebatados aos braços da mãe preta e entregues às madrastas, as célebres *madrinhas* de coração de outro do Brasil bandeirante, patriarcal, latifundiário e escravocrata, nêles as neuroses se instalariam com mais violência.

Ah, o horror de ter de pedir a bênção a alguém que êle odeia com tôda a fôrça do seu ódio! Ah, a monstruosidade de ver o pai todo atenção e carinho com a intrusa, a impostora! E êle ali sem poder fulminar o pai e destruir a madrasta, a quem os imperativos sociais já incorporados ao seu subconsciente obrigam a acatar e respeitar! Ademais, ali está a autoridade do pai, absoluta, inquestionável, irresistível, com o poder de vida e morte sôbre o filho, para forçar o mestiço a aceitar simuladamente a nova situação: um pai por quem êle nutre sentimentos ambivalentes de ódio e amor, e às vêzes mais de ódio que de amor; uma mãe que não é a sua; e uma casa em que vive de favor e em segundo plano (1959: 220-221).

Imediatamente, este trecho da obra de Vianna Moog me recorda algo parecido no romance *O Vaqueano* de Apolinário Porto Alegre, publicado no ano de 1872 Na RPSL. No início dessa obra, temos o personagem Gil de Avençal. Olhemos para o excerto:

Em 1813, Gil de Avençal, descendente d'uma antiga família de vicentistas, que no começo do seculo XVIII viera em demanda de novas terras, vivia na Vaccaria feliz e abastado. Menos inquieto que a raça cyclopea d'onde provinha, raça que vencera todos os obstaculos e dotara o Brazil das fronteiras actuaes, Gil sentara a tenda sedentaria no sertão e deixara a vida deslizar como tranquillo regato á sombra do arvoredado. Deos lhe dêra para cumulo de venturas uma terna mulher e quatro loiras crianças, prole mimosa e gentil em que remoçava e a cujos sorrisos transparentes de candura, desfranizia o cenho de natural carregado (PORTO ALEGRE, 1872c: 17).

O narrador apresenta o personagem Gil de Avençal através de uma descrição na qual é possível presumir que ele foi um antigo bandeirante. Assentado nas novas terras ao sul da América Portuguesa, ele constituiu família. Contudo, isso não impediu que esse nobre homem tivesse filhos bastardos. Vejamos a passagem em que isso é indicado, porém, para situar o trecho que segue, mostro um breve resumo da trama que se segue. Havia um empregado chamado José Capinchos, cuja função era ser “posteiro” no qual a incumbência era vigiar os limites da estância. Ele se tornou homem próximo de Gil de Avençal, mas o narrador indica a qualidade maléfica daquele personagem. Durante uma tarde que ambos saíram para “uma correria na selva”, o antigo bandeirante não retornou. No dia seguinte a esposa e os três, dos quatro, filhos dele são assassinados (PORTO ALEGRE, 1972c: 18-19). Agora, segue a passagem que queria destacar do filho bastardo de Gil de Avençal.

O posteiro estava desesperado, chorava sobre os cadáveres da inditosa família, e, na exaltação de seu ressentimento, accusava o mulatinho Moysés do horrendo crime que tivera lugar.

A dôr que lhe arrancava lagrimas e suspiros em borbotões, tinha tal caracter de sinceridade, que ninguém poderia duvidar da amizade, que elle tributava a Gil de Avençal.

Porém foi injusto em suas recriminações contra Moysés.

O que então era este da casa? Que papel representava na família?

Nascêra d'uma escrava e fôra liberto na pia baptismal. Nas senzalas affirmavam que era filho do estancieiro. Faltavam as provas, e, quem as pudera apresentar, sua mãe, morrera na occasião de dal-o á luz. Todavia o facto da manumissão, sem motivos plausiveis, mórmente n'esta época, deixava entrever por ventura alguma coisa de verdadeiro no boato espalhado pelos negros da fazenda.

Quando consumou-se a catastrophe sanguinaria, elle estava ausente: sahira a tropear, facto que ou Capinchos desconhecia na accusação que lhe fez, ou então de que quis aproveitar para distrahir a attenção de sobre si.

De volta encontra de pé a calumnia, apesar de defenderem-n' o todos os escravos de Gil. E diante a imputação de crime tão horrendo desvaira, foge, busca os sitios mais impervios da serra, quando poderia demonstrar sua innocencia com o depoimento das pessoas entre quem se achava, quando se dera o acontecimento.

Só um anno depois, serenado o espirito, desceu dos retiros, onde convivera com indomitas fêras e a já minguada tribu dos guaycanans, procurou a justificação que devia lavar a pecha infamante atirada a seu nome. Pela sciencia criminal a evasão agravaria o supposto delicto. [...]

Por ella Moysés fôra um sicario, soffreria a ultima pena; para a consciencia do mulato e para Deos a justiça da terra commetteria a mais clamorosa das iniquidades. Felizmente nos tempos que iam, a victima da calumniosa imputação sahiu sã e salva. A acção judiciaria não chegava senão tibia a lugares distantes; até garantia a impunidade. Ninguem portanto, teve a lembrança de fazer averiguações relativas aos verdadeiros culpados. O anno decorrido começára de apagar a triste impressão, e o pó do esquecimento depuzera a primeira camada sobre a têla de horrores (PORTO ALEGRE, 1872d: 9-10)

Moysés poderia ser visto como aquele mestiço mencionado por Vianna Moog. A morte de seu próprio pai caiu sobre as suas costas, apesar dele ter ajudado a criar o seu meio-irmão Gil de Avençal e dele tê-lo tratado como uma espécie de irmão. O primeiro, ao longo do romance, é caracterizado muito mais como um servo leal, do que como seu irmão. Esse personagem sempre chamou a minha atenção e me questionava: e se o personagem escolhido pela historiografia literária sulina como gaúcho não fosse o vaqueano Gil de Avençal, mas o mestiço Moysés? Ele detêm os conhecimentos de um campeiro, uma alta capacidade guerreira, sendo por um longo tempo assediado para lutar por ambas as forças conflitantes. E, além disso, é o que permanece vivo no final do livro. Sendo que a sua prole é aquele que continuará a povoar o Rio Grande.

Não esqueçamos também que o representante da **brasilidade** não é o filho direto do português, de nobre família como era Gil de Avençal, mas o mestiço, o resultado da mistura das três raças. Como em outro trecho, mencionou Alberto Coelho da Cunha que alguns desconheciam que o Brasil seria uma reunião desses diferentes tipos, “o povo que o habita desde

o vaqueiro do Pará ao gaúcho do Rio Grande, do tropeiro de S. Paulo ao roceiro de Minas, d'este ao boiadeiro do Ceará, do boiadeiro ao tabaréo de Pernambuco e d'ahi ao inclulto mineiro do Goyaz” (1872: 30). Moysés era o filho de um português com uma negra, além de mais tarde ter se juntado a uma tribo indígena.

Então, não estaria aí a peculiaridade do nosso gaúcho mestiço?



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dificuldade de realizar um trabalho de experimentação analítica e metodológica, assim como na própria empreitada de seu desenvolvimento, encontra-se também na sua conclusão. Não acho que seja necessário repetir tudo o que vim construindo até este ponto. Fazer uma síntese explicativa do que tentei desenvolver iria contra a minha própria proposta de trabalho. Sendo assim, poderia aproveitar este espaço para dar alguns esclarecimentos sobre escolhas e não-escolhas que fiz ao longo desta dissertação.

A primeira seria o que me motivou a trocar o tradicional nome “capítulo” para “texto”. Confesso que essa escolha, além de muitas outras empregadas neste trabalho, foi elaborada muito mais intuitivamente do que racionalmente criado para este fim. Não desejei postular a indicação “capítulo” porque acreditei que ele não coadunava com a minha forma de escrita. Por experiência, sei que o desenvolvimento de teses e dissertação são confeccionados por capítulos quase autônomos, entregues para avaliação de orientação em ordem sequencial. Aliás, o que geralmente ocorre é que o primeiro, por ter sido mais longamente trabalhado, acaba saindo mais bem-acabado textualmente do que o último.

Acho que foi principalmente isso que me levou a criar esse método de escrita, pois, como indiquei no início da dissertação, levei essa atividade como um dos pilares desta pesquisa. Estou a ser sincero que essa dissertação começou a ser escrita, talvez até mesmo antes de ter iniciado o meu período mestrado em Letras. Cada texto, portanto, representava apenas pontos numerais de separação que foram crescendo e sendo separados, pois tencionava desenvolver um trabalho de corpo inteiro.

Obviamente que a forma da escrita de cada **Texto** é diferente uma da outra. Depois de um tempo, percebi essa peculiaridade, desenvolvida mais por instinto de escrita, do que intencionalmente, passando a explorá-la. O resultado está aí. Sendo assim, o termo “texto” é empregado por mim como sendo similar a “artigo” ou “ensaio”, a diferença é que friso, como disse, a integralidade do corpo da dissertação e, por causa disso, preferi o uso do primeiro aos outros dois, inclusive o de “capítulo”.

Ainda a respeito da escrita, devo admitir que tenho uma tendência para o estilo cronista. Na verdade, desde o início sempre procurei o equilíbrio adequado a um trabalho acadêmico, como meus orientadores chamaram a atenção, e, por isso, agradeço-os pela ajuda.

Outro ponto que gostaria de deixar claro é a respeito da ideia de recepção desenvolvida

por Hans R. Jauss. O seu famoso livro *A história da literatura como provocação à teoria da literatura* (1967), lido há alguns anos, mais ou menos uns quatro para ser mais exato, serviu apenas de inspiração para o desenvolvimento desta dissertação. Em momento algum desejei desenvolver uma história da recepção de Apolinário Porto Alegre e os partenonistas. Minha ideia, acredito, partiu para outra direção, uma vez que a preocupação daquele estudioso estava direcionada para a coleta das diferentes “horizontes de expectativas” suscitadas por uma obra ao longo do tempo. A minha proposta, por outro lado, tem por foco a historiografia literária entendida como um campo que necessita de lidar com as interpretações e leituras históricas existentes ao longo do tempo e, também, apontando para a construção que cada uma (similar a camadas) foi sendo sobreposta sobre o objeto até este meu presente. Formando o que passei a denominar como uma verdadeira herança historiográfica.

Por esse motivo, ele não serve como meu referencial teórico, pois, como esbocei, questiono muito a utilização destes tipos de pressupostos. Em realidade, ele, como disse, foi uma inspiração, assim como a leitura de um de meus escritores favoritos, José Saramago, principalmente ao levar em consideração a sua forma de lidar com a relação entre ficção e a história. Aponto, especialmente, para a história invertida, presente no seu livro *O Homem Duplicado*. Além disso, não posso deixar de citar este gênero pelo qual sou particularmente atraído, o romance histórico. Apesar dele dizer que sua obra não se encaixa nessa categoria, cito o fantástico *O Tempo e o Vento*, de Erico Verissimo. Uma obra que deveria ser leitura obrigatória para entender o que passamos a imaginar ser o Rio Grande.

Como podem perceber, a ficção tem uma força muito maior em minha atividade de pesquisador do que qualquer dita “ferramenta conceitual”. Assim, finalizo essas minhas considerações na esperança que meu experimento incentive futuros pesquisadores a escavar nas camadas de nossa herança histórica e literária.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Miriam Fábila. OLIVEIRA, João Ferreira de. Pós-Graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*. V. 30, n. 2, mai./ago. 2014, p. 351-376. <http://dx.doi.org/10.21573/vol30n22014.53680>

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. rev. ed. US Library of Congress, 1991.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANTUNES, Cláudia Rejane Dornelles. *A poética do conto de Simões Lopes Neto: o exemplo de "O negro Bonifácio"*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. (Coleção Memória das Letras - v. 14)

ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de. *Uma introdução ao estudo do modernismo no Rio Grande do Norte*. Dissertação de mestrado. Campinas/SP: UNICAMP, 1991.

ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de. *Modernismo: Anos 20 no Rio Grande do Norte*. Natal: Editora Universitária, 1995.

ARENDT, João Claudio. Notas sobre regionalismo e literatura regional: perspectivas conceituais. *Todas as Letras Z*. São Paulo, v. 17, n. 2, p. 110-126, maio/ago. 2015. <http://dx.doi.org/10.15529/1980-6914/letras.v17n2p110-126>

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Modernismo e regionalismo no Brasil: Entre inovação e tradição. *Tempo Social* (USP), v. 23, p. 191-212, 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20702011000200008>

BARCELLOS, Rubens. Perfil de Júlio de Castilhos (conferência). In: *Província de São Pedro*. Porto Alegre: Editora Globo. Jun. 1945. Nº 1, p.119-125.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *Literatura e Crítica na Imprensa do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST, 1982.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *A Crítica Literária no Rio Grande do Sul: do Romantismo ao Modernismo*. Porto Alegre: IEL: EDIPUCRS, 1997.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. João Pinto da Silva. In: *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*. (Org.) Regina Zilberman, Maria Eunice Moreira, Luiz Antônio de Assis Brasil. Porto Alegre: Ed. Novo Século, 1999, p. 98-99.

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. "Apresentação". In: João Pinto da Silva. *História literária do Rio Grande do Sul*. 3ª ed. Org. de Carlos Alexandre Baumgarten. Porto Alegre: IEL: CORAG, 2013.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERMAN, Marshall. *All That Is Solid Melts Into Air: the Experience of Modernity*. Harmondsworth, England: 1988.

BICALHO, Lucinéia Maria. *As relações interdisciplinares refletidas na literatura brasileira da ciência da informação*. Tese de Doutorado em Ciência da Informação. Belo Horizonte: UFMG, 2009. <http://hdl.handle.net/1843/ECID-7UUQ69>

BOIRA, Luciana Fernandes. *Entre história e literatura: a formação do panteão rio-grandense e os primórdios da escrita da história do Rio Grande do Sul no século XIX*. dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2009. <http://hdl.handle.net/10183/17662>

BOLOGNINI, Carmen Zink (Org.). *História da literatura: o discurso fundador*. Campinas, SP: Mercado das Letras, Associação da Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: FAPESP, 2003. (Coleções Histórias de Leitura).

BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: algumas considerações. *Revista de Teoria da História*, Ano 1, N. 3, jun., 2010. <https://doi.org/10.5216/rth.v3i1.28658>

- BOSI, Alfredo. *A Literatura Brasileira: o Pré-Modernismo*. São Paulo: Cultrix, 1966.
- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1970.
- BOUTERWEK, Friedrich. *Geschichte der Poesie und Beredsamkeit seit dem Ende des dreizehnten Jahrhunderts*. Göttingen: J.F. Röwer, 12 vols, 1801-1819. <https://catalog.hathitrust.org/Record/000906638>
- BOURDIEU, Pierre. *As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BREUILLY, John. Nationalism and the Making of National Past. In: *Nations and Their Histories: Constructions and Representations*. Susana Carvalho and François Gemenne. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Palgrave Macmillan, 2009.
- BUENO, Luís. Divisão e unidade no romance de 30. In: *Literatura Brasileira 1930*. (orgs.) Werkema, A. Sirihal, Miranda, J. Américo, Boechat, M. Cecília, & Oliveira, S. Pessoa de. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6ª ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda, 2000. V. 1 (1750-1836); V. 2 (1836-1880).
- CANDIDO, Antonio. *Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiantes*. 3ª ed. São Paulo: Humanista/FFLCH/USP, 1999.
- CANDIDO, Antonio. Literatura e Subdesenvolvimento. In: *A Educação Pela Noite & Outras Ensaio*s. São Paulo: Ática, 1989.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim; GLEZER, Raquel and FERLINI, Vera Lúcia Amaral. Escola uspiana de História. *Estud. av.* [online]. 1994, vol.8, n.22, pp.349-358. ISSN 0103-4014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141994000300044>.
- CARVALHO, Ronald de. *Pequena História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Comp., 1919.
- CARVALHO, Ronald de. *Pequena História da Literatura Brasileira*. 2ª ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Comp., 1922.
- CASTELLO, José Aderaldo. *José Lins do Rêgo: modernismo e regionalismo*. São Paulo, Brasil: Edart: 1961.
- CESAR, Guilhermino. Época, merecimento e influência de “Antônio Chimango”. In: *Província de São Pedro*. Porto Alegre: Editora Globo. Jun. 1946. Set. Nº 6, p.135-9.
- CESAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902)*. Porto Alegre: Editora Globo, 1956.
- CESAR, Guilhermino. *Bouterwek: os brasileiros na Geschichte der Poesie und Beredsamkeit*. Tradução de Walter Koch. Porto Alegre: Lima, 1968.
- CESAR, Guilhermino. O criador do Romance no Rio Grande do Sul. *Província de São Pedro*. Porto Alegre: Editora Globo. Dez. N. 20, p.8-13.
- CHAVES, Flavio Loureiro. O Ensaio Literário no Rio Grande do Sul. In: \_\_\_\_\_. *Ensaio literário no Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; Brasília: INL, 1979, p. IX-XLIII.
- CHAVES, Flavio Loureiro. *Simões Lopes Neto: regionalismo & literatura*. Porto Alegre:

Mercado Aberto, 1982.

CHIAPPINI, Ligia. *Modernismo no Rio Grande do Sul: materiais para o seu estudo*. São Paulo: IEB, 1972.

CHIAPPINI, Ligia. *Regionalismo e modernismo*. São Paulo: Ática, 1978.

CHIAPPINI, Ligia. Velha praga? Regionalismo literário brasileiro. In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina, palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial da América Latina/Unicamp, v. 2, 1994.

CHIAPPINI, Ligia. Literatura e História. Notas sobre as relações entre os estudos literários e os estudos historiográficos. *Literatura e Sociedade*. N. 5, 2000. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i5p18-28>

CLEMENTE, Elvo. FAUSTINO, João. *História da PUCRS*. 2ª ed. V. 1. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

COMPAGNON, Antoine. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. 2ª ed. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

CONFINO, Alon. Lo local, una esencia de toda nación. Org. Xosé Manuel de Nuñes Seixas. *Ayer (Revista de Historia Contemporánea)*. 64/2006 (4): 19-31.

COUTINHO, Afrânio. COUTINHO, Eduardo Faria. *A Literatura no Brasil*. Volume V. Parte II / Estilos de Época (Era Modernista). 3ª ed. rev. e atua. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói/RJ: UFF – Universidade Federal Fluminense, 1986.

COUTINHO, Eduardo Faria. 3º Colóquio do Grupo de Estudos Literários Contemporâneos: um cosmopolitismo nos trópicos e 100 anos de Afrânio Coutinho: A crítica literária no Brasil, 3., 2012, Feira de Santana. *Anais*. Feira de Santana: Uefs, 2012, p. 9-20.

CULLER, Jonathan. *Teoria literária: uma introdução*. Tradução Sandra Vasconcelos. São Paulo: Beca Produções Culturais, 1999.

CUNHA, Alberto Coelho da [Vitor Valpírio]. Contos Rio-Grandenses (Introdução). In: *Revista Mensal da Sociedade do Parthenon Litterario*. 2ª série – novembro de 1872 – nº 5, p.41-5.

CUNHA, Alberto Coelho da [Vitor Valpírio]. Contos Rio-Grandenses (Introdução). In: *Revista Mensal da Sociedade do Parthenon Litterario*. 2ª série – novembro de 1872 – nº 6, p.26-33.

DACANAL, José Hildebrando. GONZAGA, Sergius. *RS: Cultura & Ideologia*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

DAMASCENO, Athos. Interpretação de Lobo da Costa. In: *Província de São Pedro*. Porto Alegre: Editora Globo. Dez. 1954. Nº 19, p.178-181.

DAMASCENO, Athos Ferreira. *Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: UFRGS, 1975.

D'ANDREA, Moema Selma. *A tradição re(des)coberta : o pensamento do Gilberto Freyre no contexto das manifestações culturais e/ou literárias nordestinas*. Campinas, SP, Brasil: Unicamp, 1992.

DENIS, Ferdinand. *Résumés de l'Histoire Littéraire du Portugal suivi du Résumé de*

*l'Histoire Littéraire du Brésil*. Paris: Lecointe et Durey, Libraires, 1826.

DEUTSCH, Karl W. Nation-Building and National Development: some issues for political research - Introduction. In: *Nation Building in Comparative Contexts*. Karl W. Deutsch and William J. Folts. New York: Atherton, 2010.

DIMMICK, R. E. História da Literatura do Rio Grande do Sul (1737-1902) by Guilhermino César. *Books Abroad*, vol. 31, no. 4, 1957, p. 435-435. [www.jstor.org/stable/40099764](http://www.jstor.org/stable/40099764)

ELMIR, Cláudio Pereira. A produção historiográfica no Rio Grande do Sul nos últimos 50 anos (1961-2010). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011. [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300891211\\_ARQUIVO\\_ANPUH2011ELMIR.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300891211_ARQUIVO_ANPUH2011ELMIR.pdf)

ENS, Gerhard John; SAWCHUK, Joe. *From new peoples to new nations: aspects of Métis history and identity from the eighteenth to the twenty-first centuries*. Toronto/Canada: University of Toronto Press, 2016.

ERICSEN, Nestor. *O Sesquicentenário da Imprensa Rio-Grandense*. Porto Alegre: Sulina, 1977.

FARIA, Eduardo de. *Diccionario da lingua portugueza : para uso dos portuguezes e brasileiros: ... seguido de um Diccionario de synónimos [i.e. Noro diccionario de synónimos] com reflexões criticas / de Eduardo de Faria ; refundida, correcta e augmentada com grande número de termos antigos e modernos por José Marie d'Almeida e Araujo Corrêa de Lacerda*. Lisboa: F. A. de Silva, 1858.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O ensino da história na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 611-636, June 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702012000200014>

FERREIRA, Marieta de Moraes. *A História como ofício: a constituição de um campo disciplinar*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

FIORIN, José Luiz. A criação dos cursos de letras no Brasil e as primeiras orientações da pesquisa lingüística universitária. *Linguas & Letras*, v7, n. 12, 2006. <http://dx.doi.org/10.5935/rl&l.v7i12.887>

FISCHER Luís Augusto. *Literatura gaúcha*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

FISCHER, Luís Augusto. *A Formação vista desde o sertão*. Revista Brasileira de Literatura Comparada, n.18, 2011, p.41-72.

FISCHER, Luís Augusto. Conversa urgente sobre uma velharia – uns palpites sobre vigência do regionalismo. *Cultura e Pensamento*, n.3, 2007, p.126-39. FISCHER, Luís Augusto. *A Formação vista desde o sertão*. Revista Brasileira de Literatura Comparada, n.18, 2011, p.41-72.

FISCHER, Luís Augusto. Formação hoje – uma hipótese analítica, alguns pontos cegos e seu vigor. *Literatura e Sociedade (USP)*, v. 11, p. 164-184, 2009. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i11p164-184>

FISCHER, Luís Augusto. Uma hipótese analítica, alguns pontos cegos e seu vigor. In: *A Crítica Literária Brasileira em Perspectiva*. Rogério Cordeiro (orgs.). Cotia, SP: Ateliê



Editorial, 2013.

FRAGA, Manuel Dias da. SIANO, Lúcia Maria França. A idéia de Universidade na reforma universitária de 1968. RAP (Revista de Administração Pública). V. 25, n. 3, jul./set. 1991, p. 155-171. (Acessado em 10 de mai.) <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8945>

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 18 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *De rio-grandense a gaúcho: o triunfo do avesso: um processo de representação regional na literatura do século xix (1847-1877)*. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2006. <http://hdl.handle.net/10183/11154>

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *De Rio-Grandense a Gaúcho: o triunfo do avesso: um processo de representação regional na literatura do século XIX (1847-1877)*. Porto Alegre: Editoras Associadas, 2009.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *Entre tinteiros e bagadus: memórias feitas de sangue e tinta: a escrita da história em periódicos literários porto-alegrenses do século XIX (1856-1879)*. Tese de Doutorado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2012. <http://hdl.handle.net/10183/66317>

GOMES, Márcia Letícia. SILVA, Tomás Mendes. Literatura e História no conto inimigos, de Alcides Maya. *Revista do curso de Letras da Uniabeu*. V. 7, n. 3, 2016. <http://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RE/article/view/2239>

GOUVEIA, Saulo. *The triumph of Brazilian modernism: the metanarrative of emancipation and counter-narratives*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2013.

GRANATO, Cássia Cunha. *História da Poesia e Eloquência Portuguesa de Friedrich Bouterwek: um estudo do método e de suas apropriações*. Dissertação de Mestrado. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2016.

GUEDES, Josiel de Alencar. A crise da ciência moderna e a busca de uma superação. *Revista Geotemas*, vol. 2, n. 2 (2), jul./dez., 2012, p. 121-130. <http://periodicos.uern.br/index.php/geotemas/article/view/293>

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. [Brasília, Distrito Federal, Brazil]: CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico ; São Paulo, SP, Brasil : Annablume, 2011.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. História da literatura: fragmento de uma totalidade desaparecida? In: *Histórias de literatura: as novas teorias alemãs*. OLINTO, Heidrun Krieger (org.). São Paulo: editora Ática, 1996.

GUTFREIND, Ieda. *A Historiografia Rio-grandense*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

HESSSEL, Lothar (org.). *O Partenon Literário e sua obra*. FLAMA, Instituto Estadual do Livro, 1976.

HOBSBAWM, Eric. J. *The Age of Revolution, 1789-1848*. New York: New American Library, 1962.



- HOBSBAWM, Eric. J. *The Age of Capital, 1848-1875*. London: Abacus, 1977.
- HOBSBAWM, Eric. J. *The Age of Empire, 1875-1914*. 1st American ed. New York: Pantheon Books, 1987.
- HOBSBAWM, Eric. J. *Nations and Nationalism Since 1780: Programme, Myth, Reality*. Cambridge [England]: Cambridge University Press, 1990.
- HOBSBAWM, Eric. J. *The Age of Extremes: a History of the World, 1914-1991*. New York: Pantheon Books, 1994.
- HORTA, Raul Machado. A Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais no Centenário de sua Fundação. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*. N. 34, 1994, p. 15-46. <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1059>
- HELENA, Lucia. *Modernismo Brasileiro e Vanguarda*. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futures Past: On the Semantics of Historical Time*. New York: Columbia University Press, 2004.
- LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
- LAJOLO, Marisa. Regionalismo e História da Literatura: Quem é o Vilão da História?. In: Marcos de Cezar de Freitas (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva* São Paulo: Contexto, 1998.
- LAJOLO, Marisa. A leitura na Formação da Literatura Brasileira de Antonio Candido. In: *História e Literatura: homenagem a Antonio Candido*. Jorge Ruedas de la Serra (org.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, Fundação Memorial da América Latina: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- LAZZARI, Alexandre. *Entre a grande e a pequena pátria: letrados, identidade gaúcha e nacionalidade (1860-1910)*. Tese de Doutorado em História. Campinas/SP: UNICAMP, 2004. <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000324601>
- LIMA, Alceu Amoroso. *Afonso Arinos*. Rio de Janeiro: Anuario do Brasil, 1922.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Estudos Literários*. Afrânio Coutinho (org.). Rio de Janeiro: Companhia Aguilar Editôra, 1966.
- LIMA, Marcelo Fernando de. Concepções de história literária nas polêmicas entre Antonio Candido e Haroldo de Campos. *Revista de Letras*, v. 16, p. 1-11, 2013. [10.3895/rl.v15n16.2357](https://doi.org/10.3895/rl.v15n16.2357)
- MALERBA, Jurandir. *Ensaio – teoria, história & ciências sociais*. Londrina: EDUEL, 2011.
- MARTINS, José Salgado. Apreciações sobre a literatura regional rio-grandense. In: *Província de São Pedro*. Set. nº10, p.105-108. Porto Alegre: Editora Globo, 1947.
- MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. Vol. VI. São Paulo: Cultrix: Ed. USP, 1978.
- MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro. Tomo 6, p. 381-403, 1844.

MENEZ, Alexsandro R. *O “inolvidável polígrafo”*: Regionalismo Literário Gaúcho e Nacionalismo Brasileiro em Apolinário Porto Alegre (1869-1879). 2015. Dissertação de Mestrado em História. PUCRS, 2015. <http://hdl.handle.net/10923/7531>

MENEZ, Alexsandro R. A Formulação da Literatura e Identidade Brasileira na Crítica Literária de José de Alencar (1856-1865). In: *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*. N.º 34.1, p.141-162. <http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/article/view/919>

MEYER, Augusto. Introdução ao estudo do cancionário gaúcho. In: *Província de São Pedro*. Mar. nº 4, p. 24-37. Porto Alegre: Editora Globo, 1946.

MEYER, Augusto. *Prosa dos Pagos*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro: Corag, 2002.

MIRANDA, Marcia Eckert; LEITE, Carlos Roberto Saraiva da Costa. *Jornais raros do Musecom: 1808-1924*. Porto Alegre: Comunicação Impressa, 2008.

MOOG, Vianna. *Uma interpretação da literatura brasileira*: conferência lida no salão de conferências da Biblioteca do Ministério das relações exteriores do Brasil, no dia 29 de outubro de 1942. Rio de Janeiro: Casa do estudante do Brasil, 1943

MOOG, Vianna. *Bandeirantes e pioneiros*: um paralelo entre duas culturas. 1ª ed. 5ª impres. Rio de Janeiro: Editora do Globo, 1959.

MORAES, Carlos Dante de. Condições Histórico-Sociais da Literatura Rio-Grandense. In: *Revista Província de São Pedro*. Dez, nº19, p.7-18, Porto Alegre: Editora Globo, 1954.

MOREIRA, Alice T Campos. Revista Província de São Pedro órgão por excelência da província brasileira. *Letras Hoje*. Porto Alegre. v. 37, nº 2, p. 37-44, junho, 2001.

MOREIRA, Maria Eunice. *Regionalismo e Literatura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST/ICP, 1982.

MOREIRA, Maria Eunice. *Nacionalismo literário e crítica romântica*. Porto Alegre: IEL, 1991.

MOREIRA, Maria Eunice; ZILBERMAN, Regina; ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de. *Pequeno dicionário da literatura do Rio Grande do Sul*. (Orgs.) Porto Alegre: Ed. Novo século, 1999.

MÖRNER, Magnus. *Race Mixture*: in the history of Latin America. Boston: Little, Brown and Company, 1967

NEDEL, Leticia Borges. *Um Passado Novo para uma História em Crise: Regionalismo e Folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. (Tese). Brasília: UNB, 2005.

LOPES NETO, João Simões. *Contos Gauchescos e Lendas do Sul*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1949. (Coleção Província)

NORBERTO, Joaquim. Atas das sessões de 1890. *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n.53, p.474-477, 1890.

OLIVEIRA, Irenísia Torres de. O primeiro Modernismo nos ensaios de Antonio Candido. *Revista Letras* (Curitiba), v. n. 74, p. 133-150, 2008. <http://revistas.ufpr.br/letras/article/view/10957/10559>

- OLIVEN, Ruben George. O Nacional e o Regional na Construção da Identidade Brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 2, p. 68-74, 1986.
- OLIVEN, Ruben George. The Growth of Regional Culture in Brazil: an Analysis of the Resurrection of Gaúcho Identity in an Urbanized State. *Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies / Revue canadienne des études latino-américaines et caraïbes*, Vol. 12, No. 23 (1987), p. 109-114.
- OLIVEN, Ruben George. O Rio Grande do Sul e o Brasil: Uma Relacao Controvertida. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 3, p. 5-14, 1989.
- OLIVEN, Ruben George. O Maior Movimento de Cultura Popular do Mundo Ocidental. *Cadernos de Antropologia*, Porto Alegre, v. 1, p. 1-46, 1990.
- OLIVEN, Ruben George. Em Busca do Tempo Perdido: O Movimento Tradicionalista Gaucho. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, p. 40-51, 1991.
- OLIVEN, Ruben George. O Renascimento do Gauchismo. In: FISCHER, Luís Augusto. (Org.). *Nós, os Gaúchos*. Porto Alegre: UFRGS, 1992, v. , p. 77-80.
- OLIVEN, Ruben George. *A parte e o Todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1992.
- OLIVEN, Ruben George. *Tradition matters: modern Gaúcho identity in Brazil*. Translated by Carmen Chaves Tesser. New York: Columbia University Press, 1996.
- PARANHOS, Haroldo. *História do Romantismo no Brasil: 1500 – 1830*. São Paulo: Edições Cultura Brasileira S.A. 1937.
- PELOSO, Vicent C. *Race and ethnicity in Latin American history*. New York: Routledge, 2014.
- PEREIRA, Lucia Miguel. O Naturalismo Brasileiro. In: *Província de São Pedro..* Jun. nº 5, p.24-31. Porto Alegre: Editora Globo, 1946.
- PEREIRA, Lucia Miguel. História da Literatura Brasileira. Prosa de ficção: de 1870 a 1920. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1973.
- PERKINS, David. História da literatura e narração. Tradução de Maria Angela Aguiar. Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS, série traduções. Porto Alegre, Volume 3, Número 1, março de 1999.
- PELINSER, André Tessaro. Regionalismo e Modernismo no Brasil: diálogos entre velhas pragas e modernos localismo. *Agália*, n. 102 / 2º Semestre (2010): 147 – 167. <http://www.agalia.net/component/k2/item/download/23.html>
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em Busca de uma Outra História: Imaginando o Imaginário. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.15, nº29, 1995, p.9-27.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Nação e região: diálogos do “mesmo” e do “outro” (Brasil e Rio Grande do Sul, século XIX). In: *História Cultural: experiências de pesquisa*. (Org.). Sandra Jatahy Pesavento. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e literatura: uma velha-nova história. In: *Histórias e Literatura: identidades e fronteiras*. COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Clara Tomaz. (org.). Uberlândia: EDUFU, 2006.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. *Nuevo*

*Mundo Mundos Nuevos* [En ligne], Débats, mis en ligne le 28 janvier 2006. (Acessado em 11 de mai.). <http://nuevomundo.revues.org/1560>

PIRES, Marília Freitas de Campos. Multidisciplinaridade, Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade no Ensino. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*. UNESP, v. 2, n. 2, p. 173-182, 1998. Acessado em 10 de mai. <<http://hdl.handle.net/11449/30363>>.

PORTO ALEGRE, Apolinario. José de Alencar (estudo biographico) [Iriema]. In: *Revista Mensal da Sociedade do Partenon Literário*. Anno II, N° 10, (out.), p.422- 426. Porto Alegre: Typographia do Constitucional de 1873b.

PORTO ALEGRE, Apolinario. José de Alencar (estudo biographico) [Iriema]. In: *Revista Mensal da Sociedade do Partenon Literário*. Anno II, N° 11, (nov.), p.480-484. Porto Alegre: Typographia do Constitucional de 1873c.

PORTO ALEGRE, Apolinario. José de Alencar (estudo biographico) [Iriema]. In: *Revista Mensal da Sociedade do Partenon Literário*. Anno II, N° 12, (dez.), p.520-534. Porto Alegre: Typographia do Constitucional de 1873. Porto Alegre: Typographia do Constitucional de 1873d.

PORTO ALEGRE, Apolinario. José de Alencar (estudo biographico) [Iriema]. In: *Revista Mensal da Sociedade do Partenon Literário*. Anno II, N° 9, (set.), p.371- 377. Porto Alegre: Typographia do Constitucional de 1873a.

PORTO ALEGRE, Apolinario. José de Alencar (estudo biographico) [Iriema]. In: *Revista Mensal da Sociedade do Partenon Literário*. Anno III, N° 2, (fev.), p.629-636. Porto Alegre: Imprensa Litteraria, 1874.

PORTO, Aline Carvalho. *As Conferências cívicas e o livro de leitura Terra Gaúcha: As aspirações nacionalistas de João Simões Lopes Neto (1865-1916)*. Dissertação de mestrado em História. Porto Alegre: PUCRS, 2015.

POVOAS, Mauro Nicola. Precedência malograda: A Rosa Brasileira o primeiro jornal literário do Rio Grande do Sul?. *Navegações*, v. 8, n.1, p. 75-81, jan.-jun., 2015. <http://dx.doi.org/10.15448/1983-4276.2015.1.22063>

POZENATO, José Clemente. O universal e o regional na literatura gaúcha. Porto Alegre: Movimento, IEL/SEC, 1974.

REVERBEL, Carlos. J. Simões Lopes Neto: Esbôço biográfico em tempo de reportagem. In: *Província de São Pedro*. Set. n° 2, p.78-102. Porto Alegre: Editora Globo, 1945.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa - Tomo III*. Trad. Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papirus, 1997.

RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Crítica Literária: em busca de um tempo perdido?*. Coleção Grandes Temas. Chapecó/SC: Argos, 2011.

ROCHA, João Cezar de Castro. Considerações sobre a crítica literária. *Celeuma*, v. 4, p. X-XX, 2014.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *A institucionalização da formação superior em história: o curso de Geografia e História da UPA/URGS - 1943 a 1950*. Dissertação em

História. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. A formação superior em história na UPA/URGS/UFRGS DE 1943-1971. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 11, abril, 2013, p. 122-139. <http://dx.doi.org/10.15848/hh.v0i11.544>

ROIZ, Diogo da Silva. *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)*. Curitiba/PR: Editora Appris, 2012.

ROIZ, Diogo da Silva. *A institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968)*. Dissertação em História. Franca/SP: UNESP, 2004.

ROSA, Othelo. O conteúdo político da Revolução Farroupilha. In: *Província de São Pedro*. Dez. nº 16, p.58-64. Porto Alegre: Editora Globo, 1951.

ROSA, Othelo. Augusto Meyer e o Folclore Riograndense. In: *Província de São Pedro*.. Dez. nº 17, p.160-162. Porto Alegre: Editora Globo, 1952.

SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro (1808-1990). *Documento de Trabalho 8/91*. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo, 1991. <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9108.pdf>

SANTOS, Pedro Brum. Literatura e Intervenção: romance histórico no Brasil. *Floema*. Ano VII, n. 9, p. 283-303, jan./jun. 2011.

SANTOS, Pedro Brum. *Teorias do romance: relações entre ficção e história*. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1996.

SEIXAS, Xosé Manoel Nuñez. Os nacionalismos na Espanha contemporânea: uma perspectiva histórica e algumas hipóteses para o presente. *Análise Social*, vol. XXX (131-132), Barcelona, 1995, 489-526.

SEIXAS, Xosé Manoel Nuñez (org.). Presentación. *Ayer (Revista de Historia Contemporánea)*. 64/2006 (4): 19-31.

SILVA, João Pinto. *História literária do Rio Grande do Sul*. 3ª ed. Org. de Carlos Alexandre Baumgarten. Porto Alegre: IEL: CORAG, 2013.

SILVA, João Pinto. *História literária do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1930.

SILVA, Luzia Helena Oliveira. Pinto, Francisco Neto Pereira. Interdisciplinaridade: as práticas possíveis. *Revista Querubim*. Ano 5, 2009. [http://www.uff.br/feuffrevistaquerubim/images/arquivos/artigos/interdisciplinaridade\\_entre\\_teorias\\_e\\_praticas.pdf](http://www.uff.br/feuffrevistaquerubim/images/arquivos/artigos/interdisciplinaridade_entre_teorias_e_praticas.pdf)

SILVA, Mauricio. Pré-Modernismo e Historiografia Literaria Brasileira (Para o Estabelecimento de um Cânone Pré-Modernista Brasileiro). *Latin American Literary Review*, Vol. 27, No. 54 (Jul.-Dec., 1999), p. 53-67. <http://www.jstor.org/stable/20119812>

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: UFRGS, 2008. <http://hdl.handle.net/10183/14689>



- SISMONDI, J. Simonde de. *De la littérature du Midi de l'Europe*. Paris: Treutel et Würtz, 4 vols, 1813. <https://catalog.hathitrust.org/Record/001357234/Home>
- SMITH, Anthony D. *Nationalism: theory, ideology, history*. Malden, Mass. : Polity Press, 2001.
- SOARES, Fabrício Antunes Antônio. *Farrapos de estórias: romance e historiografia da Farroupilha (1841-1999)*. Tese de doutorado em História. Porto Alegre: PUCRS, 2016. <http://hdl.handle.net/10923/8207>
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira: seus fundamentos economicos*. São Paulo: Edições Cultura Brasileira S.A., 1938.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira: seus fundamentos economicos*. 2ª ed. rev. e aumen. Rio de Janeiro, Olympio, 1940. (Coleção Documentos Brasileiros, Vol. 23)
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira: seus fundamentos econômicos*. 3ª ed. integralmente refundida. Rio de Janeiro, Olympio, 1960. (Coleção Documentos Brasileiros, Vol. 23)
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira: seus fundamentos econômicos*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1964. (Coleção Vera Cruz)
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira: seus fundamentos econômicos*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1969. (Coleção Vera Cruz)
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira: seus fundamentos econômicos*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1976. (Coleção Vera Cruz)
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira: seus fundamentos econômicos*. 7ª ed. atualizada. São Paulo: DIFEL, 1982.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira: seus fundamentos econômicos*. 8ª ed. atualizada. Rio de Janeiro, RJ : Editora Bertrand Brasil, 1988.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira: seus fundamentos econômicos*. 9ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Bertrand Brasil, 1988.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira: seus fundamentos econômicos*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graphia, 2002. (Série Memória Brasileira)
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira: seus fundamentos econômicos*. 10ª ed. Reimpressa. Rio de Janeiro: Graphia, 2004. (Série Memória Brasileira)
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Historia literatury brazylijskiej: od wieku XVI do początków XX wieku* (Helena Czajka). Warszawa: Państwowe Wydawnictwo Naukowe, 1975.
- SOMMER, Doris. Foundational Fictions: When History Was Romance in Latin America. *Salmagundi*. No. 82/83 (Spring-Summer 1989), p. 111-141.
- SOMMER, Doris. Irresistible Romance: the foundational fictions of Latin America. In: *Nation and Narration*. Edited by Homi K. Bhabha. London; New York: Routledge, 1990.

- SOMMER, Doris. *Foundational Fictions: the national romances of Latin America*. Berkeley, California: University of California, 1991.
- SOUZA, Roberto de Acízelo. A Ideia de História da Literatura. *R. IHGB*, Rio de Janeiro, a. 176 (466): 211-220, jan./mar. 2015.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. 6ª e.d. São Paulo: Duas cidades; Editora 34, 2012.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SUSSIkind, Flora. *Papéis Colados*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1993.
- STRELOW, Aline. Primórdios da imprensa literária no Rio Grande do Sul – A história do jornal *O Guayba*. *9º Encontro Nacional de História da Mídia*. UFOP – Ouro Preto – Minas Gerais, 2013.
- THIESSE, Anne-Marie. "La petite patrie enclose dans la grande": regionalismo e identidade nacional na França durante a Terceira República. *Estudos Históricos*, v. 8, n. 15, 1995. <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1994>
- THIESSE, Anne-Marie. Ensinar a nação pela região: o exemplo da Terceira República francesa. *Revista do Centro de Educação (UFES)*, v. 34, n. 1, jan./abr., 2009. <https://periodicos.ufes.br/reeducacao/article/view/1584>
- THIESSE, Anne-Marie. Les deux identités de la France. *Modern & Contemporary France* (2001), 9(1), 9-18.
- THIESSE, Anne-Marie. No coração do regionalismo: a definição da cultura popular. *Antares: Letras e Humanidades*, n. 4, 2010. <http://www.ufrpe.br/etc/revistas/index.php/antares/article/view/563>
- WATT, Ian. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- WEINSTEIN, Barbara. Racializing regional difference: São Paulo vs. Brazil, 1932. In: *Race and nation in modern Latin America*. Nancy Appelbaum, Anne Macpherson e Karin Roseblatt (orgs.). Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2003.
- WEINSTEIN, Barbara. *The Color of Modernity: São Paulo and the Making of Race and Nation in Brazil*. Duke University Press, 2015.
- WHITE, Hayden. *O texto histórico como artefato literário*. In: Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo. Edusp, 1994.
- VELLINHO, Moyses. Editorial. In: *Província de São Pedro*. Jun. nº 1, p. 5-7. Porto Alegre: Editora Globo, 1945.
- VIANNA, Lourival. *Imprensa Gaúcha (1827-1852)*. Porto Alegre: Museu de Comunicação Social HJC, 1977.
- ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. GONZAGA, Sergius (org.). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- ZILBERMAN, Regina. Apresentação. In: *Regionalismo e Literatura no Rio Grande do Sul*. Maria Eunice Moreira. Porto Alegre: EST/ICP, 1982.



ZILBERMAN, Regina. *Literatura Gaúcha: temas e figuras da ficção e da Poesia do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

ZILBERMAN, Regina. *Roteiro de uma literatura singular*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1992.

ZILBERMAN, Regina. *Roteiro de uma literatura singular*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998;

ZILBERMAN, Regina. Ferdinand Denis e os paradigmas da história da literatura. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo (UPF)*, v. 2, n. 1, p. 137-147, jan./jun. 2006.

#### INTERNET

Nelson Werneck Sodré (Biografia). CPDOC. [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/nelson\\_werneck\\_sodre](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/nelson_werneck_sodre) (Acessado em 10/01/2017).

GUILHERMINO Cesar. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa2839/guilhermino-cesar>> (Acessado em 03/05/2017).

Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931. <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>> (Acessado em 04/05/2017).

Decreto Nº 14.343, de 7 de setembro de 1920. <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>> (Acessado em 10/12/2017).

FIALHO, Denise da Silva. FIDELIS, Lara Lopes. As Primeiras Faculdades de Letras no Brasil. *História do Ensino de Línguas no Brasil (HELB)*. Ano 2, n. 2, 1/2008. <http://www.helb.org.br/index.php/revista-helb/ano-2-no-2-12008/106-as-primeiras-faculdades-de-letas-no-brasil>

Lei nº 956, de 7 de setembro de 1927. Cria a Universidade de Minas Gerais (UMG). <http://linker.lexml.gov.br/linker/processa?urn=urn:lex:br:minas.gerais:estadual:lei:1927-09-07:956&url=http%3A%2F%2Fwww.almg.gov.br%2Fconsulte%2Flegislacao%2Fcompleta%2Fcompleta.html%3Ftipo%3DLEI%26num%3D956%26comp%3D%26ano%3D1927>

Faculdade de Letras da UFMG – Histórico. <http://www.letas.ufmg.br/site/pt-BR/institucional/historico> (Acessado em 30/03/2017).

80 Anos UFMG – <https://www.ufmg.br/80anos/historia.html>

Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 – <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html> (Acessado em 10/05/2017).

GT História da Literatura – [http://www.ppgl.ufpa.br/historia\\_da\\_literatura/](http://www.ppgl.ufpa.br/historia_da_literatura/) (Acessado em 23/05/2017).

História da Literatura no site da ANPOLL – <http://anpoll.org.br/gt/historia-da-literatura/> (Acessado em 23/05/2017).

Peter Burke: A Short History of Interdisciplinarity – <http://www.popup.upol.cz/science-to-public/article/439> (Acessado em 24/05/2017).

A imprensa no período joanino (Rafaela Bettamio). <http://bndigital.bn.gov.br/projetos/expo/djoaovi/imprensajoanino.html> (Acessado em 30/05/2017).

MENDONÇA, Ana Waleska P.C., A universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação* [en línea] 2000, (mai-ago). <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27501408> (Acessado em 09/10/2016)

Museu da Comunicação Hipólito José da Costa – Destaques do Acervo de Imprensa. <http://www.museudacomunicacao.rs.gov.br/site/destaques/destaques-imprensa> (Acessado em 30/05/2017).

Seminário Nós os Outros, para o Projeto Nósoutros Gaúchos proferida no dia 3 de outubro de 2015, na Sala II do Salão de Atos da UFRGS. A realização do evento coube ao Instituto APOA e DDC/URGRS. Link: <https://www.youtube.com/watch?v=G4L8DLgHB8w> (Acessado em 10/11/2016).

Projeto Nósoutros Gaúchos: <http://www.ufrgs.br/difusaocultural/nosoutrosgauchos/> (Acessado em 10/11/2016).

Populism, Nationalism and Deglobalization (Undergraduate Conference 2017 at Nationalism Studies Program) <https://nationalism.ceu.edu/undergraduate-conference-2017> (Acessado em 05/07/2017).

BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *O problema da nacionalidade na crítica e historiografia literária sul-rio-grandense*. <http://www.pucrs.br/fale/pos/historiadaliteratura/textosraros/nacionalidade.htm> (Acessado em 26/10/2016)

LAJOLO, Marisa. No jardim das Letras, o pomo da discórdia, 01/1988, Boletim 3/4 - ALBS, Vol. S/N, pp.10-27, Porto Alegre, RS, BRASIL, 1988. <http://www.unicamp.br/iel/memoria/projetos/ensaios/ensaio36.html> (Acessado em 10/10/2016).

Relatórios dos Presidentes das Províncias Brasileiras: Império – 1830/1989 [Rio Grande do Sul]. Os relatórios estão digitalizados e podem ser encontrados nestes dois lugares: <http://memoria.bn.br/DocReader/252263/1> e <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial> (Acessado em 02/03/2017).

## ARQUIVOS E BIBLIOTECAS

\* Libraries of Brown University

\* Easy Borrow – World Cat (Sistema de empréstimo universitário estadunidense entre as universidades da Yves League e Duke University, University of Chicago e MIT).

- \* Hathi Trust – Digital Library (<https://www.hathitrust.org/>)
- \* Internet Archive (<https://archive.org>)
- \* Biblioteca Brasiliana (Guita e José) Mindlin – Acesso Digital (<https://www.bbm.usp.br>)
- \* Biblioteca Central da PUCRS
- \* Setor de obras raras da PUCRS e Acervo Julio Petersen)
- \* Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul
- \* Biblioteca e arquivo do IHGRGS
- \* Academia Brasileira de Letras (bibliotecas e o arquivo)
- \* Biblioteca da UFRGS